



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento

ELINE SANTOS BARRETO

**DESDOBRAMENTO DO POLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI:
O POLO EMPRESARIAL GOVERNADOR CÉSAR BORGES, DIAS
D'ÁVILA-BA**

Salvador
2017

ELINE SANTOS BARRETO

**DESDOBRAMENTO DO POLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI:
O POLO EMPRESARIAL GOVERNADOR CÉSAR BORGES, DIAS
D'ÁVILA - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador, para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof.º Dr.º Sylvio Bandeira de Mello e Silva.

**Salvador
2017**

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

B273 Barreto, Eline Santos.

Desdobramento do Polo Industrial de Camaçari: o polo empresarial governador César Borges, Dias D'ávila-Ba/ Eline Santos Barreto. – Salvador, 2017.

175 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientação: Prof.º Dr.º Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva.

1. Polos de crescimento 2. Polo Industrial de Camaçari
3. Polo Empresarial Governador César Borges I. Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação II. Silva, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e - Orientador III. Título.

CDU 711.454:33(813.8)

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Homologado pelo CNE (Portaria Nº 3.116, 09/09/2005)

TERMO DE APROVAÇÃO

ELINE SANTOS BARRETO

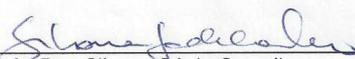
**DESDOBRAMENTO DO POLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI: O POLO EMPRESARIAL
GOVERNADOR CÉSAR BORGES, DIAS D'ÁVILA-BA**

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (In Memoriam)

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 21 de março de 2017

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Silvana Sá de Carvalho
Doutora em Geografia
Universidade Católica do Salvador - UCSAL



Prof. Dr. Amílcar Baiardi
Doutor em Ciências Humanas
Universidade Católica do Salvador - UCSAL



Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca
Doutor em Geografia
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dedico esse estudo a todos os visionários, corajosos e atemporais pesquisadores, que quebram todas as barreiras em seu caminho. Caminho este muitas vezes rizomáticos, onde a cada etapa vencida, surgem novos caminhos imprevisíveis a serem desbravados e contextualizados no tempo e no espaço.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é estar em estado de gratidão por algum acontecimento ou por alguém.

Ao avaliar se deveria ou não escrever os agradecimentos na minha dissertação, sendo este um dos elementos pré-textuais opcionais do estudo, me questionei qual seria a outra oportunidade mais singular que essa, para registrar os agradecimentos pelas situações mais rizomáticas que são as escolhas da vida? E, nestas escolhas, impor-se os obstáculos mais imprevisíveis que lhe projete além do crescimento em si mesmo?

Assim, decidi registrar o meu agradecimento, graduando-os conforme os rizomas gerados nesse caminho, eu agradeço a mim mesmo por ter decidido fazer um mestrado, especificamente, do programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, e por ter escolhido a UCSAL como a instituição gestora deste caminho acadêmico de *stricto sensu*, que estimulou, em mim, a pesquisadora acadêmica que acabei descobrindo, colocando-me no espaço e me direcionando no contexto dos acontecimentos perquiridos.

Desta forma, agradeço a todos os professores da UCSAL, os quais foram todos muito especiais para mim, todos impactaram positivamente esta jornada acadêmica, e muitos foram os que me atingiram além do ensino, que impactaram de forma especial a minha vida.

Agradeço em memória ao querido professor Sylvio Bandeira, meu orientador, por ser o professor que primeiro me colocou no espaço, orientou os caminhos, apresentando as teorias, e me fazendo ver as correlações teóricas. O seu carinho e a forma como conduziu os caminhos a serem seguidos, me motivaram a seguir em frente nessa pesquisa, espero honrar à sua memória com essa dissertação de mestrado.

Também agradeço à professora Barbara-Christine que me fez organizar o pensamento acadêmico de forma muito clara, evidente e racional; agradeço muitíssimo a professora Silvana Sá de Carvalho que acabamos nos aproximando, a qual soube, de forma motivadora, fazer as críticas construtivas que engrandeceram o estudo. Da mesma forma, sou grata ao professor Antonio Angelo Martins da Fonseca

da UFBA, que, como a professora Silvana, engrandeceu a pesquisa e me fez aprofundar no estudo científico nessa dissertação, assim como ao professor Amilcar Baiardi por aceitar participar da minha banca examinadora e pelas contribuições acolhidas nesse estudo.

Sou grata à professora Maria Helena Flexor por suas análises críticas contundentes e reativadoras; à professora Cristina Alencar que despertou em mim o pensamento crítico livre e questionador da vida; e a bibliotecária da UCSAL, Rosemary Magalhães, que sempre se colocou à disposição para me ajudar a encontrar material de estudo necessário, me apoiando com as regras da ABNT.

Sou grata aos meus pais, Ulisses Bispo Barreto e Neuza Santos Barreto, que mesmo sem entender o momento presente que escolhi para aprofundar meus estudos acadêmicos, apoiaram, incondicionalmente, a minha escolha. Agradeço ao companheiro de jornada, George de Souza Mustafa, que me ensinou a ver a vida na forma mais realista possível. Agradeço, ainda, ao biólogo Luiz Carlos Izidoro, por germinar em mim o caminho da desterritorialização da vida, demonstrando a importância das conexões de potência ativa multidisciplinar, como também, a historiadora Ivana de Mello Medeiros, funcionária do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que pela força do seu pensamento, me exemplificou a potência multidisciplinar em produção ativa, sendo os dois, meus amigos queridos. Agradeço aos meus colegas de mestrado que ingressaram junto comigo na turma de 2015, e que hoje são meus amigos muito próximos.

Assim, como ao companheiro, agradeço aos engenheiros químicos, ex-funcionário e funcionário da BRASKEM S.A., por suas exposições técnicas e precisas dos processos petroquímicos, e pela revisão do terceiro capítulo da dissertação, referente ao Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Agradeço também à Prefeitura de Dias d'Ávila, em especial à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), como também, a Associação das Empresas do Polo Empresarial de Dias d'Ávila (AEPDD), que me forneceram informações importantes para o estudo.

Enfim, agradeço a todos que ajudaram direta ou indiretamente na construção dessa dissertação de mestrado, me apoiando na realização dessa pesquisa acadêmica. À todos, o meu muito obrigada.

RESUMO

O estabelecimento de um padrão urbano-industrial de aceleração de crescimento econômico da década de 1970, assegurado pela junção dos municípios com planejamento integrado em Regiões Metropolitanas (RM) em 1973, conduziu a urbanização dos espaços com características locais diferentes. Esta tendência de homogeneização urbana-industrial transformou a dinâmica territorial de Dias d'Ávila.

O território de Dias d'Ávila, localizado no melhor aquífero do Recôncavo Baiano, possuía sua identidade centralizada nas suas águas e as atividades econômicas ligadas à esta centralidade. No processo de aceleração de crescimento com a implantação de um polo de crescimento na Bahia, o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), a identidade territorial de Dias d'Ávila foi desconstruída. Decorridos 39 anos desta implantação, o COPEC, a partir dos anos 2000, passou a ter um padrão mais diversificado, sendo denominado de Polo Industrial de Camaçari (PIC), mas, Dias d'Ávila ainda possui desafios a serem enfrentados.

Nesse estudo podem ser constatados, as transformações na territorialização histórica em Dias d'Ávila, a destituição de uma identidade subjetiva com as águas, as transformações ocorridas com a expansão urbana no processo de urbanização industrial, o padrão urbano-ambiental decorrente desta expansão, o padrão da ocupação territorial, evidencia também, as principais tensões ocorridas por uma gestão metropolitana debilitante, assim como, o surgimento do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB) surgido por pressão urbano-industrial imposta pela metropolização em busca de constituir uma nova identidade local industrial.

Palavras-chave: Polos de crescimento. Polo Industrial de Camaçari. Polo Empresarial Governador César Borges. Dias d'Ávila. Governança metropolitana.

ABSTRACT

The establishment of an urban-industrial pattern of accelerated economic growth of the 1970s, ensured by the merging of municipalities with integrated planning in the Metropolitan Regions (RM) in 1973, led to the urbanization of spaces with different local characteristics. This trend of urban-industrial homogenization transformed the territorial dynamics of Dias d'Ávila.

The territory of Dias d'Ávila, located in the best aquifer of the Recôncavo Baiano, had its identity centralized in its waters and the economic activities linked to this centrality. In the process of acceleration of growth with the implementation of a growth pole in Bahia, the Complexo Petroquímico of Camaçari (COPEC), the territorial identity of Dias d'Ávila was deconstructed. After 39 years of implementation, COPEC, since 2000, started to have a more diversified pattern, being called the Polo Industrial of Camaçari (PIC), but Dias d'Ávila still has challenges to be faced.

In this study we can see the transformations in the historical territorialization in Dias d'Ávila, the removal of a subjective identity with the waters, the transformations that occurred with the urban expansion in the industrial urbanization process, the urban-environmental pattern resulting from this expansion, the Territorial tensions, as well as, the emergent of the Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB) arising from urban-industrial pressure imposed by metropolization in order to constitute a new Local industrial identity.

Keywords: Growth poles. Polo Industrial of Camaçari. Polo Empresarial Governador César Borges. Dias d'Ávila. Metropolitan governance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma da metodologia de procedimento	44
Figura 2 – Cadeia petroquímica, 2015	47
Figura 3 – Polo petroquímico na Bahia em debate, 1978	55
Figura 4 – Mapa da expansão da RMS conforme seus instrumentos legais	71
Figura 5 – Mapa da população urbana da RMS e demais municípios da do estado da Bahia	72
Figura 6 – Mapa dos cursos presenciais e EAD de ensino superior na RMS, 2017	84
Figura 7 – Polo Industrial de Camaçari	92
Figura 8 – Mapa do zoneamento de Camaçari e Dias d’Ávila elaborado pelo Plano Diretor do PIC, 2013.....	93
Figura 9 – Mapa da situação atual dos principais usos e ocupações do solo, 2013	94
Figura 10 – Mapa síntese do Plano Diretor do PIC, trecho A, 2013	95
Figura 11 – Fluxograma das conexões de rede produtiva formada no PIC, 2016	99
Figura 12 – Foto aérea da FORD Nordeste, 2016	103
Figura 13 – Mapa da área de influência econômica em Dias d’Ávila, 2009	105
Figura 14 – Mapa da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco, período Colonial	107
Figura 15 – Estação ferroviária Feira Velha, 1861 e estação ferroviária Dias d’Ávila, 1960	109
Figura 16 – Balneário Imbassay, 1974	110
Figura 17 – Foto aérea do Hotel Balneário Dias d’Ávila	111
Figura 18 – Paisagem bucólica em Dias d’Ávila, 1975	112
Figura 19 – Chácaras e sítios em Dias d’Ávila, 1975	112
Figura 20 – Foto aérea de Dias d’Ávila, 1970	113
Figura 21 – Foto aérea de Dias d’Ávila, 1985	114
Figura 22 – Foto atual do Balneário Imbassay, 2013	114

Figura 23 – Mapa de localização de Dias d’Ávila, 2009	115
Figura 24 – Mapa da zona rural de Dias d’Ávila, 2014	116
Figura 25 – Tendência de desenvolvimento municipal de Camaçari e Dias d’Ávila, 2005 à 2013	117
Figura 26 – Mapa da densidade demográfica de Dias d’Ávila, 2000-2010	118
Figura 27 – Mapa do recorte dos bairros próximos ao PEGCB conforme seu padrão Urbano-ambiental	121
Figura 28 – Mapa do zoneamento de uso proposto do PDDM de Dias d’Ávila, 2009	122
Figura 29 – Fluxograma da exploração de água no município de Dias d’Ávila por empresas e indústrias em Dias d’Ávila e Camaçari, 2010	125
Figura 30 – Construção da primeira empresa do Polo de Serviços de Dias d’Ávila, 1987	127
Figura 31 – Instalação do emblema de identificação do PEGCB, 2003	128
Figura 32 – Atual via de acesso do PEGCB, 2016	128
Figura 33 – Disposição atual das empresas do PEGCB, 2016	129
Figura 34 – Foto de um residência em rua transversal à empresa Autometal no PEGCB, 2017	130
Figura 35 – Foto da empresa Autometal próximo a uma residência no PEGCB	130
Figura 36 – Foto de residência no PEGCB ao lado de uma empresa de prestação de serviços, 2017.....	131
Figura 37 – Foto de comércio informal em residência no PEGCB, 2017.....	131
Figura 38 – Foto de uma empresa de prestação no PEGCB ao lado de um comércio informal, 2017	132
Figura 39 – Foto de um estabelecimento religioso no PEGCB, 2017	132
Figura 40 – Foto de uma residência dentro PEGCB com mata residual, 2017	133
Figura 41 – Foto de residência dentro PEGCB com comunicação televisiva de canal fechado, 2017	134
Figura 42 – Foto de residências dentro PEGCB com mata residual, 2017.....	134

Figura 43 – Foto da circulação veicular dentro PEGCB, 2017.....	135
Figura 44 – Fluxograma síntese das empresas do PEGCB, 2016	139
Figura 45 – Porte estrutural da PELZER Bahia do PEGCB, 2016	140
Figura 46 – Porte estrutural da Faurecia Automotive do PEGCB, 2016	140
Figura 47 – Porte estrutural da Autometal Automotive do PEGCB, 2016	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos principais embasamentos teóricos do Estudo	39
Quadro 2 – Principais indústrias petroquímicas no Brasil na década de 1950	45
Quadro 3 – Polo petroquímico de São Paulo, modelo tripartite na década de 1960 .	46
Quadro 4 – Principais indústrias de petróleo e petroquímicas na Bahia, décadas de 1950, 1960 e 1970	50
Quadro 5 – Polo Petroquímico de São Paulo e Polo Petroquímico na Bahia, década de 1970	54
Quadro 6 – Transformações com implantação do Polo Petroquímico na Bahia, 2004	55
Quadro 7 – Polos petroquímico do Brasil, 20015	59
Quadro 8 – Empresas em operação no PEGCB, 2016	136
Quadro 9 – Faixa do desenvolvimento humano, 2013	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos de graduação em engenharia química na Bahia, 1942 à 2016 ...	63
Tabela 2 – Percentual do PIB da Bahia segundo as atividades econômicas e percentual do PIB segundo o Imposto sobre o Produto (IP), 1975 à 2014	67
Tabela 3 – Características da Região Metropolitana de Salvador, 2010	70
Tabela 4 – População da RMS por situação de domicílio, 1970	74
Tabela 5 – População da RMS por situação de domicílio, 1980	74
Tabela 6 – População total e a taxa de crescimento – 1970, 1980 e 1991.....	75
Tabela 7 – População urbana da RMS, 1970 e 1980	76
Tabela 8 – Distância percorrida por via rodoviária entre o Polo Petroquímico de Camaçari e os municípios da RMS, 2015	76
Tabela 9 – Área, densidade demográfica e serviços básicos de infra estrutura da RMS, 1991-2010	80
Tabela 10 – Renda familiar média, 1970, 1980 e 1991	80
Tabela 11 – Linhas diretas intermetropolitana de transporte rodoviário tarifado, 2015	82
Tabela 12 – PIB da RMS, PIB baiano e taxa comparativa do PIB, base 2000	87
Tabela 13 – IDH no âmbito municipal da RMS - 1970, 1980 e 1991	89
Tabela 14 – Crescimento do IDH no âmbito municipal da RMS – 1970, 1980 e 1991	90
Tabela 15 – População baiana, crescimento urbano, urbanização e ruralização, 1950 – 2010	91
Tabela 16 – População total e as quatro maiores taxas de crescimento relativo da RMS – 2000 e 2010	115
Tabela 17 – Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal – Camaçari e Dias d’Ávila – 2005 à 2013	117
Tabela 18 – Padrão urbano-ambiental de Dias d’Ávila, 2015	119
Tabela 19 – Indústrias de Dias d’Ávila, 1992	126

Tabela 20 – Balanço anual de empregos e demissões formais em Dias d’Ávila, 2003 à 2009	142
Tabela 21 – Balanço anual de empregos e demissões formais em Dias d’Ávila, 2009 à 2015	142
Tabela 22 – População, PIB a preço constante (mil R\$), PIB per capita (mil R\$), crescimento do populacional, crescimento PIB, crescimento PIB per capita de Dias d’Ávila, 1986, 2000 e 2010	145
Tabela 23 – Crescimento do PIB de Dias d’Ávila a preço constante (R\$), 1986, 2000 e 2010	146
Tabela 24 – População total e a situação do domicílio segundo o crescimento urbano- 2000 e 2010	148
Tabela 25 – Migrações na RMS com base o censo de 2010	149
Tabela 26 – Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal de Dias d’Ávila – 2005 à 2013	150
Tabela 27 – Dispersão do padrão urbano ambiental de Dias d’Ávila, 2015	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB acumulado da Bahia e do Brasil de 1975 à 2000	57
Gráfico 2 – Consumo aparente de nafta petroquímica fora consumo da produção interna, de 1989 à jun.2016	58
Gráfico 3 – Número de vagas disponibilizadas nos cursos de engenharia na RMS, 1970 à 2015	60
Gráfico 4 – Cursos de engenharia química, 1942 à 2016	61
Gráfico 5 – Cursos de engenharia química na Bahia conforme a RMS, 2016	62
Gráfico 6 – Alunos matriculados na ETFBa e taxa de crescimento anual em relação ao período anterior, 1973 à 1975	64
Gráfico 7 – Valor do PIB Baiano, 1975 à 1985 (Cr\$ Milhão)	65
Gráfico 8 – Gráficos da evolução da população total e da população urbana RMS, exceto Salvador, 1970- 2010	73
Gráfico 9 – Gráfico comparativo da evolução da população total, da população urbana e rural de Salvador, 1970-2010	75
Gráfico 10 – Gráficos da evolução de domicílios permanentes e domicílios permanentes com energia elétrica na RMS, exceto Salvador, 1970- 2010	78
Gráfico 11 – Gráficos da evolução de domicílios permanentes com abastecimento de água da rede pública e domicílios permanentes com coleta de lixo, 1970-2010	78
Gráfico 12 – Gráfico comparativo da evolução de domicílios permanentes, domicílios permanentes com abastecimento de água da rede, domicílios permanentes com fornecimento de energia elétrica e domicílios permanentes com coleta de lixo de Salvador, 1970-2010	79
Gráfico 13 – Gráficos da evolução do PIB-Geral da RMS exceto Salvador e o PIB-Geral, PIB-Serviços, PIB-Industrial e PIB-Agrícola de Salvador (R\$, a preços do ano 2000), 1970- 2010	84

Gráfico 14 – Gráficos da evolução do PIB-Agrícola da RMS exceto Salvador (R\$, a preços do ano 2000), 1970-2010.....	85
Gráfico 15 – Gráficos da evolução do PIB-Industrial da RMS exceto Salvador (R\$, a preços do ano 2000), 1970-2010.....	85
Gráfico 16 – Gráficos da evolução do PIB-Serviços da RMS exceto Salvador (R\$, a preços do ano 2000), 1970-2010.....	86
Gráfico 17 – Gráficos da evolução do PIB-Industrial de Camaçari e Dias d'Ávila (R\$, a preços do ano 2000), 1970-2010	86
Gráfico 18 – Comparativo do PIB da RMS com PIB da Bahia a preços constantes (base ano 2000) – 1920, 1975, 1980, 1985 e 1996	87
Gráfico 19 – Gráficos da evolução do IDH da RMS, 1970-2010	88
Gráfico 20 – Gráficos da evolução do IDHM da RMS, 1970-2010	89
Gráfico 21 – Principais setores consumidores de transformados plásticos, 2013	98
Gráfico 22 – Crescimento do PIB de Dias d'Ávila e crescimento populacional, 1996, 2000 e 2010	145
Gráfico 23 – Crescimento do PIB de Dias d'Ávila segundo as três principais atividades econômicas, 1996-2000 e 2000-2010	146
Gráfico 24 – Crescimento do IDHM Dias d'Ávila, 1991, 2000 e 2010	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEPDD** - Associação de Empresas do Polo de Dias d'Ávila
- AREA1** - Faculdade de Ciência e Tecnologia
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAGED** - Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
- CBE** - Companhia Brasileira de Estireno
- CCC** - Companhia de Carbono Coloidais
- CDI** - Conselho de Desenvolvimento Industrial
- CEMAN** - Central de Manutenção e Serviços
- CEMAP** - Central de Matéria-Prima
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina
- CESNU** - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
- CEU** - Campus de Ensino Universitário
- CHESF** - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
- CIA** - Centro Industrial de Aratu
- CIBRAFERTIL** - Companhia Brasileira de Fertilizantes
- CIQUINE** - Companhia Química do Nordeste
- CNP** - Conselho Nacional do Petróleo
- COFIC** - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
- COMPERJ** - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
- CONDER** - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador
- COPAMO** - Companhia Paulista de Monômeros
- COPEB** - Complexo Petroquímico da Bahia
- COPEBRAS** - Companhia Petroquímica Brasileira
- COPEC** - Complexo Petroquímico de Camaçari
- COPENE** - Complexo Petroquímico do Nordeste
- COPENOR** - Companhia Petroquímica do Nordeste
- CPC** - Companhia Petroquímica de Camaçari
- CQR** - Companhia Química do Recôncavo
- EFBSF** - Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPUCS** - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador

ETFBa - Escola Técnica Federal da Bahia
FACDELTA - Faculdade Delta
FAESF – Faculdade de Ensino Superior
FAFEN - Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados
FARB - Faculdade Regional da Bahia
FIRJAN - Federação de Indústrias do Rio de Janeiro
FISIBA - Fibras Sintéticas da Bahia
FMN - Faculdade Maurício de Nassau
FRBA - Faculdade Ruy Barbosa
FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFBA - Instituto Federal da Bahia
IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFF – Instituto Fábrica de Florestas
IP – Imposto sobre Produto
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
PDDM - Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal
PDET - Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
PEGCB - Polo Empresarial Governador César Borges
PIB - Produto Interno Bruto
PIC - Polo Industrial de Camaçari
PND - Programa Nacional de Desestatização
PQU - Petroquímica União
RLAM - Refinaria Landolfo Alves de Mataripe
RMS - Região Metropolitana de Salvador
RPBC - Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão
SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEAGRI - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e aquicultura
SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAI CIMATEC - Faculdade de Tecnologia
SIBRA - Eletro-siderúrgica Brasileira

SINDIPETROBA - Sindicato dos Petroleiros da Bahia

SULFAB - Companhia Sulfoquímica da Bahia

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNIFACS – Universidade Salvador

UNIJORGE – Centro Universitário Jorge Amado

USIBA - Usina Siderúrgica da Bahia

UTIL - Central de Utilidades

ZCA - Zona de Conforto Ambiental

ZCS - Zona de Comércio e Serviços

ZEI - Zona de Expansão Industrial

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

ZEX - Zona de Expansão Urbana

ZI - Zona Industrial

ZIN - Zona Institucional

ZPA - Zona de Preservação Ambiental

ZPAC - Zona de Patrimônio Artístico e Cultural

ZR1 - Zona Residencial Consolidada

ZR2 - Zona Residencial Estruturada

ZR3 - Zona Residencial Desestruturada

ZR4 - Zona Residencial Prioritária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 A formação de um polo econômico em Dias d'Ávila	22
1.2 Objetivos do trabalho	27
2 EMBASAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	31
2.1 A teoria dos polos de crescimento	35
2.2 A metodologia da pesquisa	40
3 O POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI	45
3.1 A implantação do Polo Petroquímico de Camaçari	45
3.2 Importância para a economia nacional	54
3.3 Impacto na economia baiana	60
3.4 Transformações no município de Camaçari e na Região Metropolitana de Salvador	68
4 DO POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI AO POLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI	92
4.1 Mudanças recentes	92
4.2 A implantação de indústrias de bens finais	97
4.3 O projeto do Polo Empresarial Governador César Borges em Dias d'Ávila	101
5 O POLO EMPRESARIAL GOVERNADOR CÉSAR BORGES	106
5.1 Caracterização de Dias d'Ávila	106
5.2 O processo de industrialização no município de Dias d'Ávila	123
5.3 O polo de serviços e sua expansão como polo empresarial	126
5.4 As principais empresas do Polo Empresarial e suas relações com o Polo Industrial de Camaçari	135

6 A INFLUÊNCIA DO POLO EMPRESARIAL EM DIAS D'ÁVILA E OS SEUS DESAFIOS	144
6.1 O Polo Empresarial e a cidade de Dias d'Ávila	144
6.2 Os desafios a serem enfrentados em Dias d'Ávila	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	158

1 INTRODUÇÃO

1.1 A formação de um polo econômico em Dias d'Ávila-Ba

A formação de um polo econômico em Dias d'Ávila na Bahia, antigo distrito de Camaçari, remete como consequência de sua historicidade dinâmica. Processo este que coaduna com as mudanças relacionais dos sujeitos sociais e das instituições, com o território e com a natureza, ora construindo laços de afeto e subjetividade, de uma sociedade dita tradicional com enraizamento histórico colonial e economia agrária anti-industrial; ora construindo uma relação material com o espaço e com o meio ambiente, de uma sociedade dita moderna e industrial. Cada sociedade, tradicional ou não, com diferentes padrões de atividades econômicas, se apropriaram e territorializaram o espaço de Dias d'Ávila em momentos e formas diferentes. A apropriação da água em primeiro momento foi pelos efeitos relaxantes e medicinais, e pela produção agropecuária sob uma interação ambiental tradicional, e em um segundo momento, a apropriação se deu pelo abastecimento humano, pelo abastecimento industrial e pelo lançamento de efluentes líquidos, todos ligados por uma interação moderna industrial com o meio ambiente.

Conforme a interpretação em Haesbaert (2014, p. 56), as particularidades histórica de um território e sua territorialidade decorrem das interações construídas dentro e fora do território, de forma tal que desconstroem identidades, tradições e relações, estabelecendo novas relações e conexões, cuja sociedade muda de padrão socioespacial levando a uma territorialidade fluídica. Nas especificidades históricas em Dias d'Ávila percebe-se a dicotomia do campo-rural e da cidade-urbana, que transitou do tradicional agropecuário, e não desenvolvido, para o moderno e desenvolvido. A equivocada associação da cidade e do urbano com o moderno e desenvolvido levou a superação do espaço natural de Dias d'Ávila pelo espaço idealizado industrial (PORCIUNCULA, 2011, p. 33).

Esta associação equivocada é oriunda da estruturação e posição centralizadora das cidades que conseguiam concentrar em seu entorno variadas atividades e estabelecimentos, com suas redes de interações, que se organizavam por um modo de vida mais complexo sob a tutela de instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, instituídas como manifestações de uma psicosfera social de cidade ideológica liberal que refletia na arquitetura retilínea e formas geométricas urbanas. A

tecnosfera constituída configurou o espaço geoeconômico e o modo de produção capitalista que não se identificava mais com o modo de vida do campo. Sendo assim, a cidade é vista como espaço das relações sociais ativas; enquanto o campo passa a ser visto como espaço geoeconômico rural sem conexões sociais, e portanto, de não sociabilidade, mas de subjetividades ligadas à natureza.

Os espaços urbanos criados na Bahia, cuja tecnosfera e o período militar da década de 1970 geraram centros industriais de uma política dita desenvolvimentista, porém baseada no crescimento econômico, propiciaram a expansão da homogeneização do modo de produção capitalista, de forma tal que passou a pressionar o espaço rural por um padrão urbano industrial que viriam a formar polos econômicos.

Na Bahia, a urbanização industrial, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado da Bahia, começou em 1967 quando foi implantado o Centro Industrial de Aratu (CIA) que ocupa um amplo espaço, próximo a Salvador, compreendido nos municípios de Simões Filho e Candeias. Neste complexo estão instalados o porto de Aratu, indústrias do segmento químico, metal mecânico, alimentícios, metalúrgico, de embalagens, têxtil, de logística e de fertilizantes, sendo 121 empresas em Simões Filho e 23 empresas em Candeias (BAHIA, 2016).

Ainda na Bahia, no município de Camaçari, conforme o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), foi instalado o maior Polo Industrial do Hemisfério Sul, o Polo Industrial de Camaçari (PIC). Inicialmente foi implantado como um Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) com o firme propósito de ser o fornecedor dos insumos básicos em todo o Brasil, produtos de primeira geração da cadeia produtiva petroquímica que o Brasil importava, como também para produzir as utilidades industriais, produtos necessários para a operacionalidade das indústrias, como vapor, energia elétrica, água clarificada, água desmineralizada, água potável, água de incêndio, ar de serviços e ar de instrumento.

A urbanização industrial em Dias d'Ávila teve origem na posição de enclave territorial que o Polo de Camaçari havia se tornado na década de 1980, o qual originou a fragmentação territorial devido às diferenças econômicas-culturais pressionadas pelo Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) mudando definitivamente o território de Dias d'Ávila. Dias d'Ávila possuía um território, cuja sociedade se organizara pela identidade subjetiva com as águas, a sua territorialidade, conforme

citou Haesbaert (2014, p. 57), foi de “espaço dos lugares”, a relação de pertencimento e de identidade com o lugar se dava pelo “o encontro com as águas” (PORCIUNCULA, 2011, p. 15), no entanto, a subjetividade foi sendo desconstruída pressionada pela idealização e implantação de um polo em Camaçari, que passou estabelecer e submeter, no seu entorno, uma relação de poder econômico, proporcionando a transformação do espaço, que teria sido de zona do rural, em espaço urbano.

A relação de dependência já havia sido estabelecida no governo militar em prol do desenvolvimentismo nacional, através do plano de crescimento econômico e social das regiões integradas em caráter de interesses comuns, entre as cidades contíguas com os municípios que possuíssem melhores serviços e infraestruturas implantadas, com maior número de habitantes e maiores oportunidades de trabalho assalariado, pela Lei Federal Complementar (LFC) nº 14 de 8 de junho de 1973, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza (BRASIL, 2015a), e pela Lei Federal Complementar nº 20 de 1 de julho de 1974, a região metropolitana do Rio de Janeiro, após a junção do Rio de Janeiro e a Guanabara (BRASIL, 2015b). Faltava, assim, as mudanças urbanas no espaço do rural em Dias d’Ávila.

Conforme a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), as transformações urbanas começariam com o plano piloto de Camaçari e Dias d’Ávila, do plano diretor do COPEC de 1975, projetando uma expectativa nestes dois espaços, como área “[...] de remanejamento físico-territorial dos dois núcleos urbanos onde se deverão instalar os maiores contingentes populacionais [...] do polo petroquímico.” (CONDER, 1975, p. 1).

Estes projetos pilotos previam um aumento populacional de 150.000 moradores em Camaçari e 100.000 moradores em Dias d’Ávila demonstrando que existiam duas realidades urbanas dentro de um município. O projeto que previa o aumento de contingente humano residentes nestes dois espaços, tenta unificar estes núcleos urbanos focados em uma única realidade de desenvolvimento industrial propondo zoneamentos, no espaço urbano de Dias d’Ávila, zona para o Campus de Ensino Universitário (CEU); zona de uso residencial; zona de uso misto para serviços urbanos, podendo ter edificações de dois pavimentos, um comercial no térreo e outro residencial no primeiro pavimento; zona de áreas especiais; zona de equipamentos esportivos; e zona de recreação.

Conforme a CONDER (1992), do planejamento idealizado para o então distrito de Dias d'Ávila do plano piloto de 1975 apenas a implantação do bairro Nova Dias d'Ávila, com infraestrutura direcionada aos residentes de alta renda local, e as vias Frontal e Parafuso, implementadas para fazer ligação com o polo, foram realizadas. A CONDER(1992) ainda afirma que os investimentos industriais auferidos na Bahia na década de 1970, ao mesmo tempo que avolumaram, obras de infraestrutura urbana; o comércio; a prestação de serviços; e o contingente populacional,

“[...] foram os responsáveis pela alteração do papel e das feições urbanas de Camaçari e Dias d'Ávila, [...] implantando atividades deformadoras da ambiência física, desviaram o comportamento dos fluxos de visitantes na região para a orla, destituíram a “aura” da Estância Hidromineral de Dias d'Ávila, induziram a ocupação do município de Camaçari para a faixa de renda superiores e deformaram a estrutura urbana da sua cidade sede, tornando as duas cidades com papéis secundários para a economia regional, pouco atrativas para absorver investimentos [...] e com capacidade apenas de absorver famílias de rendimento inferiores [...]” (CONDER, 1992, p. 23)

A decadência da estância de Dias d'Ávila motivada pela mudança de fluxo de veranistas e visitantes para a orla de Camaçari e a falta de investimentos neste dois núcleos urbanos do município de Camaçari, geraram tensões nas relações socioculturais dos habitantes de Dias d'Ávila que estimulou a sua emancipação de Camaçari, em 1985. O processo de municipalização de Dias d'Ávila começou, conforme Andrade (2008) em 1982, sendo só concretizado em 1985 devido à disputa com Camaçari pelo complexo do cobre, representada pela empresa Caraíba Metais, atual Paranapanema, que delimitou o desmembramento territorial à oeste do então município.

A implantação do COPEC e da Caraíba Metais foi um dos fatores que serviram para a apartação deliberada e definitiva dos núcleos urbanos de Camaçari e Dias d'Ávila, impedindo um possível processo de “geminção” dos mesmos. Tal fato contribuiu seguramente para que em 1982 se iniciasse o movimento emancipatório que acabou resultando na separação entre os dois municípios. (ANDRADE, 2008, p. 110)

A pressão de um urbanização industrial impositiva pelo processo estabelecido pelo Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) para Dias d'Ávila e Camaçari gerou tensão que, segundo Alencar (2007, p. 117), é inerente “[...]”

de ruralidade imersas em ambiente onde a urbanidade é metropolitana.”. Como afirmou Porciuncula (2011, p. 35), as tensões geradas em Dias d’Ávila estão relacionadas à degradação ambiental associada à incorporação dos espaços rurais pelo urbano-industrial, “[...] quase que exclusivamente a eventos que [...] provocaram a degradação dos mananciais, principalmente daqueles presentes no perímetro urbano e periurbano do município.” No entanto, a reconstrução de uma relação com o território foi necessário, em um espaço que deixou de ter sua territorialidade de forma subjetiva, formada pelo encontro com as águas, sendo sua apropriação, portanto, também subjetiva, que teve suas atividades econômicas específicas geradas por esta apropriação. E, desta forma, construir uma nova relação territorial com uma nova configuração, no entendimento que “[...] as condições locais não desapareceram, mas mudaram de conteúdo [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 61), e que deve ser incorporado um conjunto de novas relações sociais em um espaço material, se apropriando, como “[...] um trunfo a ser usufruído [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 61) para, assim, estabelecer novas atividades econômicas desta nova relação material. A questão é a forma e os mecanismos de controle para usufruir das condições locais que mudaram de conteúdo¹.

Antes da fase de industrialização, Dias d’Ávila passou por um período de terciarização como forma de estabelecer uma nova atividade econômica. De acordo com Lemos (1991)², o nível de terciarização de um determinado espaço demonstra o potencial de expansão de um centro econômico, com base na relevância do setor terciário em face aos demais setores produtivos, primário e secundário, cujo crescimento do setor de serviços é o primeiro a se intensificar pelo efeito da propagação da influência do polo econômico. Neste caso, o COPEC representaria a força impulsionadora da terciarização em um espaço de Dias d’Ávila no qual ficou conhecido como Polo de Serviços ou Polo de Apoio de Dias d’Ávila.

A industrialização de Dias d’Ávila só viria com a diversificação industrial em Camaçari, em especial o automotivo, o Complexo Petroquímico de Camaçari passou a ser reconhecido como Polo Industrial de Camaçari (PIC) a partir dos anos 2000, no qual o Complexo Industrial Ford Nordeste foi inaugurado em outubro de 2001,

¹ Apesar da importância deste tópico este assunto não será tratado nesse estudo.

² Em sua tese de professor titular trouxe uma relevante contribuição desenvolvendo um índice que identificou o alcance dos efeitos de um polo econômico a partir do nível de terciarização de um espaço.

localizado na área industrial Leste, a 50 km da cidade de Salvador, próximo 50 km do aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães (FORD, 2016). A nova estruturação do Polo Industrial de Camaçari desdobrou-se em novos polos econômicos, como por exemplo a indústria de química fina, fornecedora de insumos para cosméticos, conservantes de alimentos, fertilizantes etc.; e o polo industrial têxtil de fibras sintéticas, cujo insumo básico é o propeno consumido pela indústria BASF, inaugurada em 19 de junho de 2015, produtora de ácido acrílico, acrilato de butila e polímeros superabsorventes (BASF, 2016), matéria-prima consumida pela indústria Kimberly Clark, instalada no PIC.

Desta forma, como resultado da nova realidade do Polo Industrial de Camaçari, o então espaço conhecido como Polo de Serviços de Dias d'Ávila, com apoio e incentivo público, transformou-se, em 2004, no Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), sendo hoje o Polo Empresarial de Dias d'Ávila, um pretense polo de crescimento, como um desdobramento do Polo Industrial de Camaçari, com 74 empresas e indústrias, com diversidade de empresas fornecedoras de serviços para o Polo Industrial de Camaçari (PIC) e consumidoras de seus produtos no nicho agrícola, plástico, automotivo, sendo três destes estabelecimentos, empresas externas do Complexo Ford Nordeste que fazem parte do processo de sua produção, as chamadas sistemistas, dentre outros nichos.

1.2 Objetivos do trabalho

Dias d'Ávila, na década de 1960, era só um local de veraneio no melhor aquífero da bacia sedimentar do Recôncavo Baiano, o aquífero São Sebastião. Os espaços construídos eram de edificações de ranchos, de currais, de chácaras de descanso para veranistas, que vinham se banhar nas águas da estância hidromineral, o Balneário Imbassaí (BAHIA, 2015). A aglomeração territorial formada pelo balneário intensificou as atividades econômicas, os moradores locais trabalhavam essencialmente nas atividades demandadas das relações socioeconômicas desenvolvidas pela estância. A dinâmica socioespacial e a dinâmica socioeconômica em Dias d'Ávila surgiram pelo processo histórico, cujas especificidades locais, conforme seus momentos históricos, se configuram como uma vantagem espacial

centralizada nestas especificidades temporais. Como compreendido em Haesbaert (2014, p. 56), estas dinâmicas se articulam complexamente entre processos sociais e os espaços econômicos.

A implantação do polo econômico de Camaçari, em 1978, gerou uma conturbação no espaço de Dias d'Ávila, transformando as relações socioeconômicas espaciais. O crescimento econômico local foi influenciado pelo polo de Camaçari, gerando mudança em sua atividade econômica e na implantação de um novo polo econômico como ondas de um polo de crescimento em formação, o Polo Empresarial Governador Cesar Borges (PEGCB).

O estudo do PEGCB, como um desdobramento do Polo Industrial de Camaçari é relevante para avaliar os impactos de um polo econômico atribuído como desdobramento de um outro polo econômico propulsor, tendo como objetivo geral analisar as mudanças de um território relacional e os desafios a serem enfrentados no território de Dias d'Ávila na Bahia, com uma nova configuração, no período de 2004 a 2015. Desta forma, a escolha do PEGCB, instalado em Dias d'Ávila desde 2004, como pano de fundo do estudo, foi devido às correspondências multidimensionais da análise da pesquisa que levará a uma projeção ampliada dos elementos a serem examinados. Sendo Dias d'Ávila a alusão empírica, o município faz jus às transformações a serem perquiridas. Assim, o município de Dias d'Ávila, dentro da Região Metropolitana de Salvador (RMS), foi a escolha mais apropriada quanto ao modelo de representatividade a ser analisado nessa dissertação.

Diante do objetivo geral apresentado os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos:

- a) Localizar Dias d'Ávila no tempo e no espaço;
- b) analisar a territorialização no município através de sua historicidade;
- c) caracterizar o planejamento, o contexto econômico e espacialidade na qual se deram as pressões e transformações territoriais em Dias d'Ávila;
- d) averiguar o padrão de ocupação territorial em Dias d'Ávila após implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari;
- e) verificar as circunstâncias nas quais surgiu o polo econômico em Dias d'Ávila;
- f) analisar a evolução do espaço econômico do Polo de Serviços para Polo Empresarial Governador César Borges; e

- g) avaliar as relações territoriais no PEGCB e os novos desafios para Dias d'Ávila, sob aspecto socioeconômico espacial com a implantação do Polo Empresarial Governador César Borges.

Por esta disposição, a perquirição do estudo, sendo o cerne da investigação do trabalho, se propõe a responder às seguintes indagações: de que forma foi estruturado o espaço econômico de Dias d'Ávila após a mudança da relação com o território? E, quais os desafios com as novas configurações do atual espaço econômico no município?

Desta forma, é pertinente considerar, como hipótese principal desse estudo, que o Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB) seja um desdobramento do Polo Industrial de Camaçari (PIC) que surgiu por uma força centrífuga emanada pelo PIC, interagindo mutuamente em suas atividades.

E como hipóteses secundárias admitidas nessa pesquisa, estabelece que o Polo Petroquímico de Camaçari, antes considerado como um enclave industrial na Região Metropolitana de Salvador, passa, a partir dos anos 2000, sobretudo com a implantação da indústria automobilística, a ter uma configuração mais diversificada, transformando-se em um Polo Industrial com maior impacto com as novas indústrias e serviços em Dias d'Ávila, como também, é colocada a suposição de que o planejamento territorial de Dias d'Ávila foi impositivo com fulcro no desenvolvimentismo urbano-industrial do período militar.

Este estudo está dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo contextualiza o tema da pesquisa introduzindo ao assunto, definindo os objetivos a que se pretende alcançar com a pesquisa; o segundo capítulo apresenta a base teórica do estudo e o método pelo qual está sistematizada a abordagem da pesquisa e as técnicas do trabalho; no terceiro capítulo aborda-se a implantação do Polo Industrial de Camaçari, o contexto e a sua importância como um polo econômico de abrangência baiana, regional e nacional, e as transformações em Camaçari e na Região Metropolitana de Salvador; o quarto capítulo ressaltará as mudanças recentes no Polo Petroquímico de Camaçari com a implantação de indústrias de bens finais, discutindo a concepção do projeto do Polo Empresarial Governador César Borges em Dias d'Ávila na Bahia, objeto desse estudo; o capítulo quinto discorrerá acerca da investigação da dissertação, caracterizando o município de Dias d'Ávila, o processo de industrialização, a formação do Polo de Serviços de Dias d'Ávila e sua migração para

o Polo Empresarial. O capítulo sexto, discutirá sobre as influências e os desafios do objeto empírico. A apresentação dos construtos realizados caberá às considerações finais da dissertação.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

A partir dos objetivos propostos, das questões e suposições expostas, para uma melhor ponderação do estudo, alguns conceitos serão estabelecidos sob uma dimensão econômica territorial histórica de Dias d'Ávila tendo em vista a necessidade de avaliar a estruturação dos espaços construídos pela intensidade das atividades econômicas, as quais transformam avidamente uma conjuntura. Assim, as aglomerações econômicas focais nessa pesquisa são as de polo petroquímico e de polo empresarial, uma por possuir uma rede de interações ativas, de intensa capilaridade e força agregadora, e outra por ser uma intensa força agregada complementar.

Dando sustentabilidade conceitual dos espaços econômicos, desta forma, esse estudo abarca os conceitos de Boudeville, conforme Haddad (2015) em sua resenha bibliográfica, o espaço econômico é onde ocorrem as tecnicidades interagindo com o comportamento humano, apresentando-se como espaço econômico homogêneo, cujos elementos de sua formação possuem características semelhantes; como espaço econômico polarizado, sendo um espaço heterogêneo onde cada corruptela se complementa e mantém intensa interação com a corruptela motriz e como espaço econômico de planejamento, onde ocorrem as decisões centrais de movimento em conjunto, as macro-decisões. De certa forma, as definições de espaços econômicos de Boudeville não são excludentes, podendo ocorrer combinações delas.

As aglomerações econômicas que geram conturbações na sua implantação são estabelecidas sob um espaço de tal forma que transformam a relação social, a relação com o território, as relações internas e as relações externas ao território, e, desta forma, o território, nessa dissertação, “[...] é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido [...] de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 56). Sendo assim, se identifica também por processos históricos, assim, o conceito a ser utilizado de território em Haesbaert seguirá a fluidez do contexto em que o espaço se encontra. Seguindo esta linha de engendramento, a desterritorialização será vista, “[...] como deslocalização econômica, a libertação, principalmente por parte das grandes corporações transnacionais, dos principais fatores locacionais [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 61), compreendendo que “[...] as

condições locais não desapareceram, mas mudaram de conteúdo [...] incorporando fatores ligados ao setor financeiro, à densidade do aparato tecnológico [...] e aos incentivos fiscais [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 61).

Para conceituar um polo petroquímico, o estudo abarcará conceituação de Klein (2011). Segundo o autor, polo petroquímico consiste em,

[...] um conjunto de empresas, que, em uma mesma localização geográfica, formam uma cadeia petroquímica. [...] Com objetivo de aproveitar as sinergias logísticas, de infraestrutura e de integração operacional, e com isso minimizar os custos, na maioria dos países, a indústria petroquímica se organiza em polos industriais. (KLEIN, 2011, p. 14)

Oliveira (2006, p. 48) chega no mesmo entendimento, mas com forte influência empírica, cujo polo petroquímico “[...] compreende a reunião de todas as unidades produtivas numa mesma micro-localização: petroquímicos, utilidades, manutenção e tratamento de efluentes.” (OLIVEIRA, 2006, p. 48)

A organização espacial de um polo petroquímico em Oliveira (2006, p. 48), deve-se aos ganhos econômicos na estrutura funcional de integração vertical em busca da evolução do setor de acordo com suas funcionalidades. Há que se observar que tanto Klein (2011) e Oliveira (2006), são unívocos quanto à caracterização pelos processos petroquímicos que definem um polo petroquímico, e pelo aspecto de uma estrutura espacialmente organizada de uma verticalidade funcional integrada.

Segundo Oliveira (2006), quanto a sua espacialidade, um polo são concentrações setoriais, quer sejam de indústrias; quer sejam de empresas, que estejam integradas pela setorização dos processos produtivos.

A existência de empresas e de indústrias cujas estruturas internas dão lugar a mais interações do tipo insumo-produto [...] que outras, levou Lasuén a admitir que agrupação de empresas e/ou indústrias dotadas de maior grau de interação entre si são consideradas de concentração. (OLIVEIRA, 2004, p. 102)

Assim, as primeiras concentrações setoriais de indústrias em um determinado espaço são concentrações tecnologicamente inovadoras e criativas, e como tal, serão estas indústrias, as centralizadoras das concentrações industriais advindas.

[...] as concentrações de inovações precedem as concentrações industriais. A instalação de indústrias, tecnologicamente complementares, é sempre precedida de invenção, inovação, teste e operação. (OLIVEIRA, 2006, p. 103)

Quanto a um Polo Empresarial, será entendido, na noção de Oliveira (2006), como sendo pontos de convergências deste conjunto da engrenagem econômica, indústrias e empresas, cujas empresas “[...] podem acumular as diferenças tecnológicas das indústrias e somar a estas as diferenças em organização.” (OLIVEIRA, 2006, p. 103). Ou seja, um Polo Empresarial é um espaço econômico diversificado de, empresas de serviços diversos que absorveu as terceirizações sob influência de um polo econômico motriz, e que portanto, a qualificação profissional depende do tipo de serviços prestados, e de indústrias menos tecnológicas, com menos necessidade de qualificação profissional específica e com menor aporte de capital financeiro. A capacidade de absorção de mão de obra, neste contexto, possui uma abrangência maior, porém pulverizada em várias indústrias e empresas concentradas neste espaço. Desta forma, um Polo Empresarial será visto, nessa dissertação, como prolongamento externo de um processo complementar de produção econômica, podendo a mesma fazer parte de mais de um polo econômico motriz.

A industrialização foi base de discussão de diversos estudos, algumas teorias foram elaboradas buscando compreender sua dinâmica e encontrar soluções para os problemas gerados por concentrações espaciais de crescimento econômico. Destacam-se, assim, a noção de distritos industriais, apresentado pioneiramente por Alfred Marshall, que caracteriza a dinâmica de aglutinação de pequenas e médias empresas inglesas, localizadas no entorno de grandes indústrias. Conforme Marshall (2015), existem vantagens na aglomeração industrial, onde as relações necessárias são ágeis e eficazes:

São muitas as diversas causas que levaram à localização de indústrias, mas as principais foram as condições físicas, tais como a natureza do clima e do solo, a existência de minas e de pedreiras nas proximidades, ou um fácil acesso por terra ou mar. Assim, as indústrias metalúrgicas situaram-se geralmente perto de minas ou em lugares em que o combustível era barato. A indústria do ferro na Inglaterra procurou primeiro os distritos de carvão abundante, e depois situou-se na vizinhança das próprias minas [...]. (MARSHALL, 2015, p. 318)

Também há teorias clássicas que analisaram o crescimento econômico sob a perspectiva das vantagens absolutas de Adam Smith, cuja “[...] a quantidade de trabalho necessário para a produção do bem fosse menor que a do parceiro [...]”

(NUNES FILHO, 2006, p. 57), assim como, pela perspectiva das vantagens comparativas de David Ricardo, cuja “[...] razão entre o trabalho incorporado às [...] mercadorias diferia entre os países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor [...]” (NUNES FILHO, 2006, p. 57-58), levando ao custo de oportunidade produtiva.

A teoria das vantagens competitivas de Michael Porter demonstrou as fragilidades das vantagens comparativas principalmente com o advento tecnológico nos processos produtivos.

Os custos dos fatores podem ser modificados rapidamente através da utilização de novas tecnologias. Os subsídios governamentais podem tornar empreendimentos viáveis ou não por determinado período de tempo. Os baixos custos de trabalho podem ser modificados de uma região para outra através dos processos de deslocamentos intensivos. A facilidade de manipulação desses fatores como diferencial para a competição tem fomentado diversas regiões a disputarem e atraírem indústrias para implantarem novos empreendimentos locais. (NUNES FILHO, 2006, p. 131)

As vantagens competitivas direcionadas para o crescimento econômico, fez surgir um viés do estudo com foco no desenvolvimento regional, que pode ser de natureza endógena ou exógena. Do ponto de vista motivacional interno o foco estaria nas especificidades locais, nos recursos naturais e nas definições de identidades socioculturais funcionando como força de atração de novas atividades, no ponto de vista externo, a teoria da base exportadora de North (1955) corrobora como força motivacional, North procurou explicar, em sua teoria, que as demandas de outras regiões por produtos locais respondem como uma vantagem comparativa da região, e neste caso, o potencial exportador é um aspecto importante para o desenvolvimento. A teoria é fundamentada na existência de motivação exógena como fator intrínseco ao desenvolvimento regional, assim:

A partir de um determinado momento, o mercado regional será suficientemente amplo para justificar investimento, visando o atendimento da demanda interna, possibilitando também a competição com produtores de fora da região. Nesta fase, os fatores internos de crescimento serão importantes e poderão permitir o crescimento regional auto-sustentado. (SILVA, 1976, p. 16)

Segundo Lima e Simões (2009), na visão de Gunnar Myrdal (1957), o processo de desenvolvimento se dá através da causação circular cumulativa onde é possível

atingir o equilíbrio ou desequilíbrio, através de uma causa específica, progressiva e externa, que influencia um determinado acontecimento. Conforme Lima e Simões (2009), Myrdal (1957) contrapôs-se à economia clássica que considera a existência de uma *mão invisível* da economia que equilibra o livre mercado.

O processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e o mesmo, se não regulado tende a aumentar as disparidades entre regiões. Myrdal defende a ideia de que o processo de causação circular cumulativa reflete de maneira mais realista as mudanças ocorridas na sociedade quando comparado à hipótese clássica do equilíbrio estável [...] (1957 apud LIMA; SIMÕES, 2009, p. 12)

Por uma outra abordagem são assumidos estímulos por características endógenos e motivações exógenas ao mesmo tempo, afetando e sendo afetado, extraindo e distribuindo, conforme mencionou Silva (1976, p. 16), sendo “[...] condicionado por fatores sócio-políticos, objetivando uma expansão das forças distributivas, permitindo a difusão espacial das inovações.” (SILVA, 1976, p. 17). E, sob esta ótica, o geógrafo sueco, Torsten Hägerstrand apresentou a teoria de propagação das ondas de inovação, caracterizada por um núcleo de emanção das inovações e pela sua disseminação, sua consolidação e sua estabilização. (SILVA, 1976, p. 17-18)

Aproximando-se deste mesmo critério, a teoria de polo de crescimento de PERROUX (1977), apresenta-se como uma teoria que explica o crescimento econômico pela relação de dominação e dependência, mas que, pela capacidade de afetar e ser afetado mesmo com intensidades diferentes, gera transformações tais que, o território afetado deixa de estar circunscrito em si mesmo, permitindo interações exógenas modificadoras que lhe permitem alcançar determinados níveis do desenvolvimento dependendo dos engendramentos ensejados pelos seus fatores.

2.1 A teoria dos polos de crescimento

A teoria de polo de crescimento, de François Perroux, é a base teórica central desta dissertação, cujo “[...] crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, [...] e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1977,

p. 146). O autor propõe a noção de indústrias motrizes e indústrias movidas, que geram um regime não concorrencial e aglomerações territoriais, trazendo, desta forma, a ideia que uma indústria motriz é uma empresa em crescimento, inovadora, moderna e com alto padrão tecnológico. De acordo com o autor, são empresas autônomas em suas decisões e desempenham um papel de influência sobre outras indústrias, outras empresas e sobre a economia nacional, maximizando seus próprios lucros.

Segundo a teoria de Perroux, o processo de crescimento econômico ocorre a partir do surgimento de uma indústria motriz, e esta, por sua vez, se diferencia das demais por ser mais moderna, como também, por promover a “[...] separação dos fatores de produção, concentração de capitais sob o mesmo poder, decomposição técnica das tarefas e mecanização.” (PERROUX, 1977, p. 147). O polo de crescimento é inerente ao modo de produção capitalista industrial, dinamizador do crescimento econômico, e que por ele se justifica a implementação e transformações em determinado espaço e contexto.

Uma indústria motriz, por exemplo, se caracteriza por três momentos básicos, no primeiro momento, ao se instalarem geram conturbações naquele espaço. A implantação de uma indústria motriz, por sua estrutura, impacta a área de sua abrangência quanto aos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, pois as principais considerações de uma empresa para definir o local de sua implantação, baseiam-se nos fatores com menores custos e maiores benefícios, tal como o fator da mão de obra, como o fator transporte e como do fator da capacidade de imanização, ou seja, ter aptidão de trazer para perto de si outras empresas que com a indústria motriz possa implementar uma relação de interdependência de intensidades diferentes.

Um dos benefícios mais importantes de uma indústria motriz para a sua implantação, a saber, são oferecidos como incentivos pelos poderes públicos, e, dependendo dos resultados a serem alcançados, quer seja de âmbito nacional, regional ou local, o estímulo público pode ser da esfera dos governos Federal, Estadual ou Municipal.

No segundo momento, quanto ao aspecto econômico, a “[...] taxa de crescimento [...] sofre um declínio relativo. Além das razões acidentais, existem razões gerais desse ritmo.” (PERROUX, 1977, p. 148). A demanda inicial de um produto é

sempre maior do que a manutenção dele, nos períodos que se seguem, nas empresas consumidoras, sendo ela relativizada pela necessidade de manter o ciclo do consumo.

Em um terceiro momento, enfim, por construção progressiva do segundo momento, sendo consequência desta, a dependência é estabelecida pela relação demanda-oferta e tecnicidade.

[...] o vínculo entre as duas firmas não mais se dá pela existência de um preço único. Ambas as firmas estão ligadas entre si pelas vendas de bens e serviços e pelas compras no mercado de fatores e, uma vez que estes elementos dependem da técnica e de suas mudanças, estão, também, por elas ligadas. (PERROUX, 1977, p. 148)

É neste construto de interdependência que surgem os espaços motrizes e os espaços movidos, que por sua vez, sem ter sido instituída esta relação de dependência, entre as empresas, não seriam percebidos. O espaço motriz é adjetivado como espaço econômico homogêneo de planejamento, formado por aglomerados de indústrias motrizes que possuem capacidade de afetar e de transmitir intensidades a outros espaços em seu entorno, e o espaço movido será qualificado como um espaço econômico homogêneo estruturado por um conjunto de indústrias movidas aptos a serem afetados, se potencializando por uma força ativa propulsora a afetar novos espaços promovendo interdependência espacial. Uma das características de um espaço movido, parafraseando Silva (1976, p. 16), é ter o que oferecer a ser extraído para ter a contrapartida do que será distribuído pelo espaço motriz. E, como base para fundação destes espaços, há que se conceituar também, nesse estudo, o espaço hospedeiro, no qual alojam-se estruturas econômicas que se tornam estranhas no contexto em que está inserido, não gerando sinergia espacial local.

Inserido no espaço motriz existe uma indústria motriz que se destaca pela sua envergadura de provocar no seu contexto geral uma amplificação de vendas, de outros produtos, maior que as suas próprias vendas, sendo chamadas de indústrias-chaves, a priori são indústrias de base, indústrias de logística de transporte de insumos ou produtos acabados e afins. Uma indústria motriz, interpretando Perroux (1977, p. 153), será uma indústria-chave, dependendo do grau de importância para o espaço movido e da relação de interdependência no espaço econômico polarizado, podendo, este status, ser temporal.

Um polo de crescimento só existe em espaços econômicos polarizados, cujo espaço motriz, pela interação dos movimentos de entrada e saída de produto e rentabilidade, motivam o crescimento das indústrias no espaço movido ligadas as indústrias motrizes por disseminação técnica. O qual, a princípio, promove a terciarização devido à translação da atividade econômica, e portanto, da forma de captação de renda, como também, promove o aumento da densidade demográfica, por migração de mão de obra qualificada, além de mudar o perímetro urbano, gerando aglomerações territoriais e adversas atividades econômicas, por consequência das transformações ocorridas. Conforme Perroux,

[...] polo industrial complexo, geograficamente aglomerado, modifica o seu meio geográfico imediato [...], e, como um novo centro de acumulação de capitais e de aglomeração humana, pode influenciar o surgimento de outros centros de acumulação e aglomeração de recursos humanos. (PERROUX, 1977, p. 154)

Assim, polos de crescimento expandem-se concomitantemente com a economia nacional, apresentando-se,

“[...] como uma combinação de conjuntos relativamente ativos com indústrias motrizes, polos industriais e de atividades geograficamente aglomeradas, e de conjuntos relativamente passivos como indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente aglomerados. Os primeiros transmitem aos últimos os fenômenos do crescimento [...]” (PERROUX, 1977, p. 155).

O autor, supracitado, delineou uma importante revisão da definição de espaços territoriais no desenvolvimento local, visto que, no aspecto econômico, existem tantos espaços econômicos quantos forem os fenômenos econômicos estudados. Ele demonstra que o crescimento dos polos pode trazer consequências favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento de um determinado território, e os impactos percebidos nestes polos repercutirão em toda aglomeração territorial do seu entorno.

As mudanças da técnica, as vicissitudes políticas, as orientações das correntes do tráfico mundial entre polos maiores favorecem ou desfavorecem os polos territorialmente aglomerados. Quando começa o declínio do polo, se fazem sentir as consequências das concentrações humanas e de capitais fixos e fixados e da rigidez das instalações e das estruturas que haviam acompanhado o desenvolvimento desse polo. O polo, até então, fonte de prosperidade e de crescimento passa a ser um centro de estagnação. (PERROUX, 1977, p. 155)

Ou seja, existem variáveis dentro do contexto de um polo de crescimento pertinentes às macros-decisões, norteadas por estas variáveis, que todo o conjunto movido por este polo serão impactados, favorável ou desfavoravelmente, com intensidades e efeitos variados.

Desta forma, concisamente, nesse estudo, os conceitos e a teoria de Polo de Crescimento de Perroux (1977) serão aplicados, nessa pesquisa, conforme o Quadro 1 apresenta.

Quadro 1 – Síntese dos principais embasamentos teóricos do estudo

(continua)

Autor	Contribuição	Aplicação na pesquisa
<p>HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização In: SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial 5. ed. Fortaleza: UFC, 2014. p. 43-71</p>	<p>Território pode ser visto como “[...] relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido [...] de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 56)</p>	<p>Estabelecer que o território e a territorialidade de Dias d’Ávila acompanham e se relacionam com as dinâmicas socioeconômicas definidas durante seu processo histórico.</p>
<p>HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização In: SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial 5. ed. Fortaleza: UFC, 2014. p. 43-71</p>	<p>desterritorialização será visto, “[...] como deslocalização econômica [...] dos principais fatores locais [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 61), compreendendo que “[...] as condições locais não desapareceram, mas mudaram de conteúdo [...] incorporando fatores ligados ao setor financeiro, à densidade do aparato tecnológico [...] e aos incentivos fiscais [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 61).</p>	<p>Compreender como os fatores locais, considerados como vantagens comparativas em Dias d’Ávila, mudaram em relação ao elemento social que os usufruem.</p>
<p>OLIVEIRA, Adary. O polo petroquímico de Camaçari. Salvador: P555, 2006. 344 f.</p>	<p>Polo Petroquímico será “[...] compreende a reunião de todas as unidades produtivas em uma mesma micro-localização: petroquímicos, utilidades, manutenção e tratamento de efluentes.” (OLIVEIRA, 2006, p. 48)</p>	<p>Compreender as funções do Polo Industrial de Camaçari (PIC)</p>

Quadro 1 – Síntese dos principais embasamentos teóricos do estudo

(conclusão)

Autor	Contribuição	Aplicação na pesquisa
<p>OLIVEIRA, Adary. O polo petroquímico de Camaçari. Salvador: P555, 2006. 344 f.</p>	<p>O Polo Empresarial visto como o local de convergências entre indústrias e empresas, cujas empresas, neste polo, “[...] podem acumular as diferenças tecnológicas das indústrias e somar a estas as diferenças em organização.” (OLIVEIRA, 2006, p. 103).</p> <p>Ou seja, o espaço econômico de Polo Empresarial é visto como um prolongamento externo de um processo complementar de produção econômica.</p>	<p>Compreender e diferenciar as funções do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB) do Polo Industrial de Camaçari (PIC)</p>
<p>PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 145-156.</p>	<p>Teoria Polo de crescimento:</p> <p>O autor destaca o surgimento do centro de acumulação financeiro, como polos de crescimento, a partir de um centro de acumulação motriz, que crescem com intensidades e efeitos variados. Propondo a noção de indústrias motrizes e de indústrias movidas.</p>	<p>Explicar a formação do espaço motriz, e a implantação das indústrias motrizes no Polo Industrial de Camaçari (PIC); a formação do espaço movido e a instalação das indústrias movidas no Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB); e a relação de dependência entre PEGCB para com o PIC.</p>

Elaborado por: Eline Barreto

2.2 A metodologia da pesquisa

A pesquisa será realizada principalmente através de estudo de caso, procurando a compreensão da formação do espaço econômico do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), por meios sistemáticos quantitativos e exploratórios, utilizando-se de técnicas estatísticas, por meio de análises e sínteses do processo histórico, social e cultural no território de Dias d’Ávila na Bahia.

O método científico permitirá que as hipóteses formuladas nesse estudo sejam sistematicamente comprovadas e verificadas, sendo “[...] real porque lida com ocorrências ou fatos [...]. Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência não apenas pela razão [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 80), desta forma, ao confrontar as hipóteses com a teoria proposta e com outra realidade histórica ocorrida em Dias d’Ávila, obteve-se conclusões que foram explicitadas nas considerações finais dessa pesquisa.

Neste aspecto, o estudo foi centrado no método hipotético-dedutivo com intuito de chegar o mais próximo da verdade possível. Assim, a intenção, ao utilizar este método, é eliminação de erros, e desta forma, o método hipotético-dedutivo segue o pensamento de Popper, partindo de um conhecimento prévio, que quando confrontado com as expectativas, gerou uma problemática, propondo uma hipótese consequente do problema exposto, podendo ser refutada ou confirmada durante o processo investigativo. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 96),

Se a hipótese não supera os testes, estará falseada, refutada, e exige nova reformulação do problema e da hipótese, que, se superar os testes rigorosos, estará corroborada, confirmada provisoriamente, não definitivamente como querem os indutivistas. Einstein vem em auxílio desta característica da falseabilidade quando escreve a Popper nestes termos "na medida em que um enunciado científico se refere à realidade, ele tem que ser falseável; na medida em que não é falseável, não se refere à realidade". (Popper, 1975a: 346)

As suposições e as questões levantadas nesse estudo foram averiguadas de forma histórica em busca dos dinamismos e interações territoriais em Dias d’Ávila contextualizando-os. Sendo assim, se fez necessário os procedimentos metodológicos a seguir para a percepção das especificidades em Dias d’Ávila e as interações relacionais no espaço-tempo:

Pesquisa bibliográfica: foram feitos levantamentos bibliográficos em livros, publicações periódicas, artigos científicos, jornais, revista, dissertações, teses e documentos em meios eletrônicos.

Pesquisa documental: foram acolhidas informações do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - SIDRA, do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA) - IPEADATA, do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) - ALICE-MDIC, da Associação Brasileira de Indústria de Plástico (ABIPLAST),

da Associação das Empresas do Polo de Dias d'Ávila (AEPDD), do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLASBRASIL), da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), do Sistema de Regulação do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura (E-MEC) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Foram também consideradas informações da Prefeitura de Dias d'Ávila, como também, de endereços eletrônicos oficiais de sindicatos, empresas e instituições de ensino superior, federal e privado, e documentos oficiais.

Pesquisa de campo: Ao delimitar o espaço da pesquisa, o Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), foram levantadas 74 empresas implantadas, desta forma, foi calculada a necessidade de 63 amostras representativas das empresas do PEGCB, porém, o procedimento tornou-se inviável devido à impossibilidade dos representantes das empresas estarem disponíveis para participarem da entrevista, assim, a opção foi concentrar a pesquisa de campo na Associação das Empresas do Polo de Dias d'Ávila (AEPDD). Diante desta realidade, foi decidido seguir com a entrevista de forma mais flexível e não estruturada, com perguntas abertas no âmbito da conversação, não sendo autorizada a gravação. A Entrevista foi focalizada em tópicos pertinentes ao estudo, tendo os entrevistados a liberdade de exposição, mas, sendo conduzido para não desviar do assunto. A entrevista teve os seguintes tópicos:

- a) Como surgiu o Polo de Serviços de Dias d'Ávila? Por que a escolha da localização? Quantas empresas estavam instaladas no primeiro ano?

Neste tópico a AEPDD disponibilizou uma foto de 1987 da primeira empresa instalada no Polo de Serviços, a Master Solda Ltda., instalada em terreno arenoso às margens da via frontal que liga Dias d'Ávila ao Polo de Camaçari com objetivo de aproveitar a aproximação e as atividades de serviços ofertados pelo Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

- b) Qual foi o objetivo da implantação de Polo Empresarial em Dias d'Ávila? A implantação foi iniciativa do governo municipal? Qual foi o incentivo dado?

Neste item a AEPDD afirmou que a prefeitura, motivada pelo projeto AMAZON do Complexo FORD do Nordeste, que estaria sendo implantado em

Camaçari, deu incentivo às empresas através de um protocolo de intenções pactuado entre a prefeitura e os estabelecimentos, os quais deveriam dar contrapartidas.

Foi também disponibilizou uma foto de 2003 da instalação do emblema representativo do PEGCB com uma imagem vazada de uma ferramenta de engrenagem industrial simbolizando uma diversidade instaurada.

- c) Houve desapropriação de moradias? Para onde eles foram deslocados? Qual foi a compensação dada?

Neste tópico não houve uma precisão na resposta, desta forma, não pode ser identificado a deslocação humana por parte da gestão pública. Mas, através de pesquisa documental algumas desapropriações foram confirmadas, como também, a convivência de residência, indústria e empresas no mesmo espaço econômico.

- d) Existe uma lista de empresas do Polo e seu ramo de mercado?

Foram entregues uma lista de empresas, e a disposição física das empresas ativas e desativadas, áreas sem ocupação, espaços reservados, como também, a disposição das residências dentro do PEGCB, utilizando recursos gráficos do software EXCEL desenvolvido pela Microsoft, empresa desenvolvedora de produtos eletrônicos.

Em uma segunda etapa da pesquisa de campo foi utilizada a pesquisa exploratória sendo realizadas entrevistas não dirigidas e sem elaboração de perguntas. Para tanto, foi entrevistado um engenheiro químico e ex-funcionário do Polo de Camaçari, atuando como prestador de serviços de engenharia para a BRASKEM, o qual discorreu sobre os processos petroquímicos do então Complexo Petroquímico do Nordeste (COPENE) atual BRASKEM Unidade de Insumos Básicos (BRASKEM-UNIB) e sua interação com outras empresas do polo de Camaçari, como também, um ex-funcionário da PETROBRAS, atualmente aposentado, expondo livremente sobre as experiências vivenciadas durante 30 anos na PETROBRAS, contratado que foi em 1962, na unidade de produção de petróleo sediada na cidade de Catu.

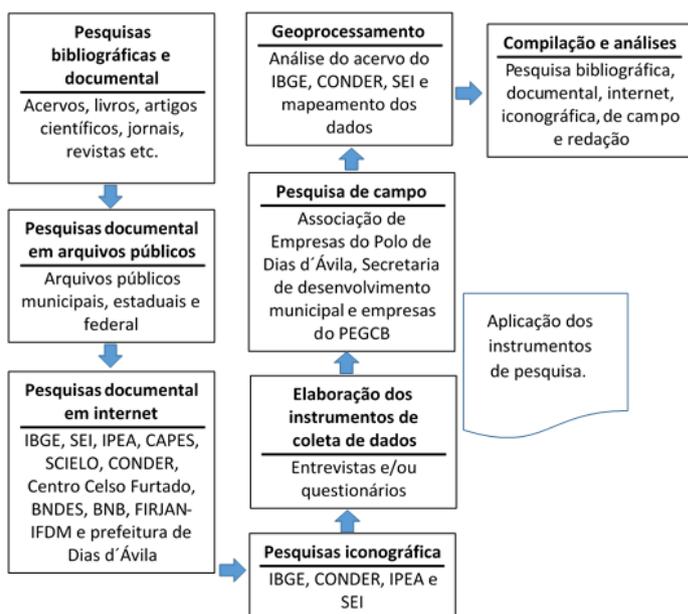
Os dados referentes às áreas de influência econômica em Dias d'Ávila foram solicitados e enviados por meio de comunicação eletrônica pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) do município.

Pesquisa Iconográfica: Nesta etapa foram feitos levantamentos de imagens representativas de momentos históricos no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), como também, foram capturadas imagens da disponibilidade vegetal em Dias d'Ávila em 1970 e 1980 no Google Earth representativo da situação antes e depois do polo de Camaçari. Nos sites oficiais das empresas foram capturadas imagens da FORD e do Polo Industrial de Camaçari (PIC), assim como em pesquisas documentais. As imagens atuais representativas das empresas e das dinâmicas ocorridas no espaço territorial do PEGCB, assim como fotos das residências, foram coletadas no local.

Alguns dados levantados, documentalmente, foram mapeados usando, combinações de ferramentas computacionais, desta forma, para representar a expansão da Região Metropolitana de Salvador (RMS) conforme seus instrumentos legais e a disposição dos cursos presenciais e de Ensino à Distância (EAD) oferecidos na RMS, foram usados o ARGIS e Paint Brush, e para representar a espacialidade da qualidade do padrão urbano-ambiental por bairros de Dias d'Ávila, próximos ao PEGCB, foi usado o Google Earth e Basemap Word Street Map – ARGIS.

Após os levantamentos e as entrevistas foram feitas as análises-sínteses das informações qualitativas produzindo uma compilação das informações documentais e dos instrumentos da pesquisa. O procedimento foi sintetizado conforme o fluxo da Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma da metodologia de procedimento



3 O POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

3.1 A implantação do Polo Petroquímico de Camaçari

O Conselho Nacional do Petróleo (CNP), criado por decreto nº 395 de 1938 no governo de Getúlio Vargas, sendo, o mesmo, responsável pelas políticas de exploração e refino do petróleo, e por conseguinte, seus subprodutos, gerenciava “[...] a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados, no território nacional.” (BRASIL, 2016b). O conselho estimulou o direcionamento industrial petroquímico no Brasil aprovando a implantação da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC) em São Paulo, no ano de 1952. Nesta governança, em 1953, por Lei Federal nº 2004, o Governo Federal estabeleceu a PETROBRAS S.A, empresa Estatal, constituindo, em seu Art. 1º, o monopólio da União, a qual exerceu seu monopólio através dos ordenamentos do CNP (BRASIL, 2016c) até a criação do Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 1997.

A PETROBRAS deu subsídios para implantação de indústrias que tinham como insumos de produção, os derivados de petróleo, conforme pode ser visto no Quadro 2. (TORRES, 1987, p. 49-50)

Quadro 2 - Principais indústrias petroquímicas no Brasil na década de 1950

Implantação	Indústria	Subsidiária	Local	Insumo	Produção
1957	Companhia Brasileira de Estireno (CBE)	Koppers Co. Inc. - EUA	Cubatão – SP	Eteno e benzeno	Estireno ou poliestireno
1958	Union Carbide do Brasil	Union Carbide - EUA	Cubatão – SP	Eteno	Polietileno de baixa densidade
1958	Companhia Petroquímica Brasileira (COPEBRAS)	Celanese Corp. - EUA	Cubatão – SP	Resíduo aromático	Negro de fumo
1958	Alba S.A.	Borden - EUA	Cubatão – SP	Óleo combustível	Metanol

Fonte: Torres, 1987

Elaborado por: Eline Barreto

Na década de 1950, o Brasil já possuía unidades isoladas da indústria petroquímica operando com os insumos produzidos pela PETROBRAS que supria a demanda do mercado consumidor da época. A diversidade do consumo de petroquímicos básicos revelou uma demanda reprimida, assim, o Governo Federal, através do decreto nº 61.981 de 1967, estabeleceu e definiu os termos da “[...] expansão do parque petroquímico no país, e autoriza a criação da sociedade subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. [...]”, a PETROQUISA. (BRASIL, 2016d)

A PETROBRAS, desta forma, passou a produzir e comercializar petroquímicos, priorizando a distribuição destes insumos às indústrias com maior participação de capital nacional, através de sua primeira subsidiária, fomentando o setor petroquímico no Brasil. Assim, surge o primeiro polo petroquímico do país em São Paulo, com participação do capital privado da Petroquímica União (PQU) que, junto com a PETROQUISA, conseguiram aglutinar indústrias com interesses no setor petroquímico. O Quadro 3 demonstra, na década de 1960, como surgiram as primeiras indústrias petroquímicas sob o modelo tripartite cuja participação acionária é composta pelo estado, capital privado e capital estrangeiro.

Quadro 3 – Complexo petroquímico de São Paulo, modelo tripartite na década de 1960

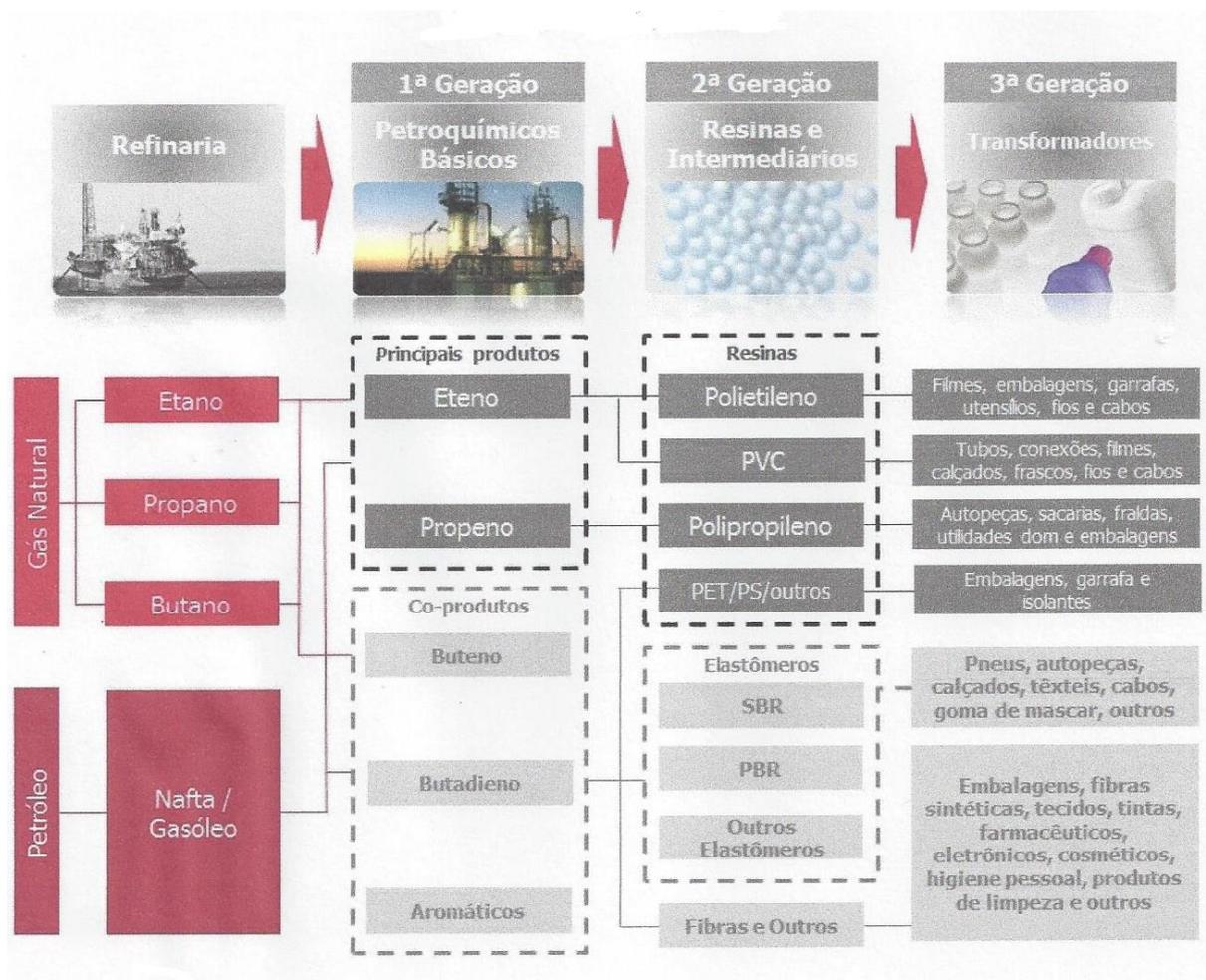
Indústria	Participação acionária	Produto final
Companhia Paulista de Monômeros (COPAMO)	UNIPAR, Huls-Bayer e SOLVAY	Monômero de cloreto de vinila
BRASIVIL	UNIPAR e Huls-Bayer	Policloreto de vinila
POLIOLEFINAS S.A.	PETROQUISA, National Distillers, UNIPAR e International Finance Corporation	Polietileno de baixa densidade
OXITENO	Grupo ULTRA, PETROQUISA, Rosemberg, Monteiro Aranha, Halcon	Óxido de etileno e glicol
POLIBRASIL	PRONORTE, PETROQUISA e SHELL	Polipropileno
Companhia Brasileira de Tetrâmero	UNIPAR	Produtos intermediários para detergentes, nylon e outras fibras sintéticas

Fonte: Torres, 1987

Elaborado por: Eline Barreto

A procura por matérias-primas para produção na indústria petroquímica cresceu com a produtividade das petroquímicas instaladas além da capacidade produtiva da PETROBRAS. Junto com a produtividade, se intensificaram as importações de petroquímicos da primeira geração da cadeia, identificada na Figura 2. O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), criado em 1969, o qual apoiou a implantação, expansão e inovações de projetos industriais, concedeu isenções fiscais a grupos econômicos, dependendo de duas premissas básicas, o nível de nacionalização e a estratégia política a ser alcançada, tomando a decisão de tornar o ramo industrial petroquímico no Brasil integralmente autônomo. Isto significaria a redução de importação de petroquímicos básicos e a implantação de indústrias da primeira geração petroquímica.

Figura 2 – Cadeia Petroquímica, 2015



Fonte: Braskem, 2015

Para tanto, a escolha da localização mais apropriada para a implantação do empreendimento que centraliza a indústria petroquímica de insumos básicos exacerbou diversas discussões entre os Governos Federal e Estadual, e o poder econômico privado. De acordo com Oliveira (2006), os debates ocorreram sobre a estratégia de:

[...] ampliar o complexo industrial de São Paulo, tinha argumentos econômicos mais favoráveis, tais como menor valor de investimento, proximidade do mercado consumidor e das maiores refinarias de petróleo do País, estas fornecedores da matéria-prima nafta, disponibilidade de mão de obra qualificada, melhor infra-estrutura industrial e de serviços [...] (OLIVEIRA, 2006, p. 54)

Uma outra corrente estratégica, considerava outras variáveis na decisão de implantar o complexo petroquímico de insumos básicos que tivesse potencial de multiplicar o crescimento em determinada localidade, no qual:

[...] construir um novo complexo industrial no Nordeste, mais especificamente na Bahia, reunia argumentos políticos e estratégicos. O argumento político falava de desconcentração da atividade econômica, de promover o desenvolvimento de regiões mais pobres do País, de fomentar o surgimento de novos grupos empresariais etc. (OLIVEIRA, 2006, p. 54)

Conforme Oliveira (2006):

A decisão de construir um novo polo petroquímico em Camaçari foi uma decisão política. A sua implementação foi facilitada pela vigência de um governo militar de força que tomava as decisões e as executava sem resistência das forças econômicas. (OLIVEIRA, 2006, p. 55)

Há de se aclarar que na década de 1960 e 1970, a Bahia já possuía uma relevante penetração no setor secundário, com especial atenção na área industrial. A descoberta do petróleo no município de Candeias em 1939 (SINDIPETROBA, 2016) e a implantação da Refinaria Landolfo Alves em Mataripe (RLAM), em 1950, foram os propulsores do caminho industrial que Bahia iria seguir. Em entrevista, com um ex-funcionário aposentado que ingressou no quadro funcional em 1962, na área de produção de petróleo da PETROBRAS da cidade de Catu, o mesmo dá entusiasmados indícios do engendramento deste caminho em seu relato.

O primeiro sinal de petróleo no solo baiano, foi o *blow out*³ ocorrido no bairro ferroviário de Salvador, Lobato, despertando o sentimento de pertencimento e de reconhecimento do chamado “o petróleo é nosso”.

O geólogo americano Walter K. Link contratado pela PETROBRAS e ex-funcionário da petrolífera Standard Oil Company, após mapear as jazidas petrolíferas no Brasil, definiu que as áreas a serem exploradas seriam as jazidas que estavam nas plataformas marítimas, fora do espectro terrestre e da incipiente tecnologia brasileira de petróleo. Porém, a descoberta de petróleo na Bahia intensificou as pesquisas de exploração no Recôncavo Baiano, notadamente, nos municípios de Candeias, São Sebastião, Pojuca e Catu.

A nossa embrionária tecnologia passou a absorver mão de obra de baixa qualificação profissional, mas que estavam à disposição dentro destes espaços territoriais de influência da recente descoberta. Desta forma, a prospecção contava com a mão de obra laboral de lavradores, boiadeiros, artesões de funilaria etc., todos com nível de educação modesta e empírica, mas, com potencial laboral e criatividade aguçada de vivência do cotidiano, que resolviam problemas desde recuperação de brocas que se desprendiam das perfuratrizes e medição de fluídos petrolíferos, até o restabelecimento da segurança industrial da torre de segurança que queimava gás residual quando da ocasião de pane neste equipamento.

Na fala do entrevistado nota-se o início de uma transformação apontada por Perroux (1977, p. 154). O surgimento do centro de acumulação de capital, baseado na exploração do petróleo, trouxe mudanças quanto a aglomeração de recursos humanos, cujos lavradores, boiadeiros, artesões etc. migraram seus recursos laborais humanos para este polo de crescimento petrolífero.

Em 1960 entrou em operação a Companhia de Carbono Coloidais (CCC) em Candeias, sendo a primeira indústria petroquímica da Bahia, encerrando suas operações em 1990. Em Camaçari, no ano de 1961, entrou em operação o Complexo Petroquímico da Bahia (COPEB) com uma indústria de amônia e ureia, sendo hoje, Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), em 1963 foi inaugurada a Companhia Química do Recôncavo (CQR) em Lobato, mas, em 1978, foi transferida para Camaçari, depois sendo incorporada pela BRASKEM. Neste mesmo período, em Candeias, foi implantada a PASKIN S.A. Indústrias Petroquímicas, e no final da década de 1960 foi instalada em Camaçari a Companhia Química do Nordeste (CIQUINE) hoje ELEKEIROZ. Na década de 1970, ainda em Camaçari, foi implantada a fábrica de Fibras Sintéticas da Bahia (FISIBA) e, em 1977, a Dow Química deu início a sua produção em Simões Filho dentro do Complexo Industrial de Aratu (CIA).

Na mesma década de 1970, foi criada a Companhia Sulfoquímica da Bahia (SULFAB), em 1976 a Metanol do Nordeste S.A. (METANOR) entrou em operação, e

³ Condição de um poço que está descontrolado fazendo com que fluídos da formação estourem na superfície.

inicia a implantação da Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENOR). As indústrias petroquímicas estavam descentralizadas entre Candeias, Simões Filho e Camaçari, veja quadro 4. Fora do eixo petroquímico, no setor da siderurgia, a Usina Siderúrgica, USIBA, entrou em operação em 1973, sendo responsável pela estrutura da edificação do porto de Aratu, e a eletro-siderúrgica brasileira S.A. (SIBRA) hoje incorporada pela VALE S.A..

Quadro 4 – Principais indústrias de petróleo e petroquímicas na Bahia, décadas de 1950, 1960 e 1970

Década	Indústria	Local	Insumo	Produto final	Fonte
1950	RLAM	São Francisco do Conde	Petróleo bruto	Derivados do petróleo	PETROBRAS (2016a)
1960	CCC	Candeias	Resíduos aromático	Negro de fumo	Engenheiro químico entrevistado
	COPEB(FAFEN)	Camaçari	Gás natural e ar atmosférico	Amônia e ureia	Manchete (1978)
	CQR	Lobato	Cloreto de sódio	Cloro e soda	Engenheiro químico entrevistado
	PASKIN	Simões Filho	Propeno	Sulfato de amônia, ácido sulfúrico, acetona e metacrilato de metila	Correio da manhã (1971)
1970	CIQUINE	Camaçari	Propeno	Álcoois superiores e anidridos	Manchete (1978)
	DOW QUÍMICA	Candeias	Propeno	Soda cáustica, óxido de propileno e propilenoglicol	Dow Química (2016)
	SULFAB	Camaçari	Enxofre	Ácido sulfúrico	Manchete (1978)
	METANOR	Camaçari	Gás natural	Metanol	Manchete (1978)
	COPENOR	Camaçari	Metanol	Formol, pentaeritritol, hexametenotetramina e formiato de sódio.	Manchete (1978)
	FISIBA	Simões Filho	Propeno	Fibras sintéticas	Correio da Manhã (1971)

Fonte: PETROBRAS, 2016a; Correio da Manhã, 1971; Manchete, 1978; Dow Química (2016)
Elaborado por: Eline Barreto

O anseio de um polo petroquímico na Bahia, remonta desde 1967, 11 anos antes de sua implantação, no intuito da recuperação de crescimento econômico que a Bahia tinha em tempos pretéritos com a agricultura. Durante a idealização para estruturar o polo, o governo estadual buscou o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que avaliou as condições naturais e as necessidades precípuas para a concretização do empreendimento, o qual levaria a retomada do crescimento, pois a descoberta do petróleo na Bahia e a implantação da RLAM não surtiram o retorno da ascensão econômica esperada. De acordo com Viana Filho (1984, p. 18), estes eventos apenas recolocaram a Bahia como um exportador de commodities. A matéria-prima exportada tinha o ônus do intercâmbio internacional, obrigando a Bahia a comprar produtos transformados no mercado nacional, mas não podendo usufruir das benesses das vantagens cambiais em favor do desenvolvimento industrial que o estado contribuía na exportação.

No cerne deste diligenciamento por um polo petroquímico na Bahia, com intuito de estimular o crescimento e a estabilidade econômica do Recôncavo, estava o político baiano, Rômulo Almeida, economista que participou da idealização do Centro Industrial de Aratu e coordenou o projeto estratégico do Polo Petroquímico de Camaçari. Almeida (1986), na década de 1950, enquanto se projetava a PETROBRAS, já sinalizava “[...] que a maior compensação para a região seria a indústria química, mas isso não encontrou ressonância, nem mesmo [...] viabilidade técnica e política nos primeiros tempos da PETROBRAS.” (ALMEIDA, 1986, p. 142), justamente porque alguns estudos, desde a época, apontavam que a alternativa mais viável para o crescimento econômico da região Nordeste, dentro de um modelo industrial, seria de baixa tecnologia, mas com maior capacidade de absorção de mão de obra, a qual era de pouca qualificação profissional e, por consequência, de inferior remuneração salarial, resultado de uma desigualdade sociorregional, sendo esta, ao mesmo tempo consequência de decisões históricas sob um modelo geopolítico de investimentos, construindo, assim, diferenças socioeconômicas regionais, como também, a causa de uma visão minimalista industrial fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

Conforme Almeida (1986), esta foi uma alternativa bastante divulgada entre os estudiosos do desenvolvimento regional, em um período de difusão do capitalismo globalizado e competitivo que definiria a industrialização no Nordeste, principalmente na Bahia, como estruturada e conduzida por “[...] indústrias leves, indústrias de

consumo e [...] tecnologicamente mais primitivas que dessem mais trabalho, tivesse menos capital, quer dizer, ao artesanato.” (ALMEIDA, 1986, p. 159). Levando ao aumento expressivo das diferenças regionais. Em seu ideário, o autor sustenta a hipótese de que:

[...] para se conseguir um processo de auto sustentação do processo de crescimento do Nordeste, é preciso que se tenha um sistema de indústrias de base, indústria de escala nacional, que possam ter custos competitivos e, a partir daí, desenvolver atividades que resultem delas, tanto a montante como jusante [...]. A montante é, por exemplo, no Polo Petroquímico, a construção civil, a indústria mecânica para fornecer peças, serviços técnicos e, a jusante, são as atividades que se derivam dos insumos produzidos pelo polo, indústrias de transformação, indústria química fina, ou outros efeitos mais remotos, como por exemplo, fornecimento de novas matérias e de novas tecnologia para a agricultura [...]. (ALMEIDA, 1986, p. 159)

Neste ponto, Rômulo Almeida (1986), justapõe a concepção do projeto do Polo Petroquímico de Camaçari à teoria de polos de crescimento de Perroux, destacando sua influência teórica no efetivo crescimento econômico regional em espaço polarizado e indústrias motrizes com capacidade competitiva que leve a conduzir a redução da diferença socioeconômica local frente ao contexto de São Paulo.

Apesar da Bahia possuir as vantagens comparativas, quanto ao fornecimento de matérias-primas, sendo o único a ter petróleo e gás natural disponíveis no mesmo local, ter proximidade com jazidas de sal-gema e potássio, e do fornecimento de energia pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), foi necessário um período de 10 anos em embates políticos, modelando uma infraestrutura de base e confrontos com grupos econômicos paulistas que possuíam melhores infraestruturas e relações políticas.

Desta forma, mesmo antes de conceber o Polo Petroquímico na Bahia, se fazia necessário, como premissa do intento, a implantação de três unidades básicas, sendo, uma central de matéria-prima (CEMAP) para realizar o craqueamento da nafta e gasóleo petroquímicos fornecidos pela RLAM, produzindo eteno, propeno, butadieno, benzeno, tolueno e xileno, produtos de base da cadeia petroquímica; uma central de utilidades (UTIL) para fornecimento de vapor, energia elétrica, água clarificada, água desmineralizada, água potável, água de incêndio, ar de serviços e ar de instrumento, oxigênio e nitrogênio, insumos para operacionalidade industrial; e uma central de manutenção e serviço (CEMAN), com capacitação técnica para realizar manutenção

dos equipamentos industriais. O conjunto das unidades CEMAP e UTIL constituíam o Complexo Petroquímico do Nordeste (COPENE) como um pressuposto do Polo Petroquímico na Bahia.

A implantação da COPENE, em especial a central de matéria-prima, foi uma excepcionalidade no que se refere a um polo petroquímico integrado, tendo em um mesmo espaço, uma indústria fornecedora de insumos de base petroquímica; utilidades industriais; e uma equipe especializada na manutenção deste parque industrial. Estas centrais reuniram características que as unidades industriais de São Paulo não promoveriam, a estrutura locacional das centrais reduziram os custos das indústrias petroquímicas que em seu entorno se instalariam.

Sendo superadas as questões técnicas, tanto das vantagens comparativas, quanto de investimentos, como também, de logística e de infraestrutura. Houve também a necessidade de superar questões do monopólio econômico paulista. A estratégia política usada se deve pela substancial redução das importação da nafta petroquímica com a implantação do Polo Petroquímico na Bahia em detrimento da dependência total de importação de nafta com a ampliação industrial das plantas petroquímicas de São Paulo. De acordo com Viana Filho (1984, p. 25), as vantagens da Bahia não estariam “[...] somente em termos de custos, mas em termos de segurança nacional e militar [...]” juntamente com alta capacidade de expansão em outros setores econômicos e de avanço tecnológico.

O Brasil, na década de 1970, estava sob o regime militar que conduzia e direcionava as decisões estratégicas do país, assim, a segurança era um aspecto importante. No que se refere a segurança nacional, este período foi também a fase em que o país se engajou no desenvolvimentismo industrial da cadeia petroquímica, dependente da indústria do petróleo e diante de uma primeira crise mundial do petróleo deflagrada em 1973, que impactaria no avanço industrial brasileiro adstrito de garantias de fornecimento externo, principalmente da nafta derivada do petróleo. Quanto ao que se refere à segurança militar, a estrutura locacional de polos petroquímicos espacialmente distintos garante redução de riscos de quaisquer natureza, além da segurança nacional.

As unidades petroquímicas na Bahia asseguravam as proposições de segurança nacional e militar, além de que a capacidade produtiva a ser instalada na Bahia, veja o Quadro 5, tinha configuração para a necessidade efetiva nacional, reduzindo ou eliminando a importação de nafta. A ampliação pretendida pelo Polo Petroquímico de

São Paulo, aumentaria a capacidade instalada, conforme Vieira Filho (1984, p. 35), de 187 mil toneladas por ano para 300 mil toneladas por ano de eteno, e, concomitantemente levando ao aumento na produção de propeno, penteno e da corrente C4, acima da necessidade efetiva da área de influência da Petroquímica paulista, apenas o eixo Rio-São Paulo, o qual seria o único usufruidor, após sete ou oito anos, pois este seria o prazo que as indústrias petroquímicas que viriam à consumir o insumo, levariam para se adequarem ou entrarem em operação (VIEIRA FILHO, 1984, p. 36). Mesmo assim, continuariam ainda dependentes da importação de nafta, repercutindo na economia do Brasil.

Quadro 5 – Polo Petroquímico de São Paulo e Polo Petroquímico na Bahia, década de 1970

Polo petroquímico	Produção estimada (Mil t/ano)					
	Olefinas			Aromáticos		
	Eteno	Propeno	Butadieno	Benzeno	Tolueno	Xileno
Polo Petroquímico de São Paulo: Duplicação, ampliação e atração de novas indústrias para consumir aromáticos	141	79	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Polo Petroquímico da Bahia: Implantação de um novo polo petroquímico;	300	302	52	126	17	134

Fonte: Vieira Filho, 1984

Elaborado por: Eline Barreto

3.2 Importância para a economia nacional

Conforme o divulgado em revista Manchete, Figura 3, abordando o Polo Petroquímico na Bahia, os “[...] empresários e autoridades governamentais reuniram-se para discutir um empreendimento cujo porte revolucionaria grande parte da economia brasileira.” (MANCHETE, 1978, p.127).

Figura 3 – Polo Petroquímico na Bahia em debate, 1978



Fonte: Manchete, 1978

A pretensão de revolucionar a economia brasileira com um Polo Petroquímico de porte de produção nacional em Camaçari foi baseada na implantação da CEMAP, na qual a produção de produtos de base da cadeia petroquímica substituiria as importações de petroquímicos básicos tendo como fornecedor de seu principal insumo, a nafta petroquímica, a PETROBRAS, a qual subsidiava a matéria-prima. Está premissa, ao longo dos anos 1990 até então, foi refutada, pois estratégias econômicas e comerciais, e não mais nacionalistas, passaram a reger a economia do Brasil. No entanto, este polo, além de ter sido implantado em local de fácil acesso à toda região do país, e de transcender os limites fronteiriços do Brasil, provocou, a princípio, transformações em amplo espectro, segundo o Quadro 6 demonstra, de alcance nacional.

Quadro 6 – Transformações com a implantação do Polo Petroquímico na Bahia, 2006 (continua)

Transformação	Escala	Motivações
Econômica	Nacional	Substituição das importações de produtos petroquímicos básicos, que são consumidos nas indústrias brasileiras.
Política	Regional	Desconcentração espacial das atividades econômicas do sudeste do país.

Quadro 6 – Transformações com a implantação do Polo Petroquímico na Bahia, 2004 (conclusão)

Transformação	Escala	Motivações
Geopolítica	Local	Aproximação de Salvador, da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), do Porto de Aratu, do Aeroporto Luiz Eduardo Magalhães, do reservatório de água abundante no subsolo, e a disponibilidade de terras de baixo custo.
Sociocultural e ambiental	Local	Mudanças nas relações em decorrência das transformações econômicas, política e geopolítica.

Fonte: Oliveira, 2006

Elaborado por: Eline Barreto

A substituição da importação de nafta petroquímica por uma produção interna, fez com que a produção e expansão de insumos de primeira geração das indústrias de transformação não fossem impactadas pela segunda crise do petróleo ocorrida em 1979. Segundo Vieira e Souza (2002, p.104), o período do choque do petróleo, foi o período que a Bahia mais cresceu economicamente, apresentando “[...] taxa média do PIB anual de 8,7%, sendo a indústria de transformação a indutora deste crescimento.” Indução esta que fez o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia se destacar em relação ao PIB do Brasil e que contribuisse para o equilíbrio da balança comercial, como pode ser constatado no Gráfico 1.

O PIB baiano, sendo o PIB um “[...] um indicador macroeconômico que melhor expressa o comportamento de uma economia.” (VIEIRA; SOUZA, 2002, p. 103), foi fortemente influenciado pelas indústrias de transformação da década de 1970, em especial do setor petroquímico, o qual estruturou a economia no país, por se tratar de um setor de economia de escala que promove uma elasticidade de consumo diversificado.

Segundo Vieira e Souza (2002), a década de 1980 marcada por agravamento da dívida externa do Brasil, levando o país a uma crise econômica nacional, mesmo assim, o “[...] impacto recessivo foi menos intenso, dadas às especificidades dos setores líderes, tecnologicamente mais modernos, o que permitiu atenuar a retração da economia brasileira.” (VIEIRA; SOUZA, 2002, p. 105) O Polo Petroquímico na Bahia, recém implantado no município de Camaçari, liderou o setor de produção de insumos básicos, atendendo às demandas da cadeia petroquímica do Brasil neste período, sendo capaz de estabelecer o [...] crescimento acumulado do PIB da Bahia

[...] de 15,9%, enquanto o Brasil registrava crescimento de apenas 7,9% [...]” (VIEIRA; SOUZA, 2002, p. 105), ou seja, a redução expressiva das importações, em conjunto com a produtividade do polo baiano fez com que o PIB nacional alcançasse patamares positivos.

As indústrias petroquímicas do Brasil além de conseguir resistir ao impacto da crise através da consolidação do PIB da Bahia, fortemente influenciado pelas petroquímicas, expandiram seus parques industriais acima da capacidade de fornecimento de nafta petroquímica da PETROBRAS, forçando-a retomar as importações do produto. A estatal, sendo a detentora das importações de derivados de petróleo, foi responsável por todo equilíbrio econômico da cadeia petroquímica no Brasil, mantendo o preço da nafta subsidiada, tornando as indústrias brasileiras competitivas no mercado internacional. No entanto, a PETROBRAS começou a reduzir o seu controle sobre o preço da nafta em 1989 (SANTOS, 2016a), na fase inicial do período da *nova república* do Brasil, pois o comportamento da economia demonstrava uma tendência ascendente de estabilidade econômica, como se verifica no Gráfico 1.

Gráfico 1 – PIB acumulado da Bahia e do Brasil de 1975 à 2000



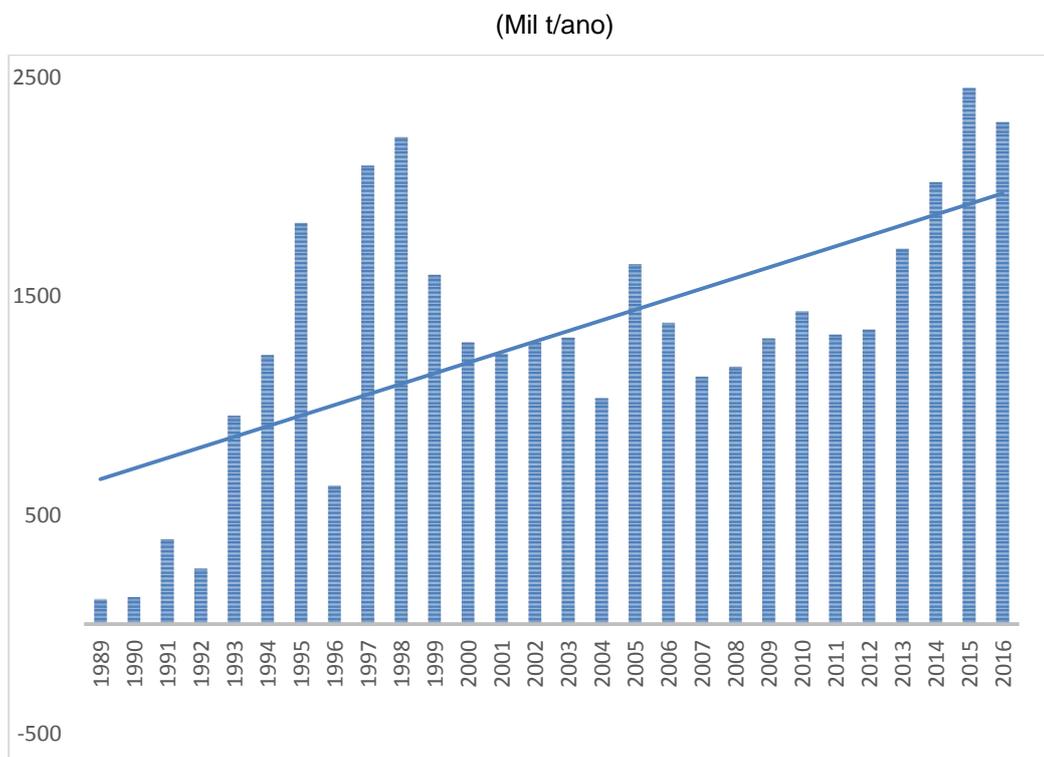
Fonte: SEI, 2002

Concomitantemente, no início da década de 1990, o governo Federal, em uma visão econômica neoliberalista, estabeleceu o livre comércio, abrindo-se

extensivamente para o mercado externo. Assim, em 1997, a estatal teve seu monopólio revogado pela Lei nº 9.478, criando, neste momento, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) que passou a regulamentar o amplo contexto do mercado de petróleo e de petroquímico, que paulatinamente projetou dissociar o controle do preço da nafta petroquímica à PETROBRAS (BRASIL, 2016e), e que, pela a publicação da portaria nº 32 de 2000, autorizou às Centrais de Matérias-Primas Petroquímica (CPQ) a importarem o insumo. Assim, em primeiro de julho de 2000, foi estabelecido o fim da subvenção da PETROBRAS no insumo de base do setor petroquímico (SANTOS, 2016b).

Com isto, as centrais petroquímicas passaram a poder negociar a nafta no mercado externo para manter a competitividade no mercado, desta forma, o volume de importações, percebido no Gráfico 2, cresceram na proporção do consumo aparente nacional, levando às severas macro-decisões focadas em estratégias econômicas e comerciais que reestruturaram o setor petroquímico e a economia no Brasil.

Gráfico 2 – Consumo aparente de nafta petroquímica fora consumo da produção interna, de 1989 à jun.2016



Fonte: ALICEWEB-MDIC, 2016

Elaborado por: Eline Barreto

Sendo assim, para suprir a demanda brasileira por nafta petroquímica em mercado internacional competitivo, novas centrais petroquímicas foram implantadas. Atualmente existem quatro polos petroquímicos no Brasil em produção, e um aguardando as decisões econômicas, conforme o Quadro 7 apresenta.

Quadro 7 – Polos petroquímicos do Brasil, 2015

Ano de estruturação	Polo petroquímico	Características estratégicas
1953-1954	Polo Petroquímico de Cubatão	Primeiro polo petroquímico no Brasil, localizado no município de Cubatão, com a Fábrica de Fertilizantes (FAFER). Sendo aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), a FAFER iniciou a produção de nitrocálcio, amônia e outros produtos, a partir do craqueamento da Nafta pela refinaria de Cubatão.
1972	Polo Petroquímico do Grande ABC	Localizado entre os municípios de Santo André e Mauá, o polo petroquímico do Grande ABC possui um excelente posicionamento estratégico por estar próximo das maiores refinarias do país e da maior parcela do mercado consumidor.
1978	Polo Petroquímico de Camaçari	Considerado o maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul está localizado no município de Camaçari, na região metropolitana de Salvador, o polo tem sua posição descentralizada, estando próximo à regiões em desenvolvimento (Norte e Nordeste).
1982	Polo Petroquímico de Triunfo	Localizado no município de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, esse polo tem a tecnologia mais moderna, além da integração com a rota do álcool.
2005	Complexo gás-químico integrado de Duque de Caxias	Localizado em Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, o Riopol é o primeiro empreendimento gás-químico do Brasil.
Indefinido ⁴	COMPERJ ⁵	Propõe uma rota de produção mais econômica, uma vez que usa gás natural como matéria-prima ⁶ . O elo com o polo paulista vai reposicionar a região Sudeste no mercado nacional de petroquímicos.

Fonte: Klein, 2011

Elaborado por: Eline Barreto

⁴ De acordo com anunciado pela PETROBRAS, a conclusão da planta de beneficiamento de gás está prevista para 2017 e poderá entrar em operação em 2023. (VETTORAZZO, 2016)

⁵ A proposta inicial tinha sido estabelecida entre a BRASKEM, que iria construir um polo petroquímico em Itaboraí-RJ, e a PETROBRAS, no entanto, por divergência comercial quanto ao preço da nafta petroquímica a ser produzida pela refinaria na mesma planta, a parceria foi adiada neste projeto. (BAILONI, 2016)

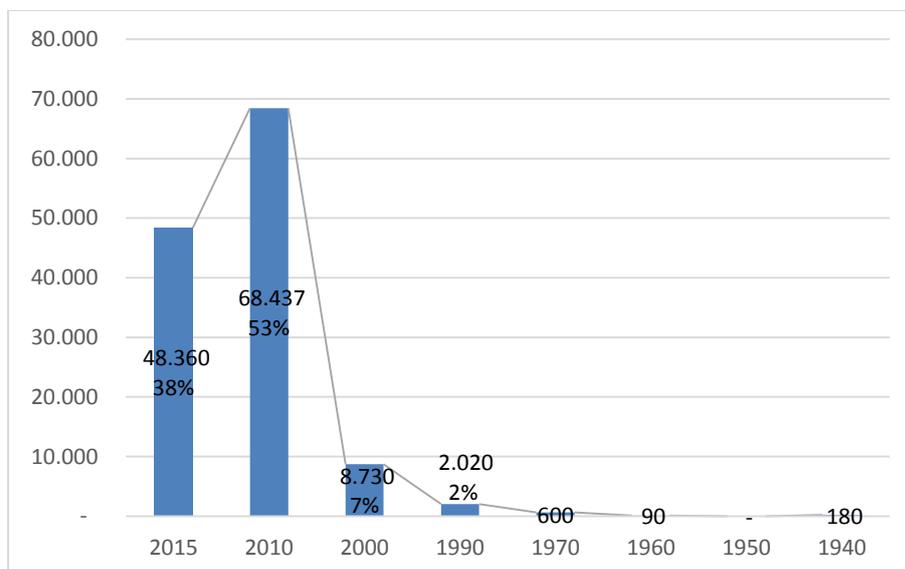
⁶ Conforme a PETROBRAS, o COMPERJ “[...] terá como objetivo estratégico expandir a capacidade de refino da PETROBRAS para atender ao crescimento da demanda de derivados no Brasil, como óleo diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação, coque e GLP [...]” (PETROBRAS, 2016b)

3.3 Impacto na economia baiana

O impacto na economia baiana começou com a transformação no arcabouço necessário para um ambiente propício a receber um Polo Petroquímico na Bahia, estruturando a infraestrutura de base industrial, com a implantação da central de matérias-primas, central de utilidades e central de manutenção, sendo primordial a arregimentação de mão de obra qualificada para operacionalizar o novo polo petroquímico. Neste ensejo, o polo na Bahia incentivou a educação de ensino superior e ensino profissionalizante a disponibilizarem mais vagas de qualificação profissional.

Como demonstra o Gráfico 3, houveram dois momentos nos quais o ensino especializado foram dinamizados, na década de 1970 cujas instituições de ensino de nível superior ofertaram 600 vagas para os cursos de engenharia em geral, sob o estímulo da implantação do polo de Camaçari, e a partir dos anos 2000 devido às transformações ocorridas neste mesmo polo. No ano de 2010 houve 53% a mais de vagas de engenharias oferecidas em relação aos anos anteriores. Dos cursos de engenharia, se destaca o curso de engenharia química, curso este mais ligado às indústrias petroquímicas, sendo estas indústrias motrizes, que pelo seu perfil, são inovadoras, modernas e com alto padrão tecnológico, e como tal, a mão de obra qualificada deste curso corrobora com o setor industrial disponibilizando profissionais tecnologicamente inovadores e criativos.

Gráfico 3 – Número de vagas disponibilizadas nos cursos de engenharia na RMS, 1970 à 2015

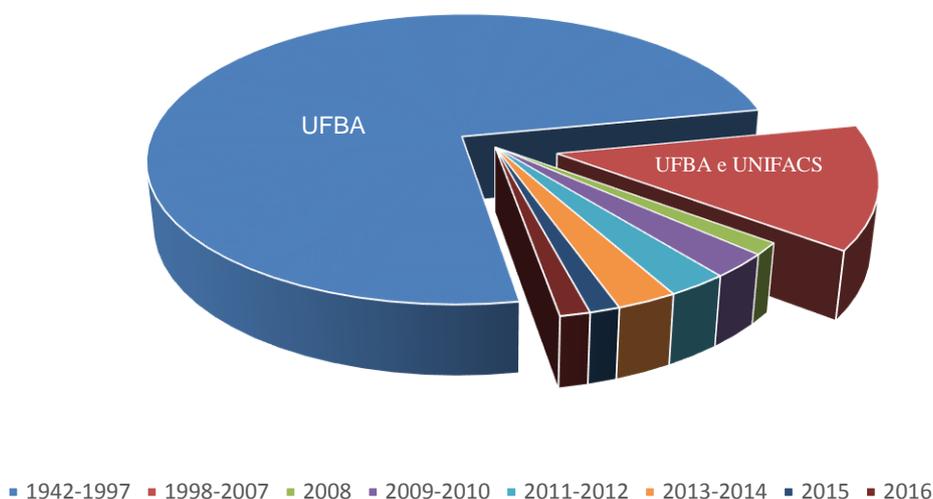


Fonte: e-MEC, 2016

Elaborado por: Eline Barreto

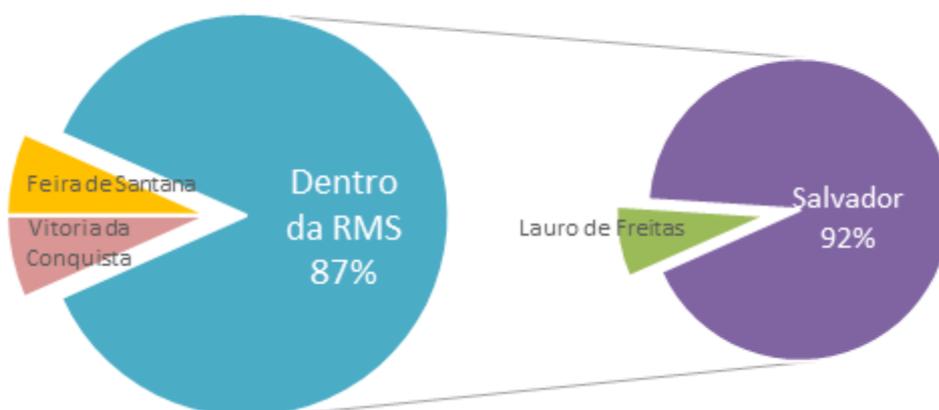
Na Bahia, o curso de graduação de engenharia química foi criado em 1942 (E-MEC, 2017) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) que por 56 anos, como visto no Gráfico 3, foi a única instituição de ensino superior que qualificava os profissionais com nível tecnológico exigido pelo setor. Já em 1998, a Universidade Salvador (UNIFACS) na eminência da reestruturação do Polo da Bahia com a implantação da FORD Nordeste em 2001, criou o curso de graduação de engenharia química, assim, durante mais 10 anos, a UFBA e a UNIFACS foram as únicas instituições de ensino superior que formavam profissionais com o perfil de engenheiros químicos (Gráfico 4). Há de se perceber que 87% das instituições de ensino superior criadas na Bahia foram instaladas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), sendo 92% em Salvador (Gráfico 5). A Tabela 1 apresenta todos os cursos de graduação em engenharia química na Bahia.

Gráfico 4 – Cursos de engenharia química, 1942 à 2016



Fonte: e-MEC, 2016
Elaborado por: Eline Barreto

Gráfico 5 – Cursos de engenharia química oferecidos na Bahia conforme a RMS – 2016



Fonte: e-MEC, 2016
Elaborado por: Eline Barreto

Neste intento, para aprimorar a mão de obra qualificada na Bahia e acompanhar a dinâmica deste mercado, de forma que as indústrias petroquímicas baianas não recorressem à profissionais fora do Estado da Bahia, de acordo com a Escola Politécnica da UFBA (UFBA, 2016), foi criado em 1987 o Mestrado Acadêmico em Engenharia Química (MAEQ) para atender o direcionamento desenvolvimentista industrial de vocação petroquímica, cujo

Complexo Industrial com mais 50 empresas instaladas, responde por uma fatia considerável da economia regional [...]. Contrastando com esta evidência, tem-se uma conjuntura internacional de mercado, altamente competitivo, em busca de melhores produtos com menor custo final, onde a tecnologia é ingrediente essencial. Uma vez que a exportação de produtos responde por uma parte importante do parque petroquímico baiano, torna-se imperativo que estes produtos possam manter o espaço conquistado nesse mercado através de uma constante atualização do conhecimento científico e tecnológico nos meios acadêmicos que o cercam. Por sua vez, a Engenharia Química da UFBA, sensível a estas questões, e consciente do seu papel formador de recursos humanos, vem trabalhando para adequar-se a esta realidade, criando curso de pós-graduação com área de concentração em sistemas químicos, envolvendo diversas Empresas do polo de Camaçari e Órgãos de Fomento a Pesquisas Governamentais. Essa grande interação pode ser facilmente observada através do grande número de mestrandos que são vinculados às empresas por engenheiros que atuam nas empresas do Polo Petroquímico de Camaçari. (UNIFACS, 2016)

Com o mesmo alinhamento, em 2007 foi criado o Doutorado Multi-Institucional em Engenharia Química (DMEQ) na UNIFACS, em convênio com UFBA dentro do Programa de Pós-graduação de Engenharia Química (PPEQ) da Escola Politécnica da UFBA (UNIFACS, 2016). Desta forma, de 1942 até 2007 apenas duas instituições

de ensino atendiam as expectativas de mão de obra com maior assenhoramento deste mercado, uma de capital público e outra de capital privado.

Em uma visão espacializada da engenharia química na Bahia, além do município de Salvador que acolhe 92% das instituições de ensino superior para o curso, no município de Lauro de Freitas (Gráfico 5) a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), conforme a Tabela 1 apresenta, também disponibiliza vagas para esta graduação, sendo esta instituição de capital privado.

Tabela 1 – Cursos de graduação em engenharia química na Bahia, 1942 à 2016

Instituição de ensino superior	Município	Criação	Vagas 2016
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Salvador	1942	90
Universidade Salvador (UNIFACS)	Salvador	1998	360
Faculdade Regional da Bahia (FARB)	Salvador	2008	200
Instituto Federal da Bahia (IFBA)	Salvador	2009	60
Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)	Salvador	2011	120
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)	Salvador	2013	240
Faculdade Ruy Barbosa (FRBA)	Salvador	2015	200
Faculdade Maurício de Nassau (FMN)	Salvador	2015	120
Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC)	Salvador	2015	160
Faculdade de Ensino Superior (FAESF/UNEF)	Feira de Santana	2015	200
Faculdade Delta (FACDELTA)	Salvador	2015	120
Faculdade de Tecnologia (SENAI CIMATEC)	Salvador	2015	50
Faculdade Maurício de Nassau (FMN)	Vitoria da Conquista	2016	200
Faculdade de Ciência e Tecnologia (AREA1)	Salvador	2016	200
Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC)	Lauro de Freitas	2016	200

Fonte: e-MEC, 2016

Elaborado por: Eline Barreto

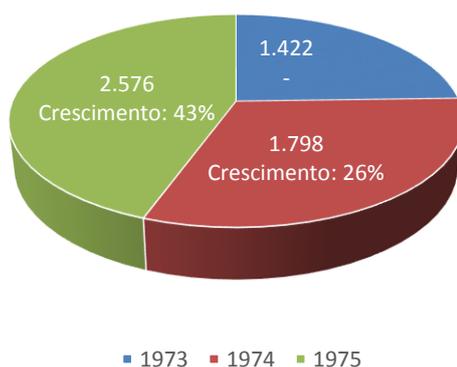
Os maiores incentivos à formação de qualificação específica, no entanto, caracterizando-se como profissionais locais e novos dentro da Região Metropolitana de Salvador, segundo Lessa (2002, p. 42), foi a formação de nível médio técnico, por reflexo da então futura implantação do Polo do Petroquímico na Bahia, em 1973 “[...] um projeto para formação profissional de técnicos de nível médio para a indústria do complexo básico do Polo Petroquímico do Nordeste – COPENE.”, o qual o COPENE e a Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), visavam um corpo técnico capacitado

[...] primordialmente, através de convênio as seguintes providências: a elevação dos padrões qualitativos da população ativa da área metropolitana de Salvador, através de habitação e qualificação profissional escolar para as indústrias petroquímicas; o aperfeiçoamento dos técnicos químicos, eletrotécnicos e mecânicos para capacitá-los às indústrias petroquímicas; a criação do curso de instrumentação, capacitando o nosso jovem técnico a lidar

com instrumentos pneumáticos, elétricos e eletrônicos nas indústrias petroquímicas. (JUVENTEC 1977 apud LESSA, 2002, p. 42)

O empreendimento do Polo Petroquímico na Bahia motivou a criação de cursos de nível médio específicos para disponibilizar técnicos qualificados para o mercado petroquímico que conseguissem manter a operacionalidade deste polo, conforme Lessa (2002, p. 46), por consequência desta parceria entre a COPENE e a ETFBa, entre 1973 e 1975 o corpo discente total da Escola Técnica Federal da Bahia foi de 5.796 alunos, conforme a distribuição anual demonstrada no Gráfico 6. A procura de alunos ingressantes chegou a atingir 5.020 candidatos em 1974 (LESSA, 2002, p. 46).

Gráfico 6 – Alunos matriculados na ETFBa e taxa de crescimento anual em relação ao período anterior, 1973 à 1975

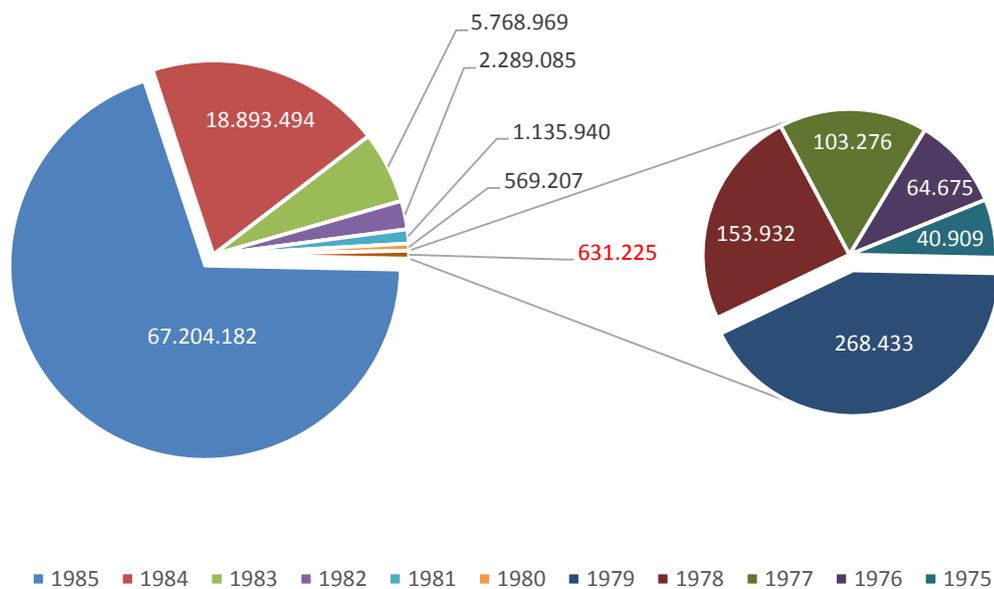


Fonte: Lessa, 2002
Elaborado por: Eline Barreto

As mudanças prévias na infraestrutura de base e nas capacitações laborais complexas, tecnológicas e diversificadas, também fizeram ser percebidas no crescimento do PIB baiano desde então, como visto no Gráfico 7. Estas mudanças incrementaram o PIB do setor secundário, principalmente a partir de 1980 (Tabela 2) das indústria de transformação, refletindo no comportamento das principais atividades econômicas. O PIB da agropecuária retraiu de 31% do PIB baiano em 1975 para 20% em 1980, deixando de ser a principal atividade econômica, sendo substituída pelas indústrias de transformação que expandiu de 15% do PIB da Bahia para 22% entre 1975 e 1980.

Estas transformações implicaram no abandono da população das áreas rurais, no surgimento de áreas periurbanas próximas aos principais centros urbanos, segundo Furtado (2015, p. 148), estes espaços se caracterizam pela relação de pessoas e o meio ambiente, com frágeis políticas públicas e provisões de serviços, assim como, pela reestruturação produtiva de uma economia informal, sendo estes territórios pretensões de espaço urbana. Estas mudanças trouxeram também, a expansão de áreas urbanas, ausência de investimento e modernização no setor agropecuário em detrimento aos setores urbanos-indústrias, espaços urbanos populosos, desterritorializações e desconstruções de identidades locais.

Gráfico 7 – Valor do PIB Baiano, 1975 à 1985 (Cr\$ Milhão)



Fonte: SEI, p. 68-69, 2002
Elaborado por: Eline Barreto

Em termos relativos, conforme a Tabela 2 demonstra, o PIB da Bahia teve muita influência do setor primário até 1979 devido a agropecuária, entre 1980 e 2000 do setor secundário com as indústrias de transformação, e do terciário pelo setor de comércio, administração pública, saúde e educação, até 2014, segundo os últimos dados apurados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2002). Na tabela podem ser evidenciados três períodos que impactaram o PIB

do Estado, o período de crescimento industrial entre 1975 à 1984, o período de recessão, devido à crise inflacionária e econômica do país entre 1985 a 1999, e o período de expectativa da mudança estratégica econômica-política e sua efetiva mudança, entre 2000 a 2014.

No período de crescimento industrial, o setor agropecuário decresceu, enquanto o setor das indústrias de transformação cresceu 25% do PIB-Bahia, o setor de serviços passou de 10% para 13% do PIB, e o Imposto sobre Produto (IP) transitava entre 7% e 10% do PIB. Já no período da recessão, as indústrias de transformação estagnaram, o setor agropecuário tentou uma reação, mas oscilava muito entre retração e expansão, no entanto o setor de serviços, comércio e demais atividades do setor terciário continuou sua tendência de crescimento. As demais atividades do setor terciário que incluía as intermediações financeiras, teve forte incremento em 1994 devido ao Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) criado neste mesmo ano, três anos depois a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) substituiu a IPMF sendo revogado em 2007.

O período de mudança estratégica econômica-política e a expectativa desta mudança, foi a época de maior retração da agropecuária, da indústria de transformação, do setor de serviços e de demais serviços, que incluem comunicações, intermediações financeiras e alugueis de imóveis. O setor terciário teve um forte incremento devido às atividades do comércio, e principalmente das atividades de administração pública, saúde e educação. Neste período há de se notar que a incidência no PIB do Imposto sobre Produto (IP) aumentou substancialmente chegando a 15% sobre o PIB.

Desta forma, percebe-se que no período do crescimento industrial foi incentivado por forte intervenção do Estado, cujo Imposto sobre o Produto era relativamente baixo, em detrimento ao setor agropecuário, configurando uma mudança imposta de atividade econômica principal. No período de recessão o setor agropecuário tentou reagir, mas sem ter havido um planejamento estratégico, o qual poderia ter levado à modernização do setor primário e ao equilíbrio o PIB, foi um período sem crescimento e estagnado. No período da mudança estratégica econômica-política, ficou evidenciado a forte carga tributária sobre os produtos, assim como, intensa ascensão do setor terciário influenciada pelo comércio e principalmente pela administração pública, saúde e educação, atividades econômicas que mais cresceram neste período, demonstrando o peso desta atividades no PIB baiano.

Tabela 2 – Percentual do PIB* da Bahia segundo as atividades econômicas e percentual do PIB* segundo o Imposto sobre o Produto (IP), 1975 à 2014

Ano	Primário	Secundário					Terciário					IP (%)
	Agropecuária	Indústria de mineração	Indústrias de transformação	Construção	Serviços indústrias de util. Pública	Total %	Comércio	Adm. Pública, saúde e educação	Serviço (a)	Demais atividades (b)	Total % (c)	
1975	28%	4%	13%	6%	2%	25%	16%	5%	10%	19%	28%	8%
1976	26%	4%	12%	8%	2%	25%	14%	5%	11%	12%	28%	10%
1977	27%	3%	14%	7%	2%	26%	13%	5%	11%	8%	26%	9%
1978	24%	3%	14%	9%	2%	28%	13%	6%	11%	5%	27%	9%
1979	22%	3%	16%	8%	3%	30%	13%	5%	12%	3%	27%	8%
1980	19%	4%	20%	10%	3%	37%	11%	5%	12%	2%	25%	8%
1981	16%	5%	21%	9%	3%	38%	10%	5%	13%	1%	25%	8%
1982	13%	4%	21%	10%	4%	39%	11%	5%	14%	0%	26%	8%
1983	15%	7%	23%	7%	4%	41%	9%	5%	13%	0%	23%	8%
1984	16%	7%	25%	6%	4%	42%	8%	4%	13%	0%	21%	8%
1985	17%	6%	23%	6%	3%	39%	9%	5%	13%	0%	23%	9%
1986	16%	4%	23%	9%	3%	39%	9%	6%	10%	6%	25%	10%
1987	15%	3%	24%	5%	4%	36%	10%	5%	15%	2%	25%	9%
1988	18%	3%	23%	4%	5%	35%	11%	5%	14%	0%	26%	7%
1989	16%	2%	22%	6%	3%	33%	12%	6%	15%	18%	27%	8%
1990	9%	2%	21%	7%	3%	33%	13%	6%	15%	1%	29%	13%
1991	10%	2%	20%	6%	3%	32%	13%	7%	20%	0%	30%	9%
1992	9%	2%	22%	6%	3%	33%	11%	7%	22%	0%	27%	9%
1993	9%	3%	22%	6%	4%	35%	13%	7%	22%	1%	28%	7%
1994	12%	2%	20%	8%	4%	34%	14%	7%	16%	76%	29%	9%
1995	12%	2%	18%	9%	3%	32%	15%	7%	15%	45%	31%	9%
1996	11%	1%	18%	9%	3%	32%	16%	7%	18%	37%	31%	9%
1997	11%	1%	18%	11%	4%	34%	15%	7%	18%	33%	30%	8%
1998	9%	1%	19%	11%	4%	35%	15%	7%	18%	32%	30%	9%
1999	9%	1%	22%	10%	3%	36%	15%	7%	17%	30%	29%	9%
2000	10%	1%	23%	9%	3%	37%	14%	6%	16%	27%	27%	10%
2001	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	9%	1%	14%	6%	4%	25%	14%	18%	13%	22%	40%	13%
2003	9%	1%	14%	6%	5%	25%	14%	18%	12%	20%	41%	13%
2004	9%	1%	14%	6%	5%	26%	13%	17%	11%	17%	40%	14%
2005	7%	1%	15%	7%	5%	28%	14%	18%	11%	15%	40%	14%
2006	7%	2%	13%	6%	5%	26%	15%	19%	11%	14%	42%	15%
2007	7%	2%	12%	6%	5%	24%	14%	19%	11%	13%	44%	13%
2008	7%	2%	11%	6%	5%	24%	15%	19%	11%	12%	44%	13%
2009	7%	1%	14%	7%	3%	25%	15%	19%	11%	11%	45%	11%
2010	6%	2%	14%	7%	4%	27%	15%	18%	11%	9%	44%	12%
2011	7%	2%	9%	7%	5%	23%	16%	19%	11%	9%	47%	13%
2012	6%	3%	8%	7%	5%	22%	16%	20%	11%	8%	47%	13%
2013	6%	2%	10%	7%	3%	23%	15%	19%	11%	8%	47%	14%
2014	7%	3%	9%	6%	3%	21%	16%	19%	12%	8%	47%	14%

(*) No PIB utilizado foi desconsiderado o dummy financeiro e o valor adicional a preço básico

(a) Serviço inclui, alojamento e alimentação, transporte e armazenagem, serviços domésticos e outros serviços

(b) Demais atividades são, comunicações, operações financeiras e alugueis de imóveis

(c) Total terciário equivale ao comércio, administração pública, saúde e educação, e serviços, sem demais atividades

Fonte: SEI, p. 68-69, 2002; SEI, 2016b

Elaborado por: Eline Barreto

3.4 Transformações no município de Camaçari e na Região Metropolitana de Salvador

Conforme apontado por Perroux (1977, p. 154), um novo centro de acumulação de capitais que promoveu aglomeração humana, o aparecimento de novos centros de acumulação de capitais e de concentração de recursos humanos, explica a dinâmica e as transformações ocorridas na Região Metropolitana de Salvador (RMS) pelo surgimento do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) em 1978. Baseado nos três momentos da implantação de uma indústria motriz, a conturbação inicial gerada com esta implantação para o município e na RMS, analisando as transformações ocorridas nestes espaços, em suas dinâmicas e no modo de vida, os movimentos migratórios e pendulares, foram prelúdios destas mudanças. No cerne destas transformações estava a urbanização industrial não planejada das aglomerações humanas oriundas do surgimento de um espaço motriz, direcionando o modo de vida agrícola para um modo de vida não-agrícola, com maior diversificação de atividades, acelerando a mudança da base econômica de setor primário para o setor secundário, configurando uma transição para o modo de produção capitalista urbano-industrial. Desta forma, será que os instrumentos legais que criaram as Regiões Metropolitanas e delimitaram uma gestão compartilhada com foco na expansão industrial e fulcro na implementação de um plano de gestão foram eficientes com a mudança de atividade econômica nos espaços aglutinados na Região Metropolitana de Salvador (RMS)?

Camaçari, como também todos os municípios da RMS, foram parte integrantes de um espaço econômico tradicionalmente agrícola até início de 1950, baseado principalmente no cultivo de cacau, açúcar e fumo, chamado de Recôncavo Baiano, o qual sua “[...] dependência em relação a essas três commodities definia um estreito horizonte de expansão para a economia da região [...]” (ALMEIDA, 2017, p. 13). Segundo Almeida (2017), a economia do Recôncavo permanecia “[...] atrelada à evolução de alguns complexos estaduais exportadores de commodities [...]” (ALMEIDA, 2017, p. 13). Dentro deste espaço destacava-se a atividade canvieira-açucareira onde antigos engenhos de açúcar cederam à modernização das usinas de cana de açúcar que processavam a produção do Recôncavo. A descoberta de petróleo neste espaço, economicamente agrícola, e a implantação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM) principiaram as atividades de extração e refino de petróleo no Recôncavo Baiano que iniciou a transformação da sua atividade econômico principal

(ALMEIDA, 2017, p. 22), a partir de então, engendrou a transformações sociais e demográfica deste contexto espacial.

O decreto-lei nº 701 de 1948, instituído como um plano urbanístico (SCHEINOWITZ, 1998, p. 16-22), revelou que a urbanização de Salvador era uma preocupação desde o final da década de 1940, conforme Scheinowitz (1998). Este decreto foi baseado nos estudos do engenheiro Mario Leal Ferreira, no Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), pois, conforme afirmou Scheinowitz (1998), “[...] as perspectivas econômicas trazidas pelo petróleo e a explosão demográfica transformam Salvador em uma caldeira sob pressão. Era preciso prever soluções para sua expansão espacial.” (SCHEINOWITZ, 1998, p. 9). No entanto, a execução do macroplanejamento de Salvador levou mais de 20 anos, iniciando sua implementação em 1967, que significou quebra de um paradigma, não sendo “[...] marcado por uma evolução ou mesmo por uma transformação rápida, mas sim por uma verdadeira quebra física e psicológica com o passado.” (SCHEINOWITZ, 1998, p. 25). A proposta do decreto-lei era planejar Salvador em face da expansão demográfica que já se percebia nos espaços ocupados aludindo uma mudança de atividade econômica.

Assim, em um planejamento impositivo de um desenvolvimentismo urbano-industrial, o município foi dividido em doze setores, um central, um portuário e comercial, um industrial, sete residenciais e duas de transição. Este decreto-lei foi a base para a criação de Centro Industrial de Aratu (CIA) por Lei Estadual 2.321 de 1966, ocupando áreas dos municípios de Candeias e Simões Filho, divididos em zona de indústrias leves e médias, zona de indústrias pesadas, zona portuária, zona de habitação e comércio, zona de transição e zonas verdes comuns (SCHEINOWITZ, 1998, p. 182). O município de Salvador se estabeleceu como um aglomerado humano com diversidade de atividades e infraestruturas urbanas e com potencial técnico profissional, apresentando-se como um centro das relações sociais, de onde surgiam as demandas como consumidor e as ofertas como fornecedor de mão de obra capacitada em um movimento dinâmico de entradas e saídas.

Esta movimentação foi reflexo do que ocorreu em todo território brasileiro, de acordo com Oliveira, Ervatti e O’Neill (2011, p. 29), os movimentos migratórios no Brasil foram fortalecidos nas décadas de 1960 à 1980, sendo que neste período o deslocamento foi caracterizado pelo êxodo rural “[...] delineando um processo de intensificação da urbanização [...]”, e os movimentos pendulares resultaram da

metropolização [...] e sua área de influência em relação à centralidade do mercado de trabalho.” (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEILL, 2011, p. 89)

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi criada, a princípio, por Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Dias d’Ávila, São Francisco do Conde, Vera Cruz, Madre de Deus e Itaparica, constituídos pela Lei Complementar Federal (LCF) nº 14 de 1973. Sendo, Dias d’Ávila, neste período, e Madre de Deus, distritos de Camaçari e de Salvador, respectivamente, emancipados dos seus municípios de origem, em 1985 por Lei Estadual nº 4.404, e em 1990 por Lei Estadual nº 5.016 (IBGE, 2015). A RMS teve sua composição territorial modificada por Lei Complementar Estadual (LCE) incluindo em seu território em 2008, São Sebastião do Passé e Mata de São João por LCE nº 30/2008, como também em 2009, o município de Pojuca por LCE nº 32/2009, havendo uma ampliação da RMS (Figura 4).

Conforme o censo 2010 (IBGE, 2015) a RMS possui 4.353,90 km² de extensão territorial, 13 municípios, sendo Salvador e no município de Lauro de Freitas os mais populosos (Tabela 3). Pela sua diversidade, Salvador desempenha forte centralidade social, econômico e demográfico dentro deste espaço econômico territorial.

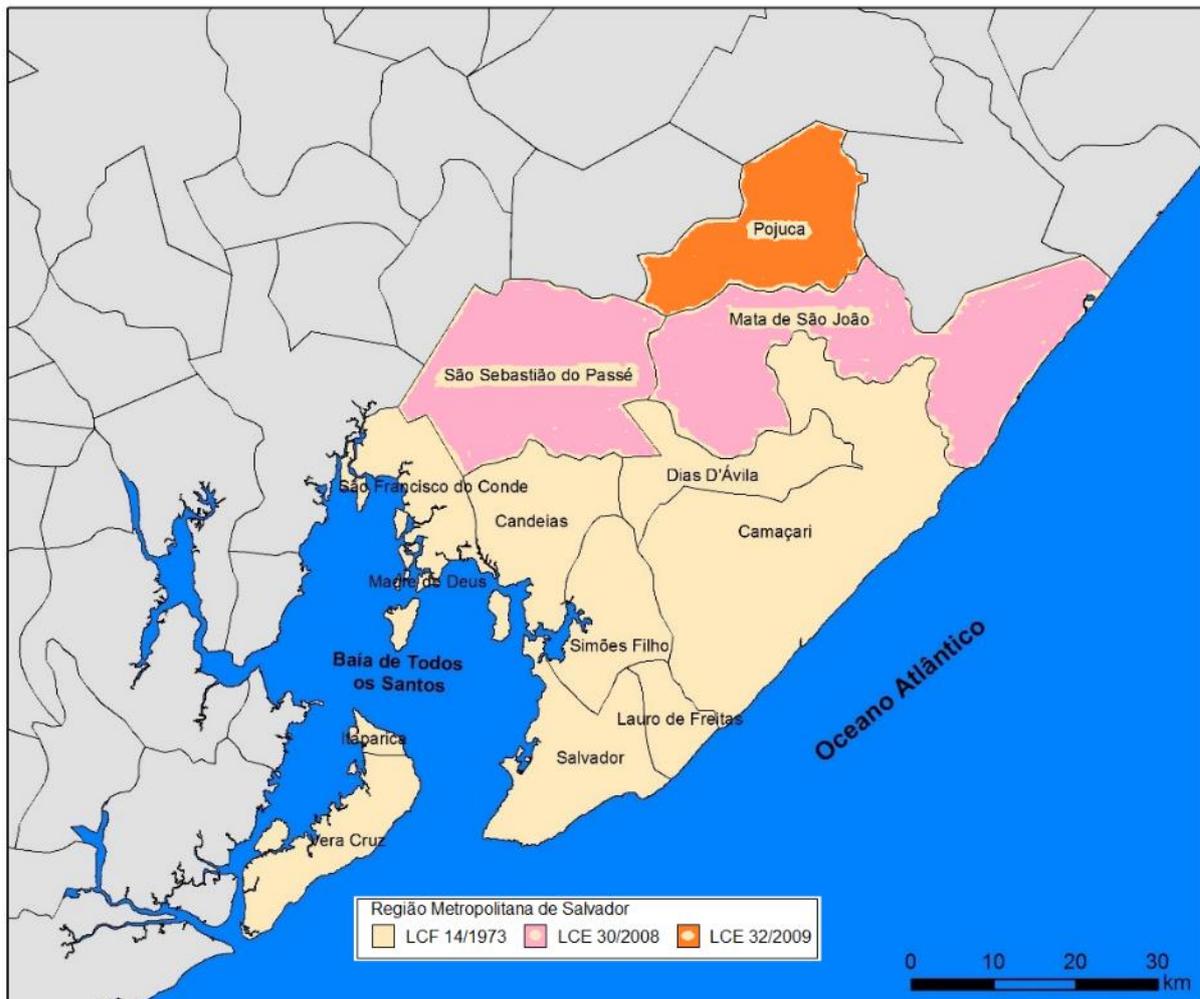
Tabela 3 – Características da Região Metropolitana de Salvador, 2010

Característica	
Área	4.353,90 km ²
Municípios mais populosos	Salvador com 3.859,30 hab./ km ² e Lauro de Freitas com 2.832,74 hab./ km ²
Municípios	Salvador, Madre de Deus, Camaçari, Dias d’Ávila, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Vera Cruz e Itaparica
PIB da RMS em relação ao Estado da Bahia	Contribui com 48,98% do PIB-Geral da Bahia
População total	3.573.973 habitantes
População urbana	3.506.152 habitantes
Situação de domicílio	Predominância urbana, com 98,10% de urbanização
Média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,6875 (Médio)
Principal atividade econômica	A indústria de transformação possui importante representatividade de 32,97% do PIB-RMS, porém a principal atividade é a de serviços, representando 50,64% do PIB-RMS sob forte influência do PIB municipal de Salvador com predominância de 65,95% do PIB-Serviços da RMS

Fonte: IBGE. SIDRA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

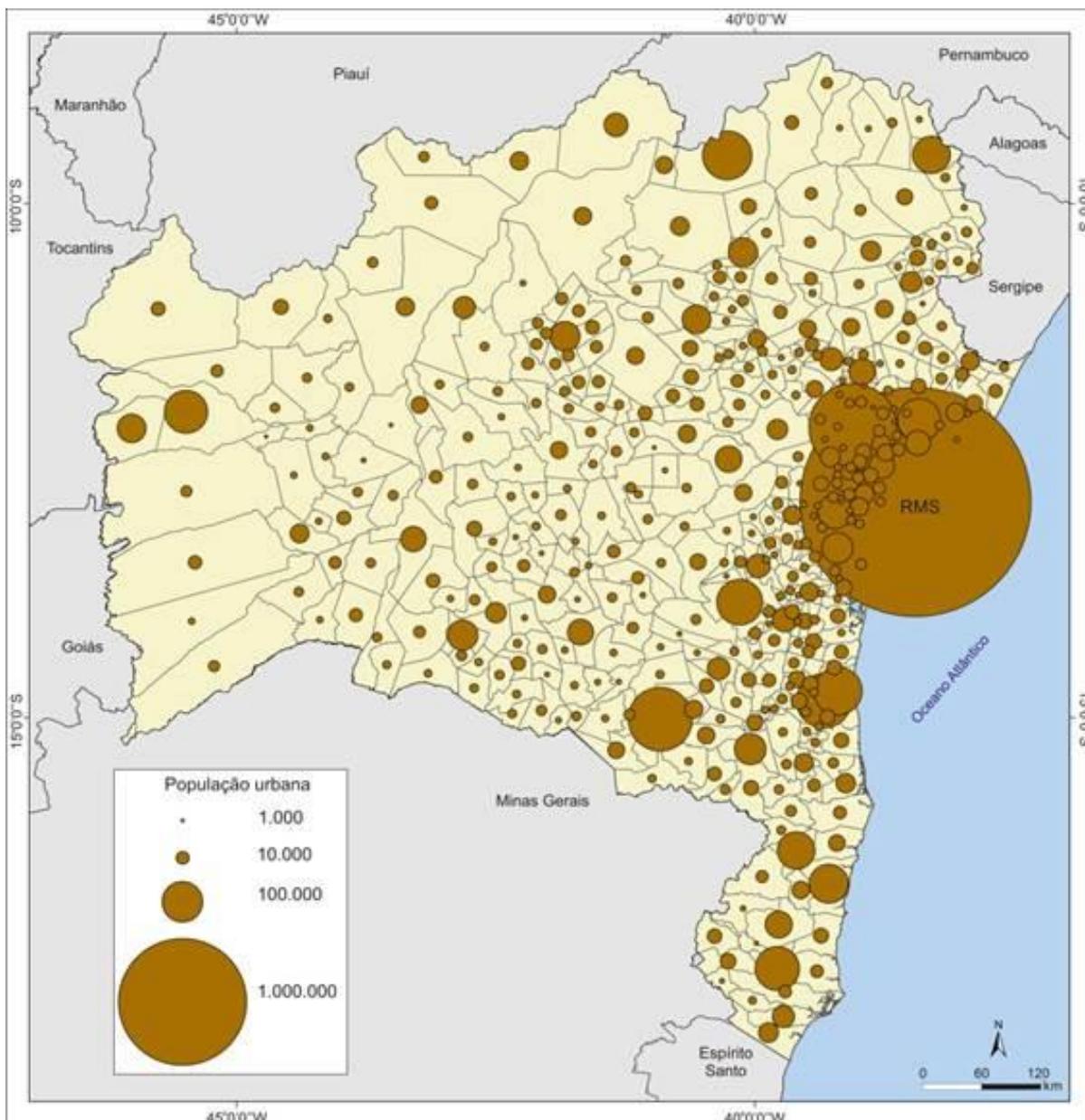
Figura 4 – Mapa da Expansão da RMS conforme seus instrumentos legais



Elaborado por: Eline Barreto, 2015

O mapa da Figura 5 demonstra a população urbana da Região Metropolitana de Salvador confrontada com demais municípios da Bahia. Percebe-se que quanto mais próximos da RMS mais concentrados os espaços urbanos e quanto mais distantes, menores e mais rarefeitas são as aglomerações urbanas.

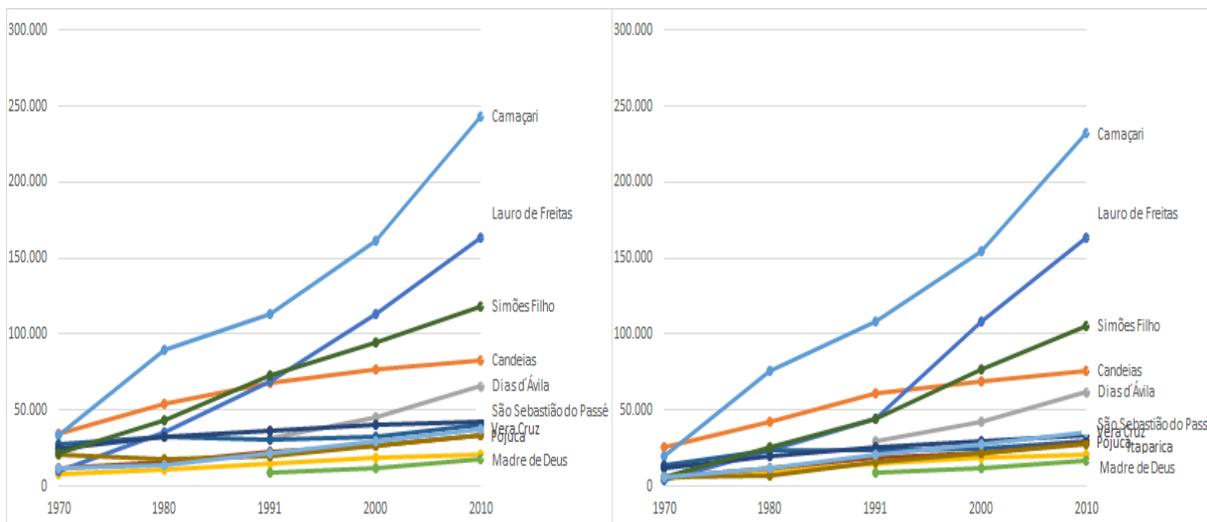
Figura 5 – População urbana da RMS e demais cidades do Estado da Bahia, 2010



Fonte: SILVA; SILVA; SILVA, 2014, p.19

Conforme o Gráfico 8 sinaliza, a evolução da população urbana nos municípios que compõem a RMS, excluindo nesta análise o município de Salvador, aumentou na proporção do crescimento da sua população total, tornando-se uma RMS-urbana. Em 1970 (Tabela 4), ainda sem o estabelecimento das Regiões Metropolitanas do Brasil, apenas Salvador, Camaçari, Candeias e Itaparica possuíam uma população de predominância urbana. No ano de 1980 (Tabela 5), 87,50% dos municípios que faziam parte da RMS, à época, possuíam mais de 50% de urbanização, a exceção foi o município de São Francisco do Conde.

Gráfico 8 – Gráficos da evolução da população total e da população urbana RMS, exceto Salvador, 1970- 2010



Fonte: IBGE. SIDRA, 2015
Elaborado por: Eline Barreto

Desta forma, no ano de 1970 a urbanização da RMS, como apresentado na Tabela 4, já havia atingido 93,85%, sendo liderado pelo município de Salvador com 99,75% da população recenseada; seguido por Candeias com 75,36%, Itaparica com 61,47% e Camaçari com 60,52%. No município de Simões Filho, nos anos de 1970, a predominância ainda era do rural, com 72,84% de ruralização, que também predominava nos municípios de São Francisco do Conde com 72,34%, Lauro de Freitas com 60,95% e Vera Cruz com 51,46%.

No censo de 1980, o Polo Petroquímico de Camaçari já estando em plena operação, e sua implantação contribuiu para que a RMS alcançasse 96,02% de urbanização, como demonstrou a Tabela 5, Salvador já estava no ápice deste processo cerca de 100% dos espaços ocupados urbanizados, atingindo 99,84%, assim, sua representatividade, perante os espaços urbanos de todos os municípios da Região Metropolitana de Salvador, decresceu, passando a representar 88,40% (Tabela 5), que já havia sido de 93,27%.

Como visto no Gráfico 8, a expansão populacional foi mais acentuada nos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias e Dias d'Ávila, o qual já havia se emancipado de Camaçari. Conforme o censo 1991, estes municípios já demonstravam sua ascendência urbana, partícipes do grupo de maior crescimento

populacional da RMS. Percebe-se também que neste mesmo censo, Lauro de Freitas alavanca um crescimento populacional urbano, que até 1991 era similar a Simões Filhos, demonstrando que entre os municípios limítrofes ao município de Camaçari, onde se localiza o Polo Industrial de Camaçari (PIC), Lauro de Freitas foi o espaço com maior movimento migratório da RMS, em termos relativos, teve crescimento populacional 254,06% em 1980 e de 95,51% em 1991 (Tabela 6).

Tabela 4 – População da RMS por situação de domicílio, 1970

Ano	1970		Urbanização	Ruralização	Urbanização em face a RMS (%)
	Urbano	Rural			
Salvador	1.004.673	2.522	99,75	0,25	93,27
Camaçari	20.137	13.136	60,52	39,48	1,87
Lauro de Freitas	3.908	6.099	39,05	60,95	0,36
Simões Filho	5.981	16.038	27,16	72,84	0,56
Candeias	25.771	8.424	75,36	24,64	2,39
Dias d'Ávila	-	-	-	-	-
São Francisco do Conde	5.736	15.002	27,66	72,34	0,53
Vera Cruz	5.826	6.177	48,54	51,46	0,54
Madre de Deus	-	-	-	-	-
Itaparica	5.158	3.233	61,47	38,53	0,48
RMS	1.077.190	70.631	93,85	6,15	100,00

Fonte: IBGE. SIDRA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

Tabela 5 – População da RMS por situação de domicílio, 1980

Ano	1980		Urbanização	Ruralização	Urbanização em face a RMS (%)
	Urbano	Rural			
Salvador	1.499.613	2.400	99,84	0,16	88,40
Camaçari	76.123	13.041	85,37	14,63	4,49
Lauro de Freitas	23.405	12.026	66,06	33,94	1,38
Simões Filho	25.573	17.998	58,69	41,31	1,51
Candeias	42.208	11.873	78,05	21,95	2,49
Dias d'Ávila	-	-	-	-	-
São Francisco do Conde	7.089	10.749	39,74	60,26	0,42
Vera Cruz	12.053	1.696	87,66	12,34	0,71
Madre de Deus	-	-	-	-	-
Itaparica	10.346	531	95,12	4,88	0,61
RMS	1.696.410	70.314	96,02	3,98	100,00

Fonte: IBGE. SIDRA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

Tabela 6 – População total e a taxa de crescimento – 1970, 1980 e 1991

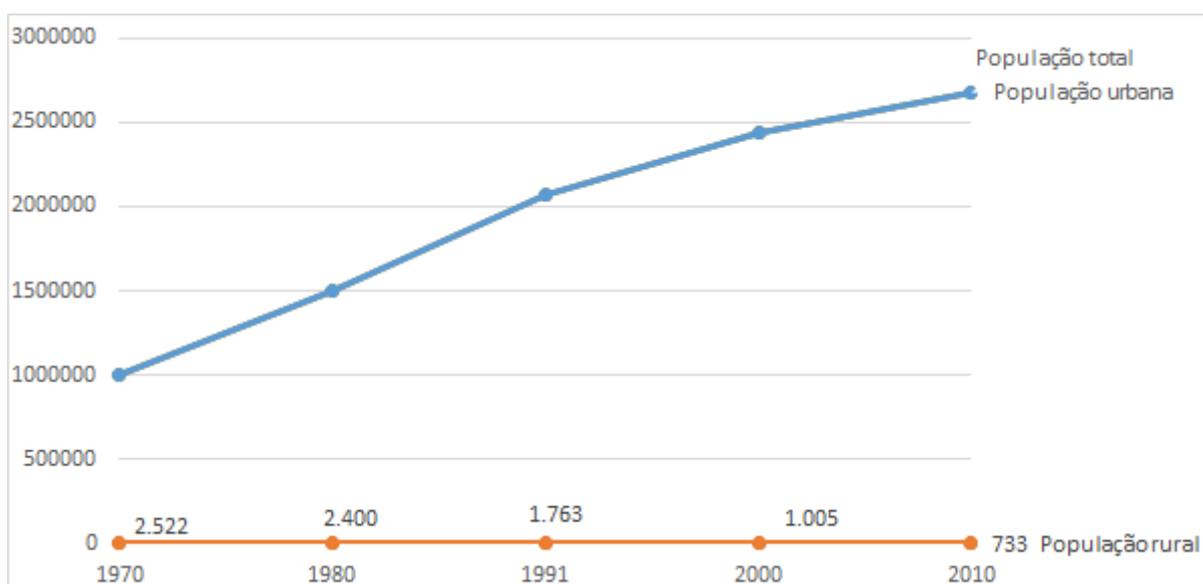
Município	População total - urbano e rural			Crescimento %	
	1970	1980	1991	1970-1980	1980-1991
Salvador	1.007.195	1.502.013	2.075.273	49,13	38,17
Camaçari	33.273	89.164	113.639	167,98	27,45
Lauro de Freitas	10.007	35.431	69.270	254,06	95,51
Simões Filho	22.019	43.571	72.526	97,88	66,45
Candeias	34.195	54.081	67.941	58,15	25,63
Dias d'Ávila	-	-	31.260	-	-
São Francisco do Conde	20.738	17.838	20.238	-13,98	13,45
Vera Cruz	12.003	13.749	22.136	14,55	61,00
Madre de Deus	-	-	9.183	-	-
Itaparica	8.391	10.877	15.055	29,63	38,41

Fonte: IBGE. SIDRA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

No Gráfico 9, evolução populacional urbana de Salvador demonstra que o município é de predominância urbana tal que sua representatividade gráfica é sobreposta pela representação total da população, demonstrando que a mesma é um município essencialmente urbano balizado pelo Plano Urbanístico de Salvador através do macroplanejamento iniciado em 1967.

Gráfico 9 – Gráfico comparativo da evolução da população total, da população urbana e rural de Salvador, 1970-2010



Fonte: IBGE. SIDRA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

A população urbana de Camaçari, em 1980, havia crescido 278,03%, em comparação à 1970, Lauro de Freitas, 498,90% e Simões Filho, 327,57% (Tabela 7).

Tabela 7 – População urbana da RMS, 1970-2010

Município	1970	1980	1991	2000	2010	Crescimento 1970-1980
Camaçari	20.137	76.123	108.232	154.402	231.973	278,03%
Candeias	25.771	42.208	61.438	69.127	75.994	63,78%
Dias d'Ávila			29.478	42.673	62.473	
Itaparica	5.158	10.346	15.055	18.945	20.725	100,58%
Lauro de Freitas	3.908	23.405	44.374	108.385	163.449	498,90%
Madre de Deus			8.792	11.599	16.854	
Mata de São João	13878	23727	24143	24969	29.825	70,97%
Pojuca	6.266	11.450	18.510	21.884	28.378	82,73%
Salvador	1.004.673	1.499.613	2.073.510	2.442.102	2.674.923	49,26%
São Francisco do Conde	5.736	7.089	15.734	21.870	27.391	23,59%
São Sebastião do Passé	12024	19400	25806	29549	33.112	61,34%
Simões Filho	5.981	25.573	44.419	76.905	105.811	327,57%
Vera Cruz	5.826	12.053	20.308	27.872	35.244	106,88%
RMS	1.109.358	1.750.987	2.489.799	3.050.282	3.506.152	57,84%

Fonte: IBGE. SIDRA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

A expansão populacional, principalmente em Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari, conforme o censo de 1980, indica uma dinâmica dos movimentos migratórios incentivados pelo polo de Camaçari, estando estes municípios próximos do polo à menos de 30 km, cujos movimentos pendulares duram entre 16 minutos e 23 minutos (Tabela 8).

Tabela 8 – Distância percorrida por via rodoviária entre o Polo Petroquímico de Camaçari e os municípios da RMS, conforme a LCF⁷ n° 14/1973, 2015 (continua)

Município	Polo Industrial de Camaçari (km)	Tempo percorrido
Dias d'Ávila	13,60	16 min
Camaçari	13,70	16 min
Lauro de Freitas	22,20	25 min
Simões Filho	26,20	23 min
Candeias	38,90	43 min
Salvador	47,20	43 min

⁷ Lei Complementar Federal (LCF)

Tabela 8 – Distância percorrida por via rodoviária entre o Polo Petroquímico de Camaçari e os municípios da RMS, conforme a LCF⁸ nº 14/1973, 2015 (conclusão)

Município	Polo Industrial de Camaçari (km)	Tempo percorrido
Madre de Deus	51,30	1 h 10 min
São Francisco do Conde	58,40	1 h 40 min
Vera Cruz	65,00	1 h 48 min
Itaparica	70,80	1 h 55 min

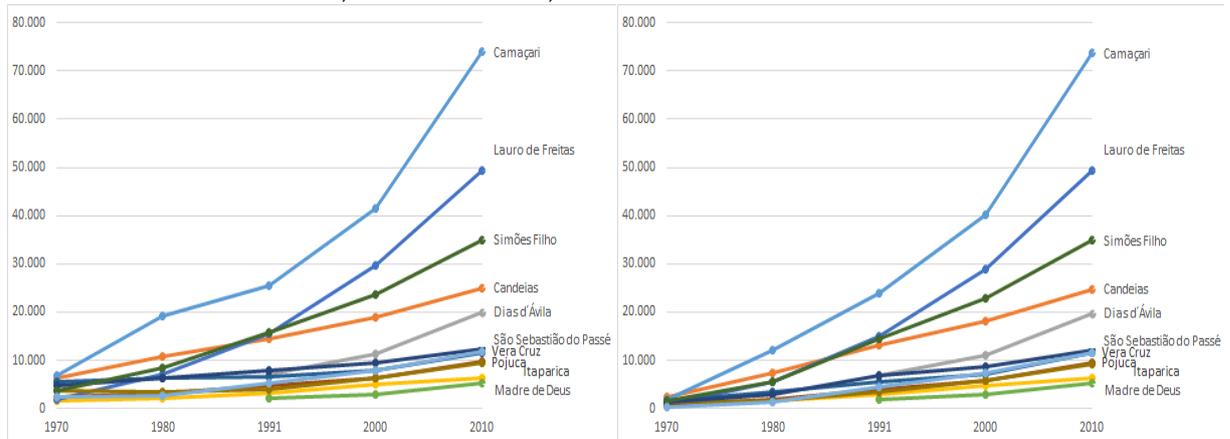
Fonte: Distância entre cidades, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

Conforme a população da RMS crescia, os domicílios permanentes e os domicílios permanentes com fornecimento de energia elétrica (Gráfico 10), como também, os domicílios permanentes com abastecimento de água por rede pública e domicílios permanentes com coleta de lixo (Gráfico 11) foram expandindo, acompanhando o aumento da população urbana. Há de se observar que, de acordo com os dados disponíveis entre 1991 à 2010, os domicílios permanentes com coleta de lixo é equivalente ao número de domicílios com abastecimento de água da rede pública, enquanto que o número de domicílios com fornecimento de energia elétrica é mais adjacente com a quantidade total de domicílios nos municípios. Esta aproximação numérica poderia representar um estímulo ao consumo de bens não duráveis de forma a incrementar a atividade econômica do comércio?

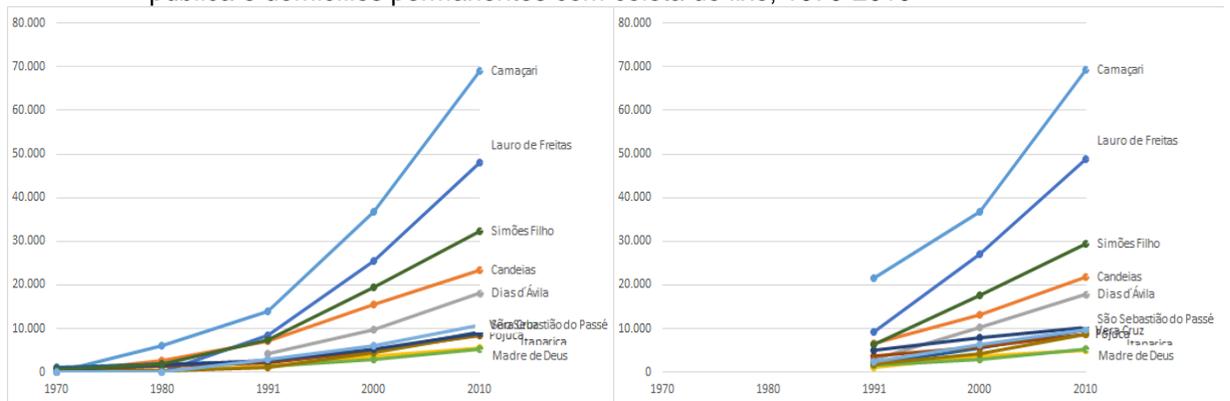
⁸ Lei Complementar Federal (LCF)

Gráfico 10 – Gráficos da evolução de domicílios permanentes e domicílios permanentes com energia elétrica na RMS, exceto Salvador, 1970- 2010



Fonte: IPEADATA, 2017a; IPEADATA, 2017b; IPEADATA, 2017c; IBGE. Censo 2010, 2017
Elaborado por: Eline Barreto

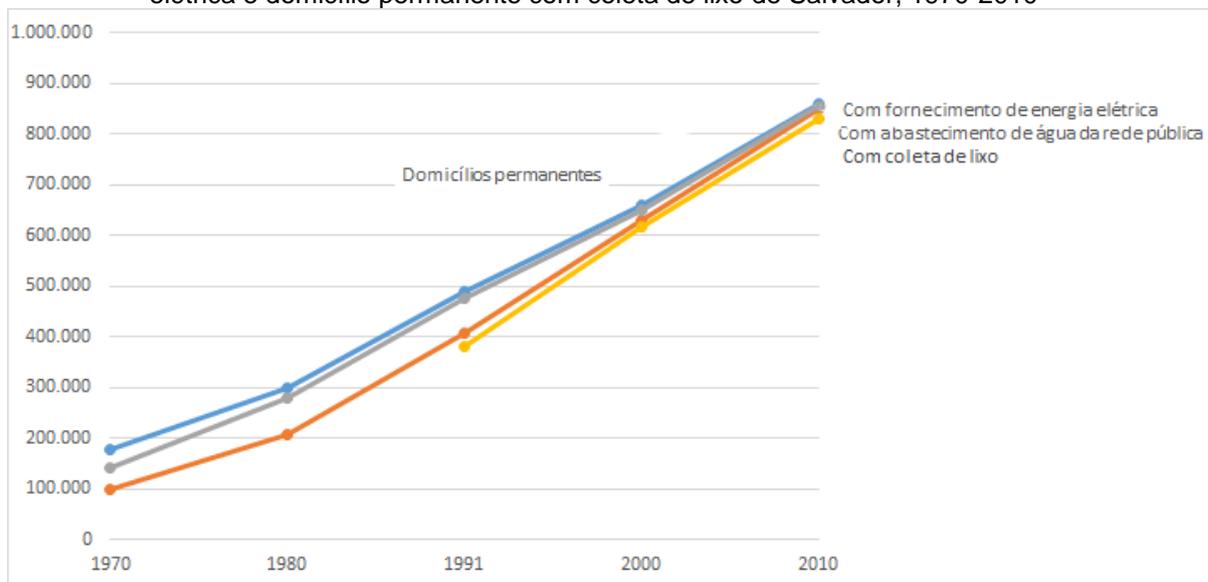
Gráfico 11 – Gráficos da evolução de domicílios permanentes com abastecimento de água da rede pública e domicílios permanentes com coleta de lixo, 1970-2010



Fonte: IPEADATA, 2017a; IPEADATA, 2017b; IPEADATA, 2017c; IBGE. Censo 2010, 2017
Elaborado por: Eline Barreto

Em Salvador, a configuração destes serviços não é muito diferente, a tendência que é notada no Gráfico 12, demonstra uma priorização do fornecimento de energia elétrica para todos os domicílios permanentes do município em detrimento dos demais serviços básicos.

Gráfico 12 – Gráfico comparativo da evolução de domicílios permanentes, domicílio permanente com abastecimento de água da rede, domicílios permanentes com fornecimento de energia elétrica e domicílio permanente com coleta de lixo de Salvador, 1970-2010



Fonte: IPEADATA, 2017a; IPEADATA, 2017b; IPEADATA, 2017c; IBGE. Censo 2010, 2017
Elaborado por: Eline Barreto

Em termos relativos, desta forma, os cinco municípios com melhor infraestrutura básica quanto ao abastecimento de água da rede pública, ao fornecimento de energia elétrica e quanto à coleta de lixo, são: Madre de Deus, onde está localizado o terminal aquaviário de Madre de Deus, conforme a PETROBRAS (2017), este terminal é o principal local de escoamento da produção da Refinaria Landolfo Alves de Mataripe (RLAM), Lauro de Freitas, Salvador, Camaçari e São Francisco do Conde, onde está implantada a RLAM (PETROBRAS, 2017).

Baseado nos dados do IPEADATA (2017), em 1970, Lauro de Freitas e Camaçari, possuíam os piores serviços de abastecimento de água em domicílios permanentes, tendo apenas 0,21% e 1,16%, respectivamente, de domicílios atendidos. Em 1980, Camaçari ampliou em 31,96% e Lauro de Freitas obteve um ténue crescimento de 0,56%. Esta configuração de Lauro de Freitas mudou substancialmente a partir de 1991 (Tabela 9) com o intensificado movimento migratório para este município. É perceptível, assim, a influência do então Polo Petroquímico de Camaçari nestes dois municípios sendo bastante significativo em Lauro de Freitas.

Tabela 9 – Área, densidade demográfica e serviços básicos de infraestrutura municipal da RMS, 1991-2010

Município	Área (km ²)	Densidade (Hab./km ²)	Abastecimento de água			Fornecimento de luz			Coleta de lixo		
			1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Madre de Deus	32,20	539,63	62%	97%	100%	98%	98%	100%	82%	97%	99%
Lauro de Freitas	57,70	2.832,74	54%	86%	97%	98%	98%	100%	59%	92%	99%
Salvador	693,30	3.859,30	84%	95%	99%	98%	98%	100%	78%	93%	97%
Camaçari	784,70	309,63	54%	88%	93%	97%	97%	100%	85%	88%	94%
São Francisco do Conde	262,90	126,22	25%	71%	92%	92%	92%	99%	43%	68%	93%
Pojuca	290,10	113,98	47%	76%	87%	91%	91%	99%	82%	92%	90%
Dias d'Ávila	184,20	360,69	59%	85%	92%	97%	97%	99%	41%	89%	89%
Candeias	258,40	321,82	49%	82%	94%	96%	96%	99%	45%	69%	88%
Simões Filho	201,20	586,71	47%	83%	93%	97%	97%	99%	40%	75%	84%
Mata de São João	633,20	63,46	37%	61%	80%	90%	90%	98%	30%	71%	83%
São Sebastião do Passé	538,30	78,31	33%	55%	72%	91%	91%	98%	62%	83%	82%
Vera Cruz	299,70	125,35	55%	77%	92%	94%	94%	99%	47%	80%	82%
Itaparica	118,00	175,64	40%	75%	88%	97%	97%	99%	33%	75%	78%

Fonte: IPEADATA, 2017a; IPEADATA, 2017b; IPEADATA, 2017c; IBGE. Censo 2010, 2017

Elaborado por: Eline Barreto

Uma outra mudança observada, considerando a implantação do plano de estabilização monetária, Plano Real, em 1994 que conteve a inflação dos anos pretéritos, o rendimento familiar da RMS no ano 2000 observou aumento real em face ao salário mínimo de R\$ 151,00 (TRT18, 2017). No entanto, em 2010, houve uma desvalorização na renda média familiar que não acompanhou a valorização do salário mínimo que passou a ser de R\$ 510,00 (TRT18, 2017), desta forma, o mesmo teve um aumento real de 237,75%. Contudo, mesmo assim, no ano de 2000, a renda familiar média em Lauro de Freitas ultrapassou a de Salvador e se manteve a frente em 2010 (Tabela 10), sinalizando que o movimento de migração intensificado em 1991 no município absorveu também melhores rendas médias familiares.

Tabela 10 – Renda familiar médio - 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (continua)

Município	Salários mínimos				
	1970	1980	1991	2000	2010
Camaçari	0,51	0,99	0,75	3,10	1,13
Candeias	0,55	0,91	0,66	2,92	0,93
Dias d'Ávila	-	-	0,79	3,28	0,98
Itaparica	0,46	0,88	0,42	2,33	0,86
Lauro de Freitas	0,38	0,99	1,25	6,47	2,00

Tabela 10 – Renda familiar médio - 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (conclusão)

Município	Salários mínimos				
	1970	1980	1991	2000	2010
Madre de Deus	-	-	0,65	3,43	1,08
Mata de São João	0,35	0,74	0,53	2,48	0,93
Pojuca	0,41	0,95	0,71	2,66	1,06
Salvador	0,97	2,02	1,63	5,92	1,87
São Francisco do Conde	0,48	0,69	0,46	3,18	0,84
São Sebastião do Passé	0,36	0,74	0,63	2,46	0,90
Simões Filho	0,43	0,79	0,68	2,75	0,88
Vera Cruz	0,32	0,59	0,58	2,52	0,97

Fonte: IPEADATA, 2015a; SEI, 2017a; SEI, 2017b

Elaborado por: Eline Barreto

Os movimentos migratórios para os locais próximos ao Polo de Camaçari levou a melhoria de infraestrutura dos serviços básicos nestes territórios, no entanto, Salvador ainda possui uma ampla oferta de emprego em diversas atividades econômicas, como também outras disponibilidades de serviços. Os movimentos pendulares dentro da Região Metropolitana de Salvador, demonstrados na Tabela 11 a seguir, além de indicar a intensidade de fluxos, estabelece a relação de importância entre os municípios. As linhas diretas de transporte rodoviário ofertadas a partir de sua origem juntamente com seu destino, sinalizam a dinâmica da atividade laboral e a busca por serviços variados, os quais não são encontrados no local de origem ou não tem a diversidade que é encontrada no destino.

Tabela 11 – Linhas diretas intermetropolitana de transporte rodoviário tarifado, 2015

Linhas diretas Origem(↓) / Destino(→)	Camaçari	PIC	Ford	Candeias	Dias d'Ávila	Nova Dias d'Ávila	Itaparica	Lauro de Freitas	Madre de Deus	Mata de São João	Pojuca	Salvador	Salvador Metró	São Francisco do Conde	São Sebastião do Passé	Simões Filho	Vera Cruz
Camaçari	-	1	1	-	1	1	-	2	-	1	-	23	1	2	1	2	-
PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-
Ford	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Candeias	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	3	1	2	1	1	-
Dias d'Ávila	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Nova Dias d'Ávila	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4	1	-	-	-	-
Itaparica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lauro de Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	-	-	-	-	-
Madre de Deus	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-
Mata de São João	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-
Pojuca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salvador	-	-	-	2	3	2	-	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-
Salvador - Metrô (Barroquinha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Francisco do Conde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Sebastião do Passé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Simões Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Vera Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

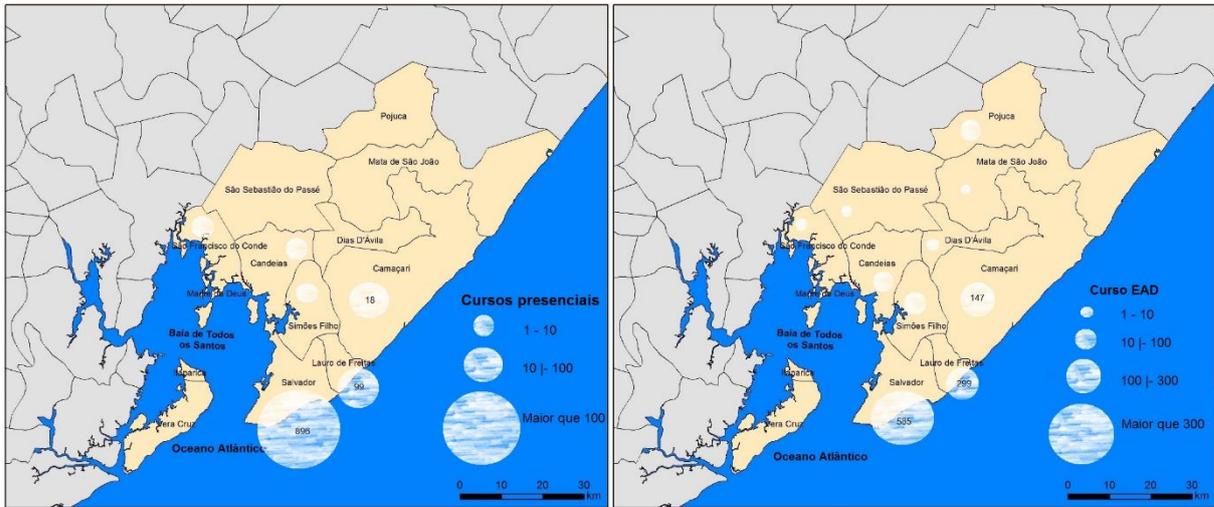
Fonte: AGERBA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

Conforme a Tabela 11, Lauro de Freitas e Camaçari oferecem 41 e 23 linhas tarifadas, respectivamente, para Salvador, há de ser apontado que estes dois municípios são os que possuem as maiores rendas médias familiares junto com Salvador. A tabela também chama à atenção para o bairro Nova Dias d'Ávila que oferece quatro linhas de transporte para Salvador, este bairro possui uma infraestrutura diferenciada dentro do município de Dias d'Ávila, pois foi planejado para receber os funcionários do então Polo Petroquímico de Camaçari em época do seu projeto de implantação, enquanto que o centro de Dias d'Ávila oferece apenas uma linha. Quanto ao Polo Industrial de Camaçari, existem duas linhas diretas para Salvador, vale salientar que as indústrias integrantes, inclusive a FORD do Nordeste, possuem uma frota contratada para o transporte de seus funcionários. Outro fato relevante é o transporte duo modal oferecidos por Camaçari, Candeias, Nova Dias d'Ávila, Madre de Deus e Mata de São João no qual os passageiros podem utilizar os dois modos de transporte com a mesma passagem tarifada.

Da busca de outros serviços indicados pelos movimentos pendulares destaca-se a educação de ensino superior, quer seja de bacharelado, tecnólogo e licenciatura, quer seja presencial ou de Ensino à Distância (EAD). Conforme a figura 6, dentro da Região Metropolitana de Salvador apenas seis municípios possuem cursos presenciais, onde Salvador oferece 896 cursos, Lauro de Freitas tem 99 cursos ofertados e Camaçari 18 cursos, São Francisco do Conde, Simões Filhos e Candeias possuem entre um e dez cursos presenciais. Esta disposição de cursos presenciais na RMS está diretamente ligada ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, os quais estes seis municípios são os que possuem os maiores PIB dentro deste espaço econômico estabelecido (Gráfico 13), nos demais municípios, atualmente, são oferecidos menos de 100 cursos de EAD, os municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari também oferecem cursos de Ensino à Distância, disponibilizando 585 cursos, 299 cursos e 147 cursos, respectivamente (Figura 6).

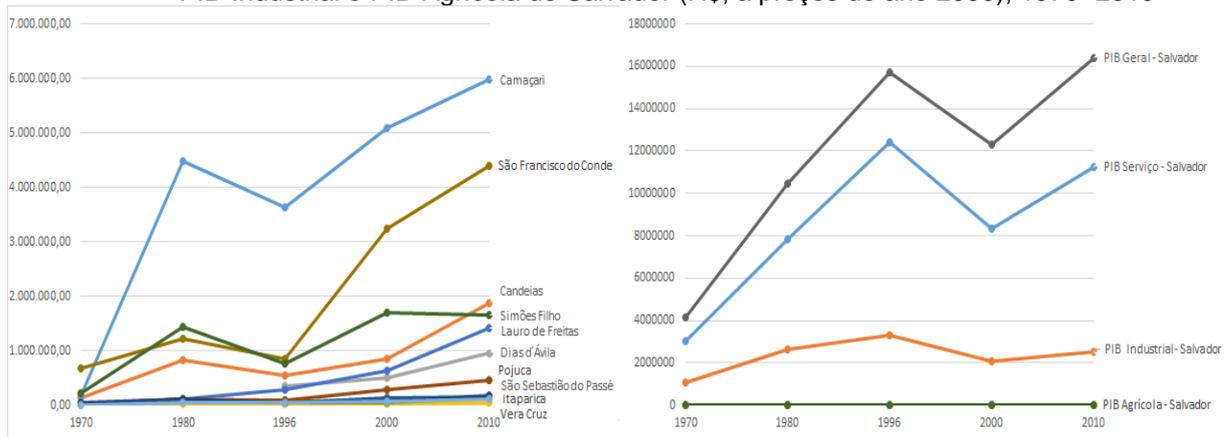
Figura 6 – Cursos presenciais e EAD de ensino superior oferecidos na RMS, 2017



Fonte: E-MEC, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

Gráfico 13 – Gráficos da evolução do PIB-Geral da RMS exceto Salvador e o PIB-Geral, PIB-Serviços, PIB-Industrial e PIB-Agrícola de Salvador (R\$, a preços do ano 2000), 1970- 2010



Fonte: IPEADATA, 2016d; IPEADATA, 2016e; IPEADATA, 2016f

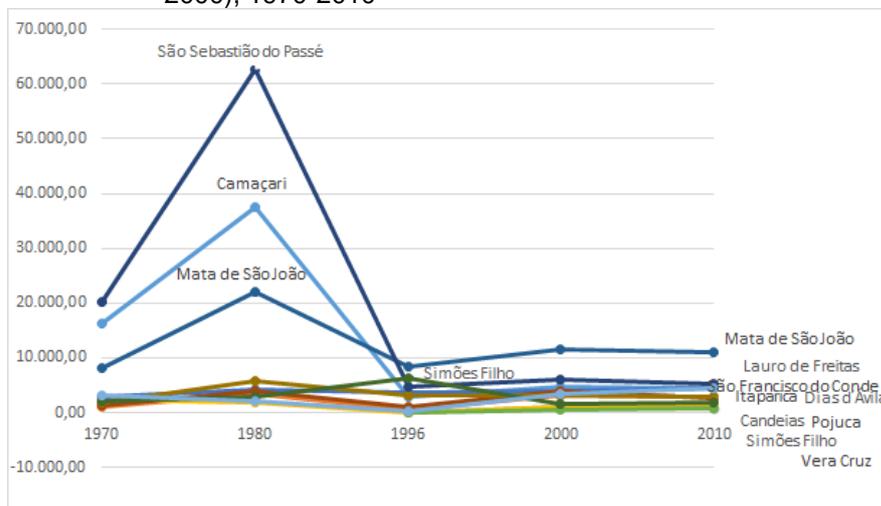
Elaborado por: Eline Barreto

O Gráfico 13, retrata que o PIB-Geral de Salvador é fortemente influenciado pelo PIB-serviços que engloba o comércio, transporte e comunicação, intermediação financeira, administração pública, aluguéis e outros serviços, segundo o IPEADATA. O PIB-Agrícola não impacta o PIB do município, e o PIB-Industrial tem pouca ascendência. Salvador é o município com predominância da atividade econômica de serviços da RMS.

Conforme o Gráfico 14 demonstra, segunda as principais atividades econômicas, em 1996 houve uma forte retração nos setores agrícola, industrial e serviços. A atividade econômica agrícola sofreu uma contração do PIB em todos os municípios

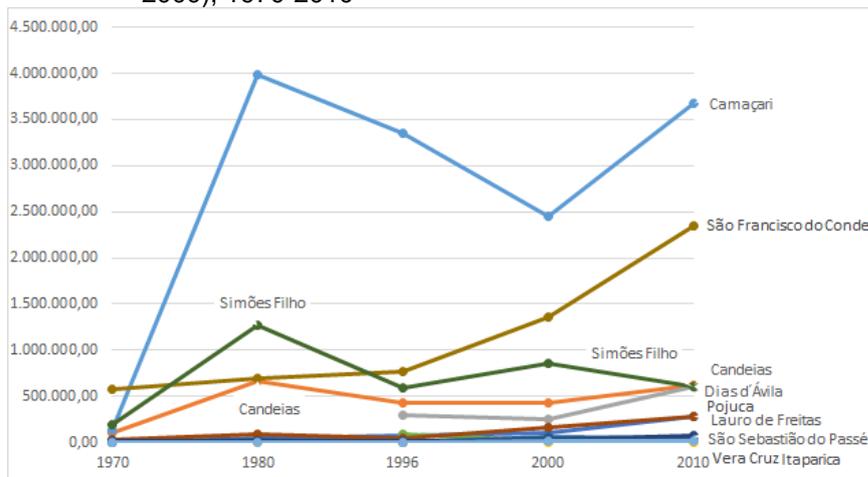
da RMS, com exceção de Simões Filho que teve uma leve expansão. A indústria também sofreu queda em sua produção econômica, exceto no município de São Francisco do Conde, onde a indústria de influência é a RLAM. No ano 2000 houve uma recuperação no setor industrial e no setor de serviços. No entanto, o PIB-Industrial de Camaçari continuava em retração, mas, o PIB-Serviços passou a ter maior relevância no PIB-Geral dos municípios da RMS, porém em 2010 PIB-Industrial de Camaçari volta a se expandir (Gráficos 14, 15 e 16).

Gráfico 14 – Gráficos da evolução do PIB-Agrícola da RMS exceto Salvador (R\$, a preços do ano 2000), 1970-2010



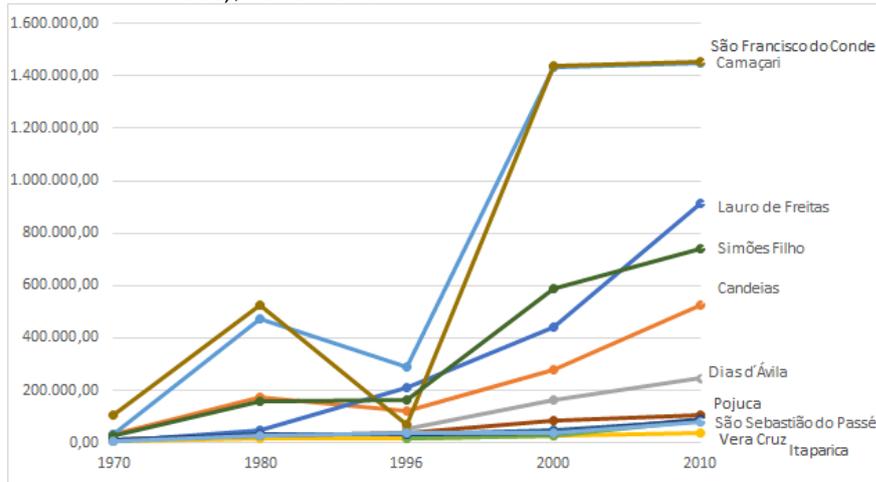
Fonte: IPEADATA, 2016
Elaborado por: Eline Barreto

Gráfico 15 – Gráficos da evolução do PIB-Industrial da RMS exceto Salvador (R\$, a preços do ano 2000), 1970-2010



Fonte: IPEADATA, 2016
Elaborado por: Eline Barreto

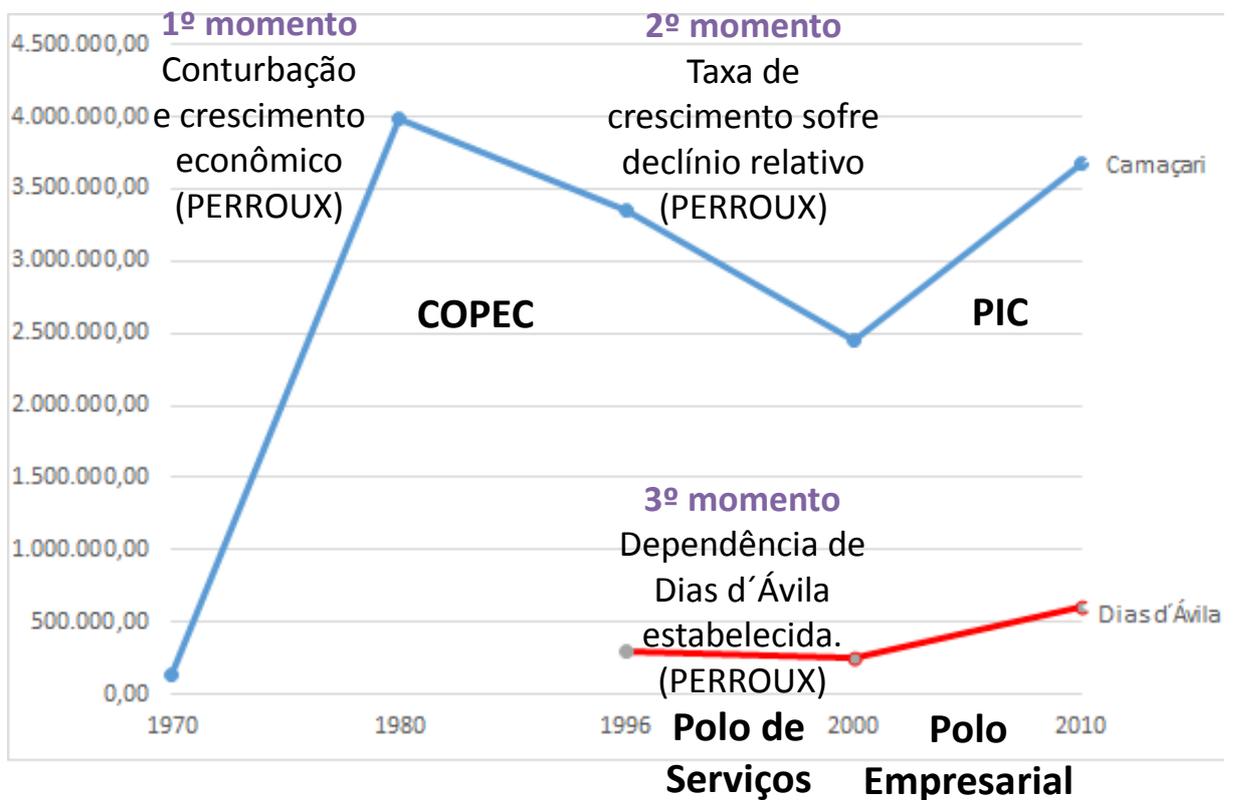
Gráfico 16 – Gráficos da evolução do PIB-Serviços da RMS exceto Salvador (R\$, a preços do ano 2000), 1970-2010



Fonte: IPEADATA, 2016

Elaborado por: Eline Barreto

Gráfico 17 – Gráfico da evolução do PIB-Industrial de Camaçari e Dias d'Ávila, 1970-2010 (R\$, a preços do ano 2000), 1970-2010



Fonte: IPEADATA, 2016

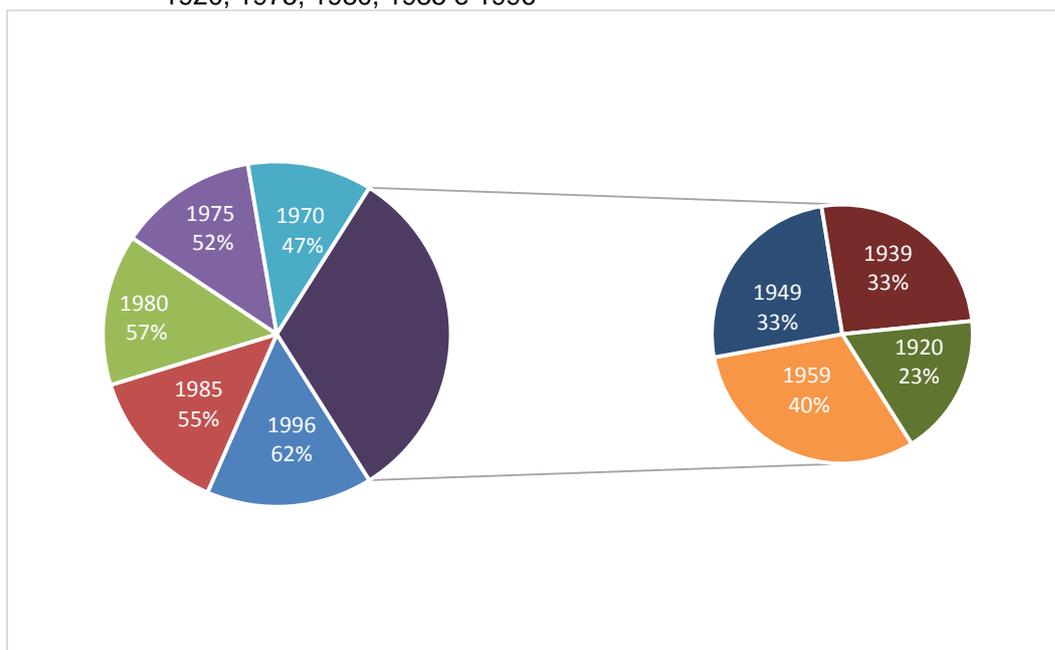
Elaborado por: Eline Barreto

No Gráfico 17, podemos evidenciar economicamente os três momentos identificados da teoria de polos de crescimento de PERROUX (1977), o crescimento

econômico da atividade industrial de Camaçari entre 1970 e 1980, o segundo momento de declínio relativo entre 1980 e os anos 2000, período considerado de estagnação industrial, quando houve uma estimulação proporcionada pela diversidade industrial promovida pela implantação da FORD Nordeste, evidenciando a relação de dependência econômica do Polo de Serviços ao Polo Empresarial de Dias d'Ávila para com o Polo de Camaçari.

Houve também uma grande mudança quanto a influência do PIB dos municípios da Região Metropolitana de Salvador comparado com o PIB Estadual. Em 1975 o PIB da RMS equivalia a 52% do PIB da Bahia e em 1996 expandiu para 62% (Gráfico 18 e Tabela 12). Porém, conforme IPEADATA (2016c), em 2010 o PIB da RMS retraiu a valores inferiores do ano de 1970, equivalendo a 49% do PIB da Bahia (Tabela 12).

Gráfico 18 – Comparativo do PIB da RMS com PIB da Bahia a preços constantes (base ano 2000) – 1920, 1975, 1980, 1985 e 1996



Fonte: IPEADATA, 2016c
Elaborado por: Eline Barreto

Ano	PIB – RMS (R\$)	PIB – Bahia (R\$)	%
1920	174.451,78	763.173,19	33%
1939	661.413,91	1.974.607,17	33%
1949	952.426,49	2.911.358,56	40%
1959	2.425.343,99	6.045.307,29	47%
1970	5.491.446,37	11.781.352,71	52%
1975	10.194.359,22	19.615.826,97	57%

Tabela 12 – PIB da RMS, PIB baiano e taxa comparativa do PIB, base 2000 (conclusão)

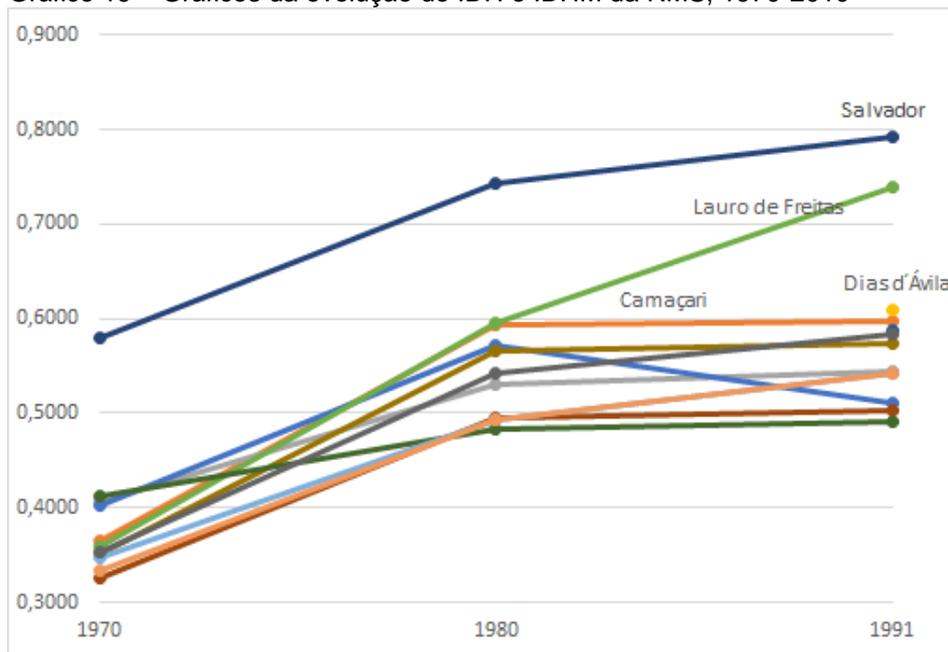
Ano	PIB – RMS (R\$)	PIB – Bahia (R\$)	%
1980	18.942.979,58	33.273.575,14	55%
1985	24.526.595,57	44.497.520,18	62%
1996	22.471.331,60	36.178.000,12	54%
2000	24.968.794,60	46.523.212,32	53%
2010	33.735.189,62	68.866.568,93	49%

Obs.: Considerando que a Região Metropolitana de Salvador foi estabelecida pela Lei Complementar nº 14/1973, o PIB da RMS foi definido por soma dos PIB municipais já constituídos nos anos levantados.

Fonte: IPEADATA, 2016c
Elaborado por: Eline Barreto

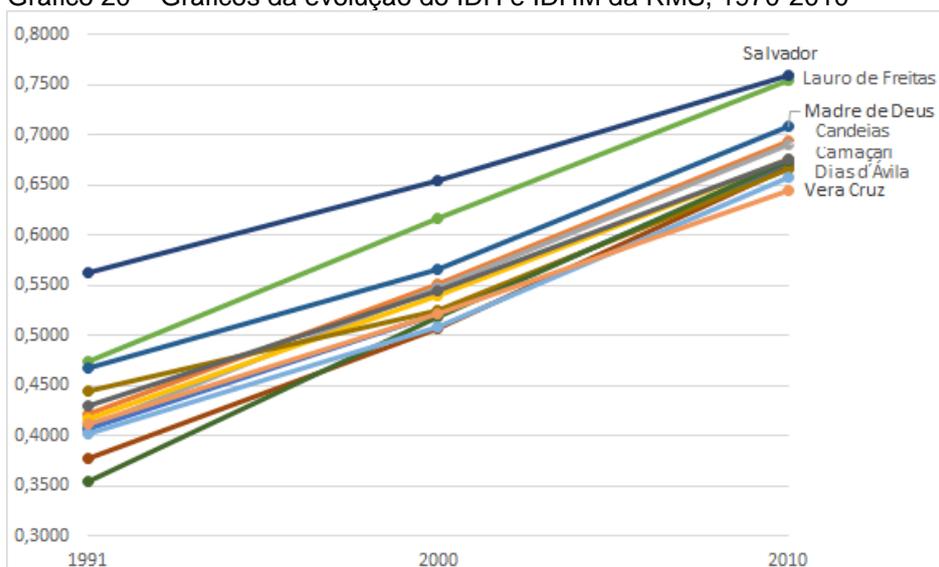
Também houveram mudanças quanto ao desenvolvimento humano, o Gráfico 19 e o Gráfico 20, apresentam os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios da RMS calculados no âmbito dos municípios para os anos de 1970, 1980 e 1991. Conforme os dados do IPEADATA (2015b), evidenciou-se que Lauro de Freitas possuía uma trajetória de tendência ao IDH de Salvador. Em 1991 o IPEADATA (2015b) adotou o IDHM que considera, para efeito de cálculo, especificidades do município para as mesmas variáveis do IDH, renda, educação e longevidade, ratificando a tendência de equalizar o IDHM, em termos gerais, em todos os municípios da RMS, sendo Lauro de Freitas o mais fortemente equiparado ao município de Salvador.

Gráfico 19 – Gráficos da evolução do IDH e IDHM da RMS, 1970-2010



Fonte: IPEADATA, 2015b
Elaborado por: Eline Barreto

Gráfico 20 – Gráficos da evolução do IDH e IDHM da RMS, 1970-2010



Fonte: IPEADATA, 2015b
Elaborado por: Eline Barreto

Comparando as dimensões da renda, educação e longevidade, antes do processo da implantação do polo em Camaçari e logo após sua efetivação, delineou-se aspectos relevantes no processo de desenvolvimento da RMS, sendo que o desenvolvimento pelo crescimento econômico no aspecto da renda foi mais relevante que os outros dois aspectos. No que se refere à proximidade do polo petroquímico de Camaçari, se destacam os municípios de Lauro de Freitas com 186,80% de crescimento do IDH-Renda, Camaçari com 101,41% e Simões Filho com 97,20% (Tabelas 13 e 14). Na dimensão da educação e longevidade, Camaçari foi o que obteve maior incremento neste período, com 42,21% e 44,62%, respectivamente, comparando os anos de 1980 e 1970.

Tabela 13 – IDH no âmbito municipal da RMS, 1970, 1980 e 1991 (continua)

Município	IDH dos municípios								
	Renda ⁹			Educação ¹⁰			Longevidade ¹¹		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Salvador	0,698	0,958	0,952	0,639	0,700	0,758	0,402	0,568	0,670
Candeias	0,378	0,656	0,462	0,470	0,482	0,605	0,372	0,455	0,569
Camaçari	0,354	0,713	0,535	0,353	0,502	0,640	0,390	0,564	0,616
São Francisco do Conde	0,325	0,488	0,310	0,416	0,438	0,551	0,498	0,524	0,614

⁹ Índice usando uma função côncava da renda, normalizada pelos valores extremos da curva.

¹⁰ Índice obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência escolar.

¹¹ Índice obtido a partir do indicador da esperança de vida ao nascer.

Tabela 13 – IDH no âmbito municipal da RMS, 1970, 1980 e 1991 (conclusão)

Município	IDH dos municípios								
	Renda ¹²			Educação ¹³			Longevidade ¹⁴		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Itaparica	0,311	0,633	0,278	0,498	0,518	0,633	0,401	0,563	0,621
Simões Filho	0,286	0,564	0,477	0,390	0,529	0,647	0,385	0,535	0,630
Lauro de Freitas	0,250	0,717	0,913	0,410	0,499	0,656	0,418	0,570	0,646
Vera Cruz	0,205	0,411	0,406	0,442	0,513	0,597	0,356	0,555	0,623
Dias d'Ávila	-	-	0,564	-	-	0,638	-	-	0,627
Madre de Deus	-	-	0,459	-	-	0,671	-	-	0,630

Fonte: IPEADATA, 2015b

Elaborado por: Eline Barreto

Na tabela 14, a taxa de crescimento do IDH nos municípios, apresentada em 1980, na qual observou-se a potencial de motivação que o Polo Petroquímico de Camaçari repercutiu nos territórios que o circunscrescia, retraiu em 1991, sugerindo que o polo tornou-se um território desconectado do seu entorno. O IDH-Renda de 1980 demonstrou-se o aspecto mais relevante do IDH, em 1991, a renda foi o aspecto que fez o índice retrair, as remunerações reduziram a valores menores que dos anos de 1980, o único município que teve crescimento no IDH em todos os aspectos considerados, foi Lauro de Freitas, com IDH-Renda de 27,34% de crescimento, IDH-Educação de 31,46% e IDH-longevidade de 13,33%.

Tabela 14 – Crescimento do IDH no âmbito municipal da RMS, 1970, 1980 e 1991 (continua)

Município	Crescimento (%)					
	Renda	Educação	Longevidade	Renda	Educação	Longevidade
	1980-1970	1980-1970	1980-1970	1991-1980	1991-1980	1991-1980
Salvador	37,25	9,55	41,29	-0,63	8,29	17,96
Candeias	73,54	2,55	22,31	-29,57	25,52	25,05
Salvador	37,25	9,55	41,29	-0,63	8,29	17,96
Candeias	73,54	2,55	22,31	-29,57	25,52	25,05
Camaçari	101,41	42,21	44,62	-24,96	27,49	9,22
São Francisco do Conde	50,15	5,29	5,22	-36,48	25,80	17,18
Itaparica	103,54	4,02	40,40	-56,08	22,20	10,30
Simões Filho	97,20	35,64	38,96	-15,43	22,31	17,76
Lauro de Freitas	186,80	21,71	36,36	27,34	31,46	13,33

¹² Índice usando uma função côncava da renda, normalizada pelos valores extremos da curva.¹³ Índice obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência escolar.¹⁴ Índice obtido a partir do indicador da esperança de vida ao nascer.

Tabela 14 – Crescimento do IDH no âmbito municipal da RMS, 1970, 1980 e 1991 (conclusão)

Município	Crescimento (%)					
	Renda	Educação	Longevidade	Renda	Educação	Longevidade
	1980-1970	1980-1970	1980-1970	1991-1980	1991-1980	1991-1980
Vera Cruz	100,49	16,06	55,90	-1,22	16,37	12,25
Dias d'Ávila	-	-	-	-	-	-
Madre de Deus	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPEADATA, 2015b

Elaborado por: Eline Barreto

Assim, como reflexo desta retração, configurando um segundo momento do impacto do Polo Petroquímico de Camaçari como sendo um espaço motriz em seu aspecto econômico sofreu um declínio que transformou este espaço em um enclave econômico até os anos de 2000. Conforme o IBGE (2015), desta forma, nos censos de 1950, 1960 e 1970, a Bahia possuía uma configuração rural, onde mais de 50% da população, conforme os censos demográficos destes períodos, residiam em áreas rurais, tendo 74,13%, 65,22% e 58,59% (Tabela 15), respectivamente, de expansão do rural. Em 1980, o desenho rural baiano começa a entrar em equilíbrio com a urbanidade da Bahia, a expansão urbana alcançava 49,44% e a ruralização atingiu 50,56%. O processo de urbanização na Bahia foi mais predominante no ano de 1960, cujo percentual de crescimento urbano foi de 66,63% em relação ao censo de 1950, e em 1980 tendo 51,10% de taxa de crescimento em relação à 1970 que já havia crescimento 50,71% frente aos anos de 1960. A partir de 1980, a urbanização do estado arrefeceu-se, mas continuou crescendo.

Tabela 15 – População baiana, crescimento urbano, urbanização e ruralização, 1950-2010

Ano	População (Pessoas)			Crescimento urbano	Urbanização	Ruralização
	Total	Urbano	Rural	%	%	%
1950	4.834.575	1.250.507	3.584.068	-	25,87	74,13
1960	5.990.605	2.083.716	3.906.889	66,63	34,78	65,22
1970	7.583.140	3.140.407	4.442.733	50,71	41,41	58,59
1980	9.597.393	4.745.022	4.852.371	51,10	49,44	50,56
1991	11.855.157	7.007.729	4.847.428	47,69	59,11	40,89
2000	13.066.910	8.761.604	4.305.306	25,03	67,05	32,95
2010	14.016.906	10.102.476	3.914.430	15,30	72,07	27,93

Fonte: IBGE. SIDRA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

4 DO POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI AO POLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI

4.1 Mudanças recentes

De acordo com o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), o então, Polo Petroquímico de Camaçari ou Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), Figura 7, iniciou suas atividades em 29 de junho de 1978, estando localizado no município de Camaçari, a cerca de 50 km de Salvador, e, aproximadamente, a 7 km de Dias d'Ávila. O COPEC, atualmente, Polo Industrial de Camaçari (PIC), segundo o COFIC (2016a), é o maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, possuindo mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade econômica, como a automobilística, a de pneus, a de celulose solúvel, têxtil, fertilizantes, energia eólica, fármacos, bebidas e serviços, em sua maioria ligadas por dutovias à empresa BRASKEM Unidade de Insumos Básicos (BASKEM-UNIB) antigo Complexo Petroquímico do Nordeste (COPENE). Nesta diversidade do Polo de Camaçari destacam-se, a Ford do Nordeste, no ramo de automóveis, a Continental e Bridgestone no ramo de pneus, a Monsanto no ramo de fertilização e o Complexo Acrílico da Basf, ampliando as possibilidades de integração com a indústria de transformação.

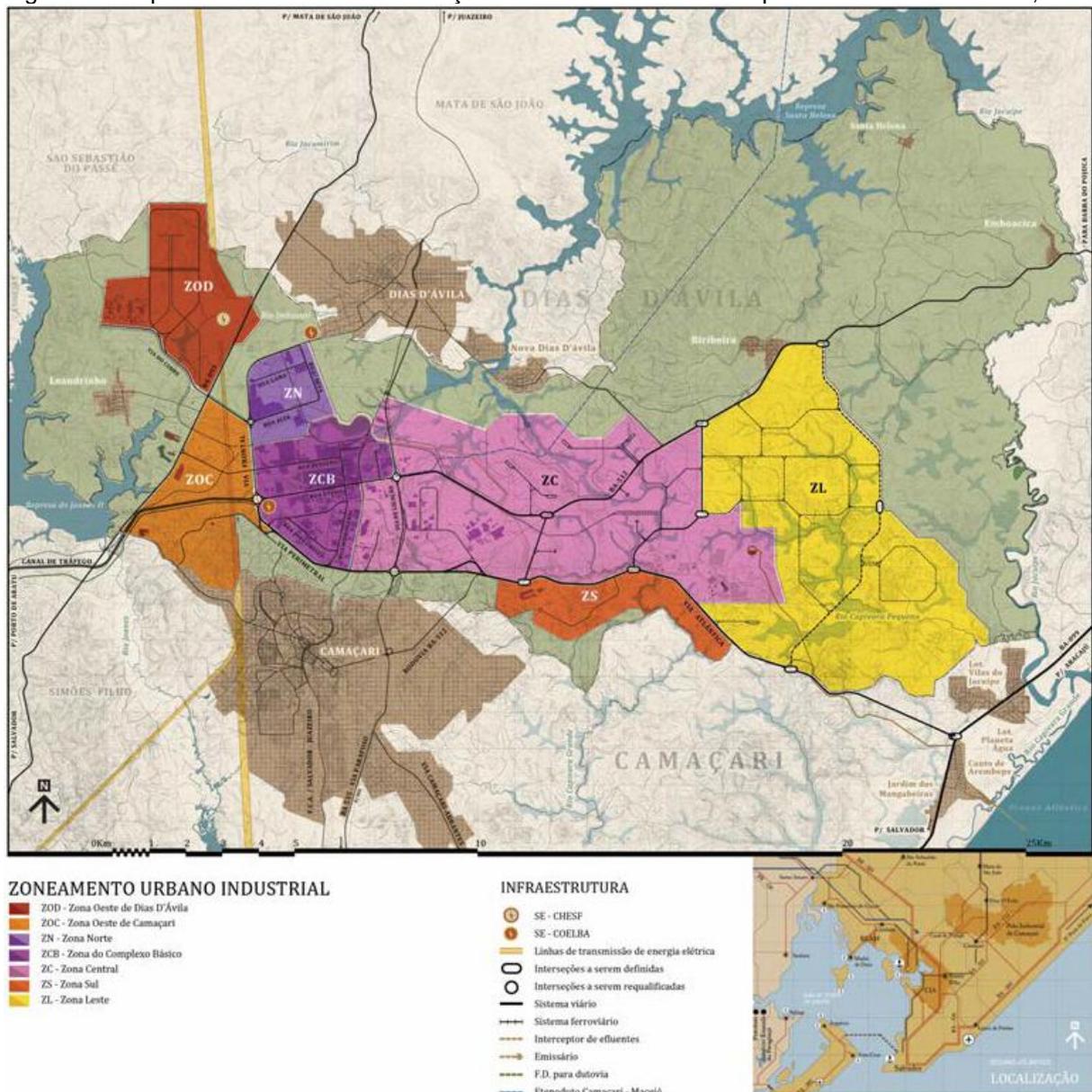
Figura 7 – Polo Industrial de Camaçari



Fonte: COFIC, 2016a

Conforme o Plano Diretor do Polo Industrial de Camaçari, elaborado em 2013 com apoio do Governo do Estado da Bahia e COFIC, juntamente com as prefeituras de Camaçari e Dias d'Ávila, o atual plano visa abordar “[...] a questão do desenvolvimento e modernização do setor industrial da Bahia, de forma equilibrada nas dimensões espacial, econômica e social.” (SDE, 2013). Com isto, a princípio, foram feitos zoneamentos territoriais (Figura 8), identificadas e planejadas as zonas industriais nos espaços dos municípios envolvidos. Em seguida, foram implementadas ações públicas e atração de investimento em prol do crescimento industrial baiano.

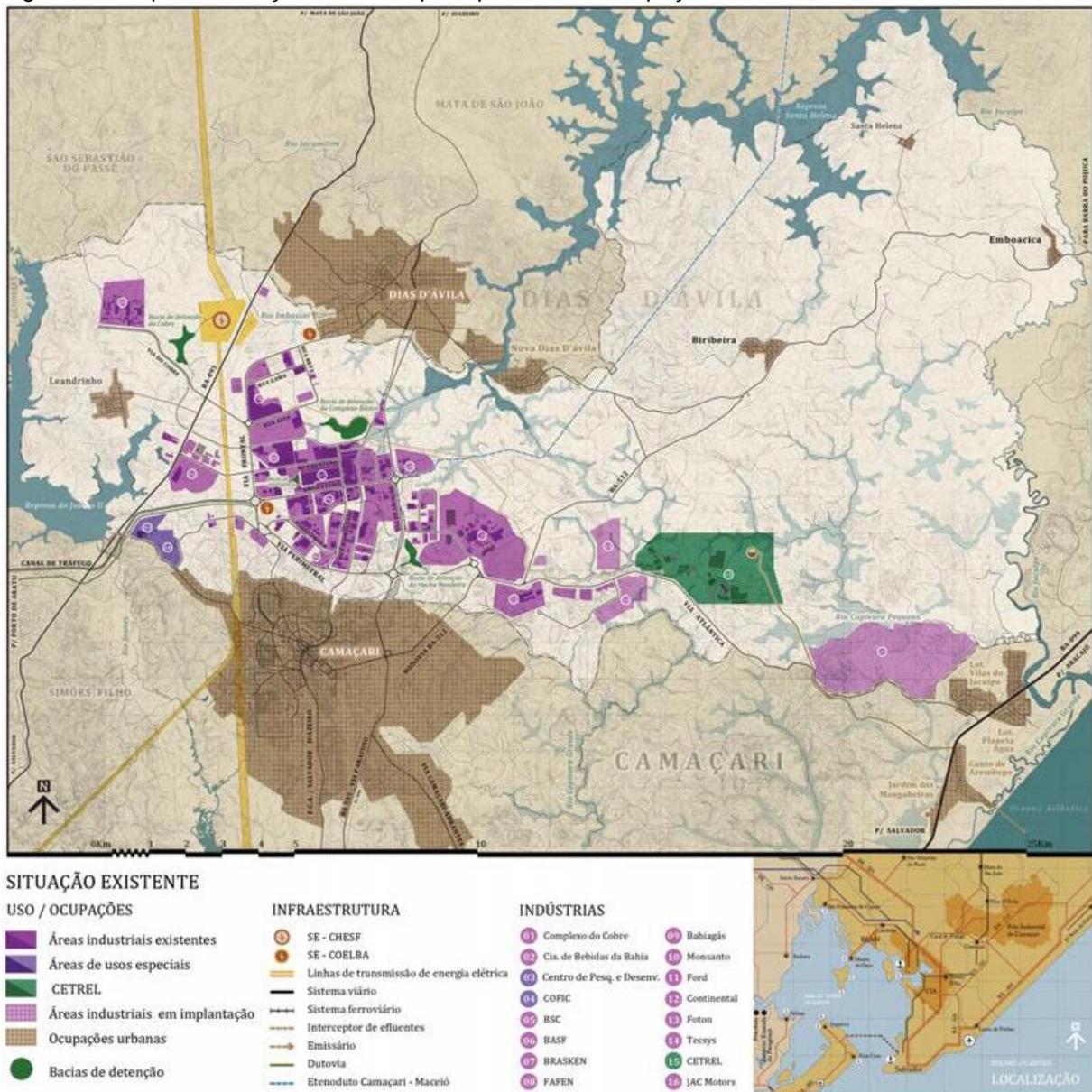
Figura 8 – Mapa do zoneamento de Camaçari e Dias d'Ávila elaborado pelo Plano Diretor do PIC, 2013



Fonte: SDE, 2013

A expansão do Polo Industrial de Camaçari foi definida a partir do Decreto Estadual nº 13.010 de 11 de julho de 2011, no qual, em seu art. 1º estabelece a desapropriação 298.539.912,65m² nos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila para efeito de expansão do Polo Industrial de Camaçari. Desta forma, o atual Plano Diretor, insere, no PIC, o grupo Paranapanema, antiga Caraíba Metais, estabelecido na Zona Oeste do município de Dias d'Ávila como o Complexo do Cobre (Figura 9).

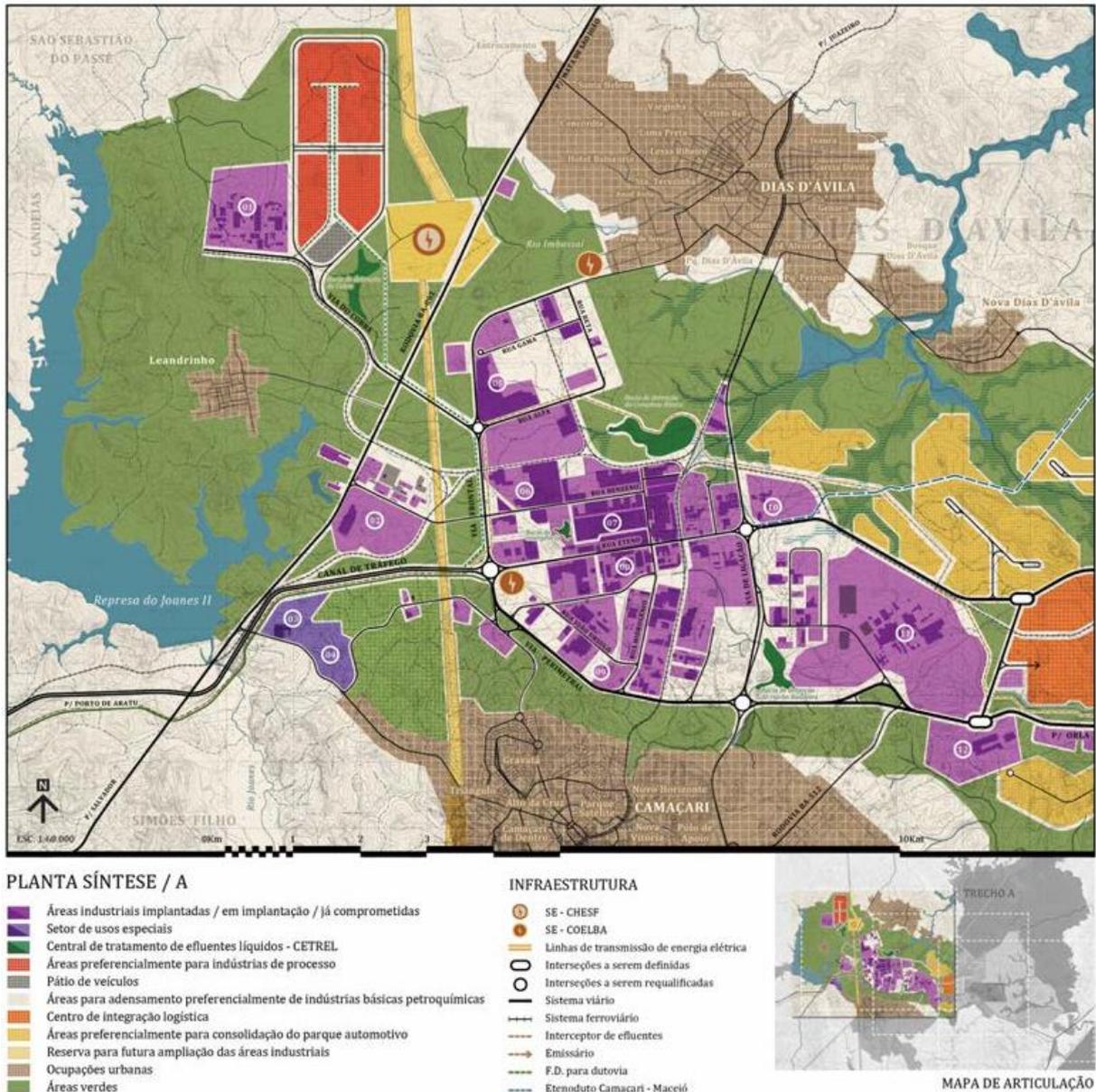
Figura 9 – Mapa da situação atual dos principais usos e ocupações do solo, 2013



Fonte: SDE, 2013

Sinteticamente, o Plano Diretor do PIC de 2013 (Figura 10), definiria um plano de expansão do espaço econômico motriz do Polo Industrial de Camaçari. De forma a unificar espaços industriais administrativamente e geograficamente separados.

Figura 10 – Mapa síntese do Plano Diretor do PIC, trecho A, 2013



Fonte: SDE, 2013

Desta forma, o Plano Diretor objetivava ampliar a diversificação e integração industrial, como a cadeia acrílica com a BASF, produzindo ácido acrílico, acrilato de butila e polímeros superabsorventes (SAP), utilizando propeno da BRASKEM da unidade de insumos básicos, e a KIMBERLY-CLARK na produção de fraldas descartáveis e produtos de higiene pessoal usando SAP da BASF; como também, a

cadeia automotiva com a FORD Nordeste, automóveis e caminhões, e a FOTON produzindo micro-ônibus e caminhões; também a cadeia eólica como a GAMESA, ALSTOM e TORREBRAS, para produzir, nacelles¹⁵ para aerogeradores, aerogeradores e pás eólicas, respectivamente; e a cadeia diversificada, como a perfumaria com a BOTICARIO, e de drywall com a KNAUF.

As mudanças recentes ocorridas no espaço ocupado pelo Polo Petroquímico de Camaçari foram construções ocorridas desde a década de 1970, época em que o Brasil se identificava como no momento do *milagre econômico* brasileiro, com definição do modelo acionário empresarial tripartite no segmento econômico petroquímico, as empresas privadas que faziam parte deste regime aproveitaram o incentivo fiscal do governo federal, o subsídio da PETROBRAS, e a tecnologia empreendida pela participação acionária estrangeira, absorvendo o conhecimento tecnológico do processo produtivo petroquímico e os benefícios oferecidos pelo poder público, expandindo suas atividades na década de 1980.

No início da década de 1990, a PETROBRAS já havia reduzido a subvenção sobre o preço da nafta petroquímica em 1989 devido à mudança estratégica econômica-política nacional quanto à intervenção do governo federal na política econômica, através do Programa Nacional de Desestatização (PND) estabelecido por Lei n. 8031, de 12 de abril de 1990, que determinou a privatização das petroquímicas. Neste interim, houve a transição de um governo controlador para um governo neoliberalista que acirrou a concorrência das empresas no livre comércio internacional, juntamente com um processo de impeachment ocorrido em 1992 do então presidente da república Fernando Collor de Mello, ocasionando uma instabilidade econômica, fazendo retrair o impacto desenvolvimentista que o empreendimento do Polo Petroquímico em Camaçari propôs promover na Região Metropolitana de Salvador.

A desestatização das petroquímicas na década de 1990 foi a primeira etapa no processo da reestruturação do polo de Camaçari, na qual o grupo Odebrecht obteve o controle acionário da indústria Poliolefinas S.A., da Salgema Indústria Química S.A. e da Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), atualmente TRIKEM S.A. (ODEBRECHT, 2016), indústrias estas da segunda geração da cadeia petroquímica.

¹⁵ Nacelle é um compartimento instalado no alto da torre dos aerogeradores eólicos, que abriga todos os componentes essenciais para a produção de energia (AMBIENTE ENERGIA, 2015).

A segunda etapa foi a implantação do Complexo Industrial Ford Nordeste, inaugurado em 2001 (FORD, 2016), no segmento automotivo, e a implantação da Monsanto Nordeste S.A. que iniciaram sua operação no mesmo ano, no segmento agrícola. A terceira etapa e última da reestruturação do polo de Camaçari transformou a gestão e comercialização em âmbito nacional no segmento petroquímico, levando à concentração empresarial com o venda da Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE). A privatização da COPENE ensejou na formação do grupo empresarial BRASKEM S.A. em 2002, permitindo que o grupo Odebrecht controlasse a produção de primeira geração e parte da segunda geração da cadeia petroquímica, sendo as mais rentáveis. A COPENE, produtora de petroquímicos de primeira geração, passou a ser denominada como BRASKEM – unidade de insumos básicos (BRASKEM-UNIB).

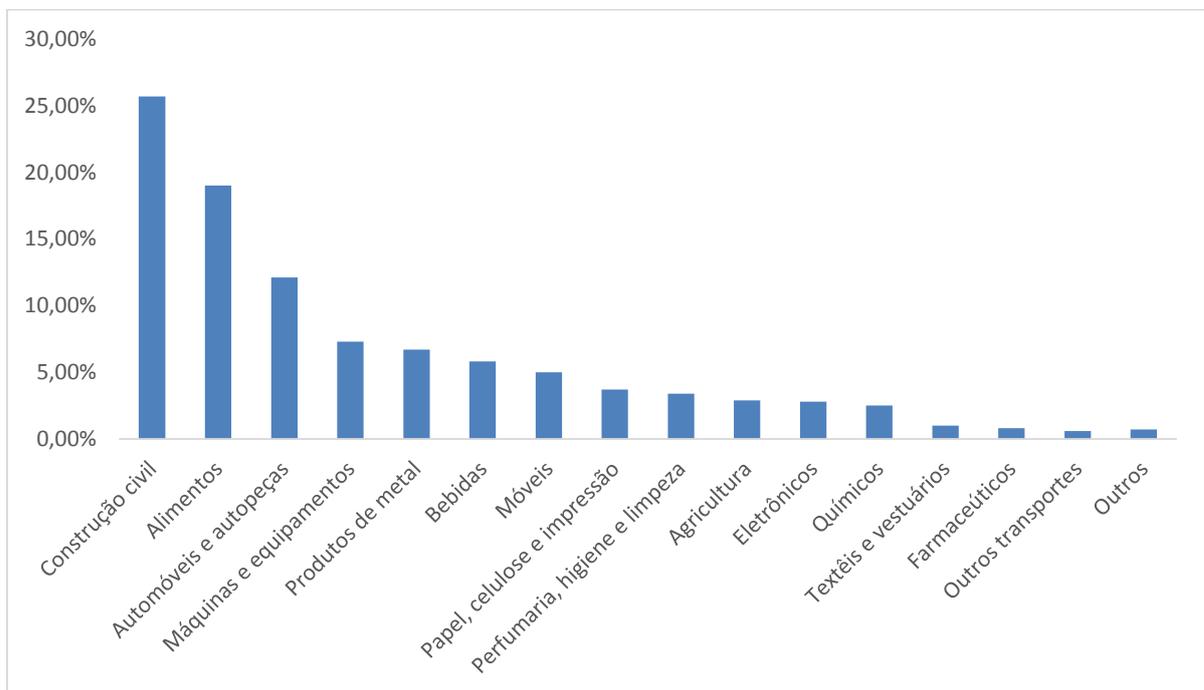
4.2 A Implantação de indústrias de bens finais

A implantação de duas indústrias de ramos econômicos diferentes, o automotivo e o agrícola, ao do segmento petroquímico, o do ramo automotivo, em especial, foi o marco da transformação do Polo Petroquímico de Camaçari em Polo Industrial de Camaçari (PIC), esta denominação é característica da diversificação das atividades industriais ocorridas em 2001. O marco transformador foi imprescindível para a revitalização do espaço econômico influenciado pelo polo de Camaçari, tornando o fluxo produtivo mais dinâmico e diversificado, conforme apresentado no fluxograma da Figura 11, estimulando o surgimento novos polos industriais de ramos correlacionados, formando uma rede integrada no Polo Industrial de Camaçari como o Polo Plástico, o Polo Automotivo, o Polo Agrícola, o Polo Têxtil e dentre outras possíveis ramificações. Sendo este o contexto em que estava inserido o surgimento do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB).

O segmento econômico do ramo de plástico, o Polo Plástico, é o polo de maior interesse da BRASKEM, sua estruturação produtiva está direcionada às resinas termoplásticas, pois são as mais demandadas por outros bens finais. De acordo com o COFIC (2016a), as unidades produtivas da empresa em Camaçari formada por cinco plantas industriais de segunda geração e uma da primeira geração, delineiam esta tendência, como é evidenciado pelas quatro unidades de polímeros termoplásticos

cuja rigidez do produto torna-se maleável a uma determinada temperatura, sendo BRASKEM-PE1, BRASKEM-PE2 e BRASKEM-PE3, produtoras de polietileno de alta, baixa densidade e polietileno linear produzidos a partir de uma fonte fóssil, como o petróleo e o gás natural; como também a unidade BRASKEM-PVC. Estes polímeros são usados em embalagens, filmes, fios, cabos, tubos e conexões, e utensílios domésticos. Como pode ser visto no Gráfico 21, o segmento plástico possui ampla penetração comercial.

Gráfico 21 – Principais setores consumidores de transformados plásticos, 2013



Fonte: ABIPLAST, 2015

A tendência produtiva de resinas termoplásticas da BRASKEM foi um dos fatores considerados para atrair a implantação da FORD em Camaçari, sendo o segmento automotivo o terceiro principal setor consumidor dos transformados plásticos, a aproximação com um Polo Plástico garantiria menos custos, integrando as indústrias petroquímicas à indústria automotiva, gerando aumento da demanda de produtos petroquímicos com a implantação de fábricas de pneus, como a CONTINENTAL em 2006 e a BRIDGESTONE-FIRESTONE em 2007, e a indústria COLUMBIAN CHEMICAL, inaugurada no mesmo ano, para a produção do insumo negro de fumo, matéria prima que dá maior resistência à borracha do pneu, a partir de resíduos aromáticos fornecidos pela BRASKEM-UNIB, conforme a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) (SEAGRI,2016), delineando um Polo Automotivo.

A MONSANTO é uma empresa transnacional química e farmacêutica, implantada no PIC em 2001. Compra da BRASKEM-UNIB, o produto tolueno para a produção de glifosato, matéria prima usada na produção de herbicida para uso na agricultura. No mesmo ano foi inaugurada a indústria de fertilizantes HERINGER no polo de Camaçari, uma empresa nacional de fertilizantes agrícola. Estes dois empreendimentos revitalizaram a industrialização de fertilizantes cujo ramo já havia iniciado desde 1995 pela Companhia Brasileira de Fertilizantes (CIBRAFERTIL) instalada no polo de Camaçari para produção de superfosfato simples usado em fertilizantes agrícolas, projetando um possível Polo Agrícola. Recentemente, em setembro de 2016, a farmacêutica e companhia de produtos químicos alemã, BAYER, anunciou a fusão entre as duas empresas. Assim, a BAYER passou a ser “[...] líder mundial dos herbicidas e engenharia genética de sementes, por US\$ 66 bilhões.” (GLOBO, 2016)

A inauguração da BASF no Polo Industrial de Camaçari (PIC) em 2015, representou a atração de um complexo acrílico na Bahia, o Polo Acrílico. O empreendimento foi iniciado em 2012, atraindo indústria deste segmento, como é o caso da Kimberly-Clark inaugurada em 2013. A BASF compra a matéria-prima propeno da BRASKEM-UNIB para a produção de ácido acrílico usado para produzir tintas, revestimentos, vernizes, adesivos, aglomerantes e produtos do tratamento de água. O insumo básico também é usado na produção de acrilato de butila usado em resinas, tintas à base de água, revestimentos de papel, colas e adesivos, a BASF também produz polímeros superabsorventes produto utilizado pela Kimberly-Clark na

produção de produtos de higiene pessoal e fraldas descartáveis, vislumbrando um polo têxtil no polo de Camaçari.

A diversificação no Polo Industrial de Camaçari atraiu outras indústrias de bens finais inauguradas em 2014, no ramo de cosméticos, a Boticário; a Knauf, no ramo da construção civil, iniciou suas operações como fornecedora de *drywall*, sistema de construção à seco, a Tecsis no ramo da energia eólica produzindo pás eólicas, como também a Torrebras fornecendo torres eólicas. Além de revigorar a terciarização estabelecida no final da década de 1980 no município de Dias d'Ávila estimulada pela implantação do polo em Camaçari em 1978, o Polo de Serviços de Dias d'Ávila que surgiu para atender à demanda ofertada pelo Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), com a implantação da FORD em 2001 em Camaçari, a sinergia do Polo de Serviços foi revitalizada para serviços automotivos atuando no processo produtivo da montadora. Por esta dinâmica surgiu o projeto do Polo Empresarial Governador César Borges em Dias d'Ávila (PEGCB) em 2004, diversificando as atividades empresariais entre serviços e indústrias.

Estas transformações ocorridas definiram o terceiro momento deste polo de crescimento, o qual estabeleceu a interdependência entre as indústrias motrizes do PIC e as indústrias movidas do PEGCB.

4.3 O projeto do Polo Empresarial Governador César Borges em Dias d'Ávila - Ba

O projeto do Polo Empresarial Governador Cesar Borges (PEGCB), surgiu da oportunidade vislumbrada pela Prefeitura de Dias d'Ávila em reduzir o deslocamento e, por consequência, os custos de circulação das demandas de serviços oriundas dos pretensos projetos automobilístico e de um Polo Plástico, intensificando as atividades de terceira geração da cadeia produtiva da petroquímica deslocando o contingente destas unidades econômicas fora do tecido urbano tradicional de Salvador e Feira de Santana. Segundo a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), Dias d'Ávila se antecipou ao oferecer “[...] vantagens locacionais, tais como terreno e infraestrutura mínima para localização, [...] que assegure uma circulação rápida, fluente e de baixo custo [...]” (CONDER, 1992, p. 19),

aproveitando, assim, da densificação dos investimentos industriais no polo de Camaçari.

O poder público teve grande participação neste investimento, principalmente nas tratativas de atrair o projeto AMAZON da FORD para o Estado da Bahia através de renúncias fiscais, financiamentos com carência de 10 anos e investimentos em infraestrutura. Conforme Santos e Spinola (2006), a escolha por Camaçari,

[...] está intimamente ligada com alguns fatores, dentre os quais podemos destacar os incentivos fiscais e o baixo custo de mão-de-obra da região e ao fato da Bahia ter oferecido mais que o Rio Grande do Sul na barganha locacional. Para a vinda da Ford os incentivos liberados e previstos no acordo foram: diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (postergação do pagamento para o ato da venda do produto); financiamento de 75% do restante do ICMS devido durante dez anos com carência de cinco anos para pagamento (RIBEIRO, 1999). Há ainda, por parte do município de Camaçari isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviços (ISS) (NAJBERG E PUGA, 2002). Por parte da União houve redução de impostos de até 100% para importação de bens de capital, 90% para insumos e de 50% para veículos, e ainda isenção sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) mais renúncia de 45% de impostos sobre insumos (RIBEIRO, 1999) e isenção ao adicional do frete para renovação da Marinha Mercante (VASCONCELOS, 2001) (SANTOS; SPINOLA, 2006, p. 4).

A premissa deste empreendimento está na modularização dos processos de montagem dos veículos automotivos, sendo a FORD a integradora da sinergia desta produção, fazendo a rede produtiva modular integrada alcançar a máxima eficiência, o que foi denominado de *defeito zero* (LUKACS, 2005, p. 49). A perspectiva, então, neste projeto inovador na Bahia, foi de gerar 5.000 empregos diretos e 50.000 empregos indiretos, segundo Santos e Spinola (2016, p. 8). Desta forma, a expectativa era que as vagas dos empregos gerados seriam preenchidos conforme o alcance de sua área de influência funcional, descongestionando os tradicionais redutos funcionais da RMS, no caso, o município de Salvador, que já se desenhava com efeitos de uma descentralização urbana, direcionando-os para os municípios circunvizinhos aos investimentos industriais.

O projeto AMAZON da FORD pôs em prática, na Bahia, os condomínios industriais do setor automotivo (Figura 12), cujas empresas condominiais compartilham custos comuns e participam de etapas do processo produtivo como em um sistema integrado por módulos funcionais de um sistema principal corporativo.

Figura 12 – Foto aérea da FORD Nordeste, 2016



Fonte: FORD, 2016

A implantação de condomínios industriais automotivos atraiu, para aquele espaço, empresas compatíveis tecnologicamente para as funções estabelecidas no processo produtivo. Conforme o guia industrial da Federação de Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) (FIEB, 2015), o Complexo FORD Nordeste até 2015, possuía 9.680 funcionários, dos quais, cerca de 90% são, principalmente, dos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila (FORD, 2016). Desta forma, para fazer parte das mudanças dos espaços econômicos, através da lei municipal nº 205, de 18 de junho de 2001, a Prefeitura de Dias d'Ávila ofereceu incentivos para que novas empresas industriais ou de serviços que demonstrassem interesse no desenvolvimento do município através de celebração de um protocolo de intenções entre a prefeitura e a empresa, assumindo contribuir para:

- I – a elevação do nível do emprego e renda;
- II – a descentralização econômica e espacial das atividades produtivas e de serviços;
- III – a ampliação de número de empreendimentos privados e modernização tecnológica industrial; e
- IV – a preservação do meio ambiente. (SEFAZ-DIAS D'ÁVILA, 2016)

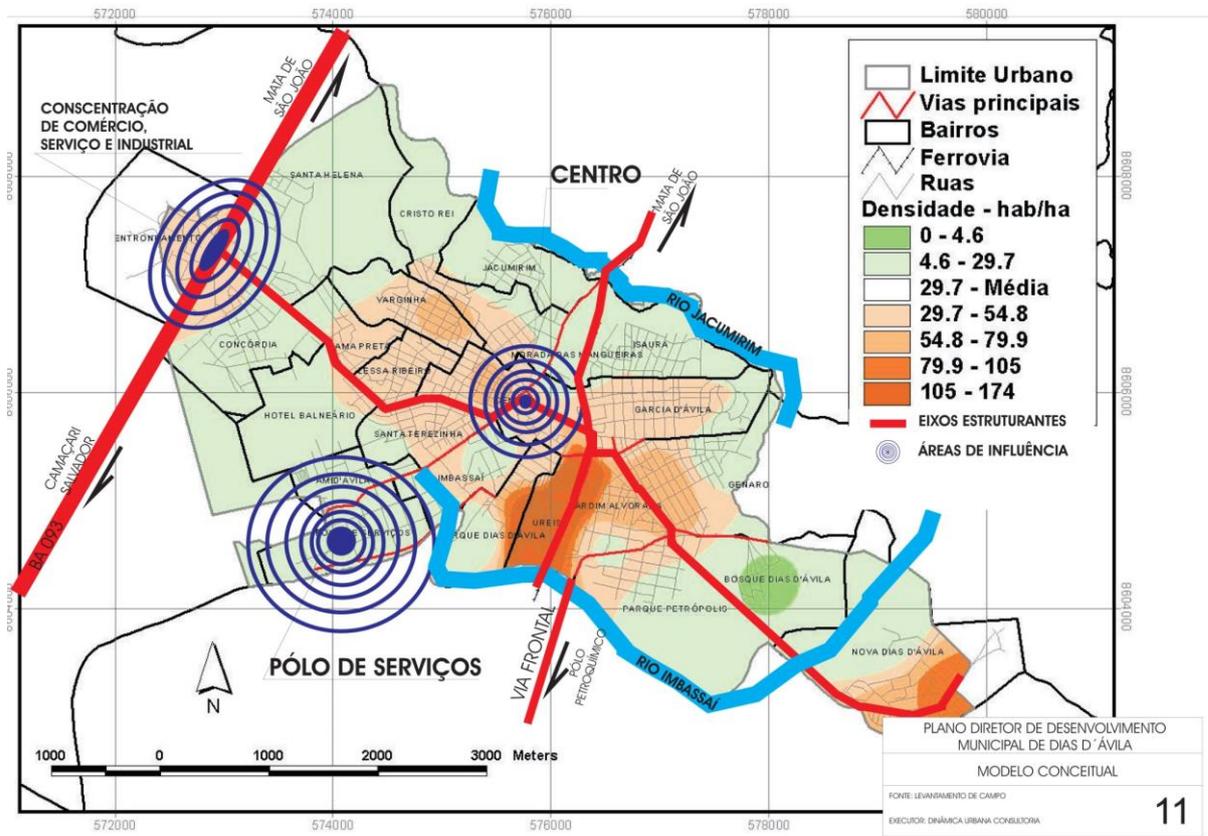
Nesta assinatura do protocolo de intenções, a prefeitura, em contrapartida, oferece, a concessão do uso do solo pelo prazo de 25 anos, renováveis pelo mesmo período; incentivo para aquisição do espaço; e infraestrutura essencial ao espaço econômico em formação. Surge assim, o projeto do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), que foi implementado no arcabouço de um espaço considerado hospedeiro de empresas prestadoras de serviços para o polo de

Camaçari intitulado de Polo de Serviços de Dias d'Ávila. O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) visava gerar um novo espaço econômico no município, como pode ser visto no mapa da área de influência econômica da Figura 11. Pelo projeto conceitual do PDDM, o PEGCB, que se desenvolveria no Polo de Serviços, iria intensificar os espaços econômicos do município que se concentravam no centro urbano principalmente com restaurantes, supermercados e agências bancárias; no entroncamento que liga o município à via rodoviária estadual BA-093, onde se aglutinam o comércio e pequenas empresas de serviços e indústrias.

Este protocolo de intenções firmado entre as empresas e indústrias atraídas para o PEGCB e a prefeitura de Dias d'Ávila, demonstra uma relativa preocupação com os impactos da implantação desta diversidade empresarial, principalmente no itens III e IV do protocolo, apesar do foco no crescimento econômico. A conturbação geradas em Dias d'Ávila, enquanto distrito de Camaçari, com a implantação do COPEC foram desastrosas do ponto de vista econômico, social, cultural, ambiental e como um território-cultura. É perceptível que o município evita repetir as tensões pretéritas, sinalizando que quer absorver modernidade e conhecimento, como também, assegurar a preservação dos aspectos ambientais que ainda resistem em Dias d'Ávila.

A escolha da localização do PEGCB deve-se a um dos aspectos importantes locacionais, a reduzida aglomeração populacional no entorno do novo projeto, cuja densidade no PDDM (2009) variava entre, aproximadamente, cinco a trinta habitantes por hectare, Figura 13, permitindo espraiamento do polo, já que a desapropriação de áreas era previsível para a implementação de um projeto deste porte com fulcro na lei orgânica do município em consonância com o decreto lei n. 3365, de 21 de julho de 1941, no qual os decretos de desapropriação estabelecidos se ampararam, sendo eles, o decreto lei n. 897 de novembro de 2001, que desapropriou 191,53 km² para a expansão do setor industrial de Dias d'Ávila, como também, o decreto lei n. 985, de outubro de 2004, que desapropriou 4 km² para a implantação do PEGCB, e os decretos lei n. 1040, n. 1041 e n. 1042, de oito de março de 2006 desapropriando igual área territorial para dar continuidade a implantação do PEGCB. Outros aspectos relevantes para a localização do PEGCB foi a aproximação de contingente de mão de obra profissional, da infraestrutura do centro urbano e, essencialmente, a proximidade do polo de Camaçari e dos investimentos industriais que o tornaram Polo Industrial de Camaçari (PIC).

Figura 13 – Mapa da áreas de influência econômica em Dias d’Ávila, 2009



Fonte: DIAS D’ÁVILA, 2009.

5 O POLO EMPRESARIAL GOVERNADOR CESAR BORGES

5.1 Caracterização de Dias d'Ávila

Dias d'Ávila, sem ainda essa denominação, na época do Brasil colônia, fazia parte de uma extensão de terra concedida a Garcia d'Ávilla, através do sistema de sesmarias, sendo o primeiro Ávila na colônia brasileira, que chegou ao Brasil acompanhando a comitiva de Tomé de Souza¹⁶. Garcia d'Ávilla foi criador de gado em Portugal com conhecimento técnico no manejo do gado, tendo implementado esta atividade produtiva no Brasil colônia. Dias d'Ávila foi um importante local de relações comerciais e de descanso dos viajantes, estruturado a partir de uma aglomeração social formada pela manifestação de uma feira livre criada em 1614 por Francisco Dias d'Ávilla, primeiro filho de Garcia d'Ávilla, a feira Santo Antônio de Capuame, distante de Salvador, aproximadamente, 44 km, tendo a sua localização a melhor acessibilidade dos boiadeiros itinerantes de todo o nordeste. A região do nordeste do Brasil colônia possuía duas estradas, a Real, via de acesso a Juazeiro, e a via dos boiadeiros. A feira, implantada nesta via, foi um ponto de centralidade estratégica das transações comerciais dos boiadeiros, abrangendo um pouco mais de 24 km² (BARROS, 1934b, p. 49), tendo de um lado planícies e por outro “[...] abundantes aguadas dos rios Imbassahy, Jacuípe e Jacumirim, além de ótimas pastagens [...]”, conforme Barros (1934b, p. 46).

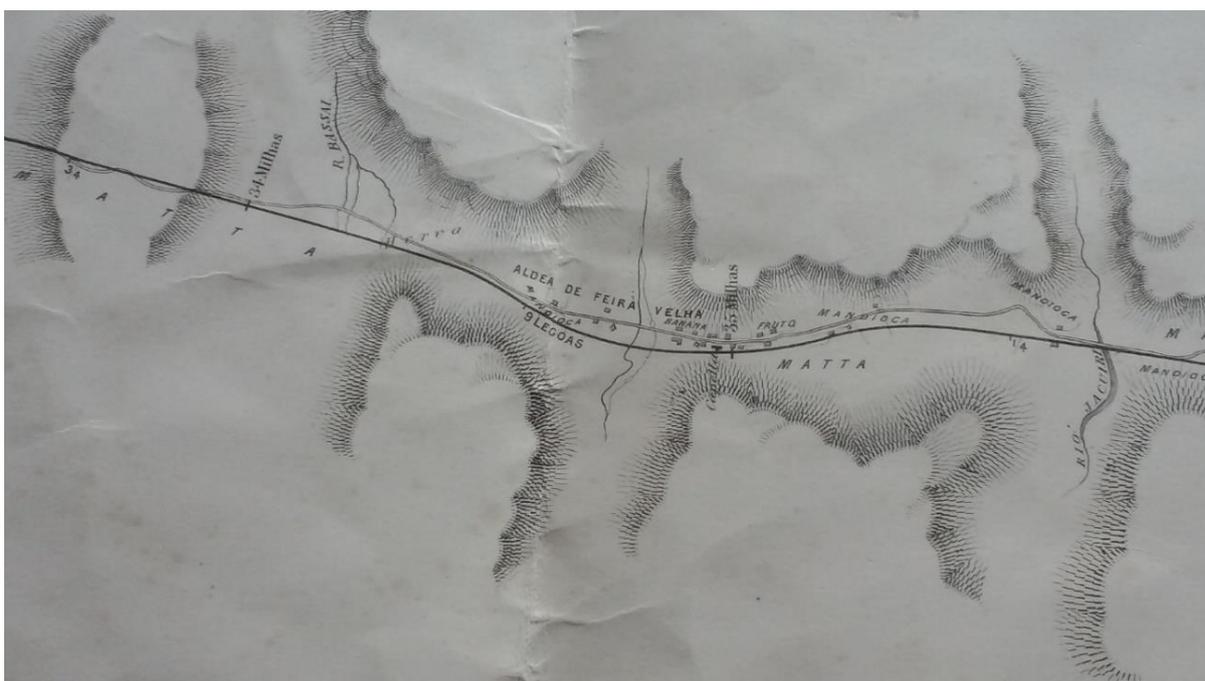
Posteriormente, a área designada a feira de Santo Antônio de Capuame passou a ser chamada de Feira da Vila Capuame, mais tarde de Feira Velha de Capuame, e depois, Feira Velha. A Feira Velha por sua importância para a economia da região, conforme Barros (1934b, p. 48), em 9 de julho de 1928, por solicitação do diretor do arquivo público, passou a ser chamada como Dias d'Ávila, em homenagem à Francisco Dias d'Ávila.

No auge da importância das relações comerciais da Feira Velha, em tempo colonial, o decreto imperial nº 641, de 26 de junho de 1852 (BRASIL, 2016f), autorizava a construção de uma ferrovia ligando a corte às províncias de Minas Gerais e São Paulo. A mesma foi concedida à iniciativa privada, na figura de Joaquim

¹⁶ Primeiro governador-geral do Brasil

Francisco Alves Branco Muniz Barreto, nascido em Salvador, jornalista proprietário do Correio Mercantil na corte. Como pleiteante, obteve concessão com exclusividade, através do decreto imperial nº 1.299, de 19 de dezembro de 1853 (BRASIL, 2016g), por 90 anos, para a construção da estrada de ferro na província da Bahia, ligando a cidade de Salvador até a vila do Juazeiro ou até às margens do rio São Francisco, conforme a Figura 14, demonstra, apresentando a relevância da Feira Velha.

Figura 14 – Mapa da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, período colonial



Fonte: Arquivo Público da Bahia, 2016

A construção desta linha férrea teve como objetivo agregar crescimento econômico local, tornando a comercialização agrícola mais ágil entre os pontos interligados da ferrovia, sendo esta a primeira estrada de ferro no estado da Bahia que dinamizou a circulação das riquezas primárias como sinal de desenvolvimento agrícola que incentivou o investimento de um transporte de rápida integração dos espaços em benefício da:

[...] agricultura e do commercio da Provincia da Bahia, os meios de mais facil comunicação entre os pontos do seu territorio, que pelo desenvolvimento de sua industria agricola podem admittir desde já tão importante melhoramento [...] (BRASIL, 2016g)

A concessão dada a Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto foi transferida para a empresa de sociedade anônima Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco (EFBSF), com sede em Londres, pelo decreto imperial nº 1.614, de 9 de Junho de 1855 (BRASIL, 2016h) e decreto nº 1.615, de 9 de Junho de 1855 (BRASIL, 2016i). Assim, a partir da transferência, foi iniciada a obra, para tanto, o Governo Imperial concedeu à empresa, devido a transferência de concessão feita, dentro outros privilégios e garantias, o direito de:

[...] desapropriar, na fôrma das leis em vigor, o terreno de dominio particular que fôr necessario para leito da estrada de ferro, estações, armazens e mais obras adjacentes; e pelo Governo lhe serão gratuitamente concedidos, para os mesmos fins, os terrenos devolutos e nacionaes, e bem assim os comprehendidos nas sesmarias e posses, salvas as indemnizações que forem de direito. Tambem o Governo lhe concederá o uso das madeiras e outros materiaes existentes nos terrenos devolutos e nacionaes, e de que a companhia tiver precisão para a construcção da estrada de ferro. Os favores deste artigo são extensivos aos caminhos transversaes (BRASIL, 2016g).

Em contrapartida, a concessionária ficou responsável pelo investimento em aquisição de:

[..] machinas locomotivas, carruagens de passageiros, carretões para mercadorias, na proporção de huma locomotiva para duas milhas inglezas, e de huma carruagem de 9ª classe, duas de 2ª e duas de 3ª, e de doze carretões para mercadorias ou gado para tres milhas, e de todo o machinismo rolante [..] (BRASIL, 2016i).

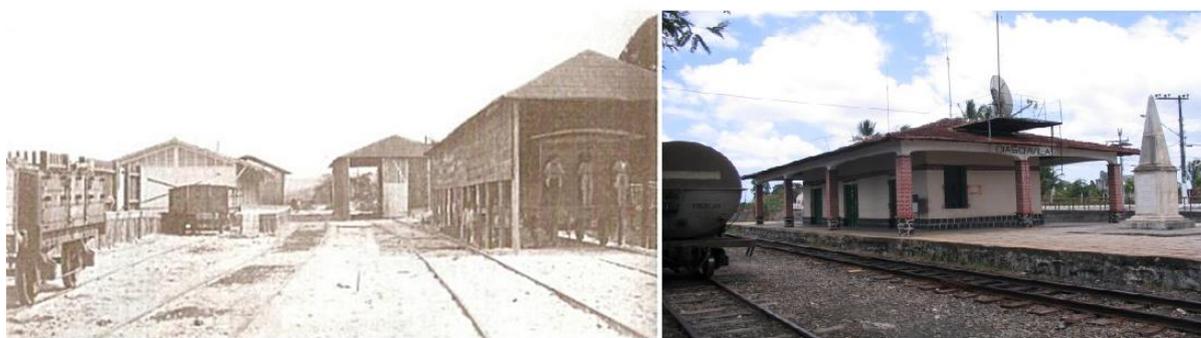
Conforme Pessoa Junior (1886), em 1858, foi inaugurado o canteiro de obras na Calçada, no trecho entre a avenida Jequitaia e a baía de Aratu implantada em 28 de junho de 1860, seguida da inauguração do trecho entre Aratu e o rio Joanes em 10 de setembro de 1860, e o trecho entre rio Joanes e a Feira Velha foi inaugurado um ano depois, em 10 de setembro de 1861 (Figura 14) estabelecendo a estação Feira Velha. Segundo Barros (1934b, p. 47), mudou seu nome para estação Dias d'Ávila, em 8 de setembro de 1928.

É interessante perceber a interação entre o capital privado e o poder público no período colonial, além de evidenciar que a Bahia, em época colonial, foi planejada para o desenvolvimento da agropecuária, e Dias d'Ávila seria parte integrante deste projeto. Além da importância da então vila Dias d'Ávila na indústria agrícola, que lhe permitiu a inclusão no trecho da EFBSF, Dias d'Ávila, de acordo com o entendimento em Barros (1934b, p. 48), possuía intensa interação social ligada à água. Muitos dos

visitantes de Salvador chegavam a Dias d'Ávila via os confortáveis trens de passageiros. Os limites da vila estavam compreendidos entre o rio Imbassahy e o rio Jacumirim, com cerca de 24 km² de área, sendo estes rios afluentes do rio Jacuípe. As águas do rio Imbassahy, como característica físico-química, eram águas muito claras, com pouco rádio e muito enxofre, elementos químicos encontrados na natureza, já o rio Jacumirim tinha águas escuras, leito com bastante turbidez, e abundância de peixes. A paisagem de predominância do rural que se tinha, começa a se descaracterizar desde então, pelas transformações ocorridas já na época colonial, percebendo-se o processo de desertificação e suas consequências, onde:

[..] As pastagens são inferiores [..], pois a seiva que o gado come, levada pelo capim novo, produz uma moléstia que o mata. Outrora, esta região era coberta de matta que desapareceu com o fabrico do carvão. E a prova é que se encontram pelos taboleiros troncos collosaes de sucupiras e baraúnas das antigas devastações [..] (BARROS, 1934b, p. 49).

Figura 15 – Estação ferroviária Feira Velha, 1861 e estação ferroviária Dias d'Ávila, 1960



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, 2016

A então vila Dias d'Ávila, dita como um local de repouso e relaxamento dos Jesuítas, onde, no retorno de suas missões, banhavam-se nas águas do rio Imbassahy, o qual corria limítrofe à vila, tinha suas águas reconhecidas como de boa qualidade por serem terapêuticas e medicinais, indicada à cura de doenças do fígado, intestinos e pele, segundo o Padre Camilo Torrend, naturalista francês, pesquisador, especialista em protozoários e em fitopatologia, estudioso das propriedades terapêuticas da água, conforme Ferreira (1958, p. 120) relatou. Dias d'Ávila se manteve como um espaço de lazer e descanso sob uma égide de recanto da medicina

natural no Recôncavo Baiano, até início da década de 1980, sendo colocada na condição de estância hidromineral pela Lei Estadual n.º 1.625 de 22 de fevereiro de 1962 (BAHIA, 2015).

De acordo com a CONDER (1997) em seu primeiro relatório de estratégia de desenvolvimento de Dias d'Ávila, até início da década de 1980, o litoral baiano não imprimia uma atração relaxante e terapêutica às famílias, e a população ainda interagia com a natureza como fonte das soluções dos problemas de saúde.

[...] o uso das praias não era tão intenso como hoje e a fragilidades dos avanços na medicina punham em voga a busca de saídas individualizadas de tratamento de saúde à parte de recursos naturais. (CONDER, 1997, p. 22)

Além da questão cultural da população baiana, Dias d'Ávila possuía a abundância hídrica terapêutica em um ambiente bucólico com características constituídas por “[...] água mineral, lama medicinal, pomares e distância razoável de Salvador [...]” (CONDER, 1997, p. 21). Os investimentos eram condizentes à vantagem hídrica de Dias d'Ávila no contexto do Recôncavo Baiano, a exemplo do Balneário Imbassay (Figura 16) e do Hotel Balneário (Figura 17).

Figura 16 – Balneário Imbassay, 1974



Fonte: CONDER, 1975.

Figura 17 – Foto aérea do Hotel Balneário Dias d'Ávila

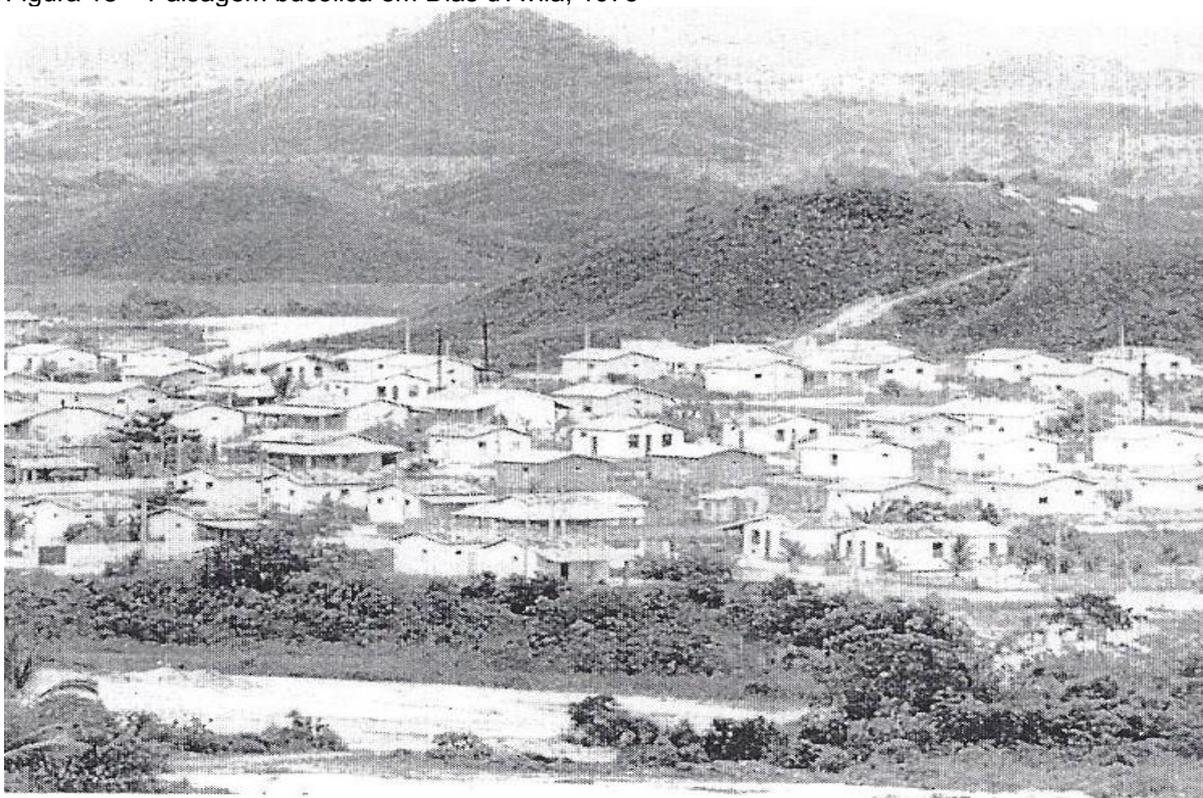


Fonte: DIAS D'ÁVILA ACONTECE, 2016.

Conforme o perfil levantado pela CONDER (1992), Dias d'Ávila possuía uma paisagem com aptidão agrícola, ainda em 1992, tendo “cobertura vegetal de floresta densa, com áreas de transição entre cerrado e restinga. Apresenta aptidão regular para lavoura e silvicultura e restrita e sem aptidão para pastagem natural.” (CONDER, 1992, p. 6), que perdeu a configuração pecuária desde da época do Brasil colônia.

A paisagem em Dias d'Ávila era bucólica (Figura 18) com edificação de chácaras e sítios espaçados (Figura 19). Apesar da redução da densidade temporal dos finais de semana no então distrito de Dias d'Ávila, o mesmo mantinha em seu horizonte a predominância do rural.

Figura 18 – Paisagem bucólica em Dias d'Ávila, 1975



Fonte: CONDER, 1975

Figura 19 – Chácaras e sítios em Dias d'Ávila, 1975



Fonte: CONDER, 1975

Na década de 1960, os aspectos econômicos e financeiros em Dias d'Ávila foram centralizados intensamente na estância hidromineral, segundo Ferreira (1958,

p. 120), Dias d'Ávila era um local de veraneio localizado na melhor posição do aquífero de São Sebastião na bacia sedimentar do Recôncavo baiano. Os espaços construídos em seu entorno eram de edificações de ranchos, de currais, de chácaras de descanso para veranistas, que vinham se banhar nas águas da estância. A aglomeração territorial formada pelo balneário intensificou as atividades econômicas, os moradores locais trabalhavam essencialmente nas atividades relacionada com a estância.

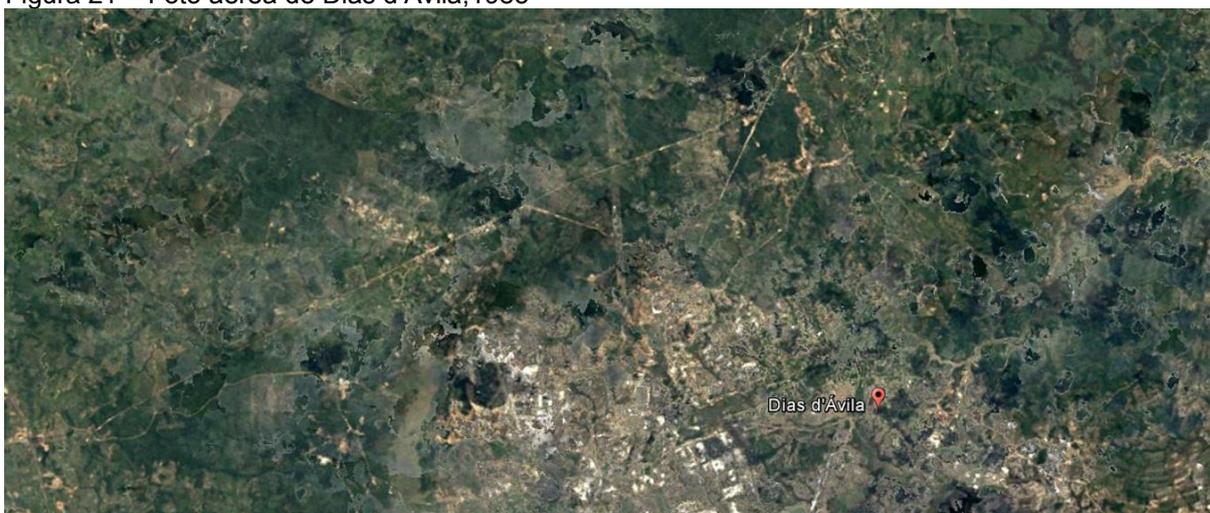
No final da década de 1980 a paisagem de Dias d'Ávila deixou de ter a predominância do rural da década de 1970 (Figura 20) que começa a ser desconstruído (Figura 21) com as transformações ocorridas devido à mudança da atividade econômica, deixando de ser agropecuária, centralizada principalmente nas águas, para atividade econômica da indústria de transformação, a Figura 22 evidencia o abandono da identidade de Dias d'Ávila centralizado nas águas. Conforme o levantamento da CONDER (1992, p. 8), o setor primário da economia já não era representativo no município, o setor secundário foi balizado pelo beneficiamento do cobre e a exploração de água mineral, e o setor terciário foi direcionado para o comércio e prestação de serviços, especificamente representados pelos mercados, armazéns e lojas de eletrodomésticos, e nos serviços de hotelarias e restaurantes, demandados pelos funcionários do polo de Camaçari. No entanto, nenhum destes grandes setores econômicos em Dias d'Ávila simbolizava a maior parte da receita do município, cuja contribuição mais significativa provinha dos repasses federais e estaduais.

Figura 20 – Foto aérea de Dias d'Ávila, 1970



Fonte: GOOGLE EARTH, 2016

Figura 21 – Foto aérea de Dias d'Ávila, 1985



Fonte: GOOGLE EARTH, 2016

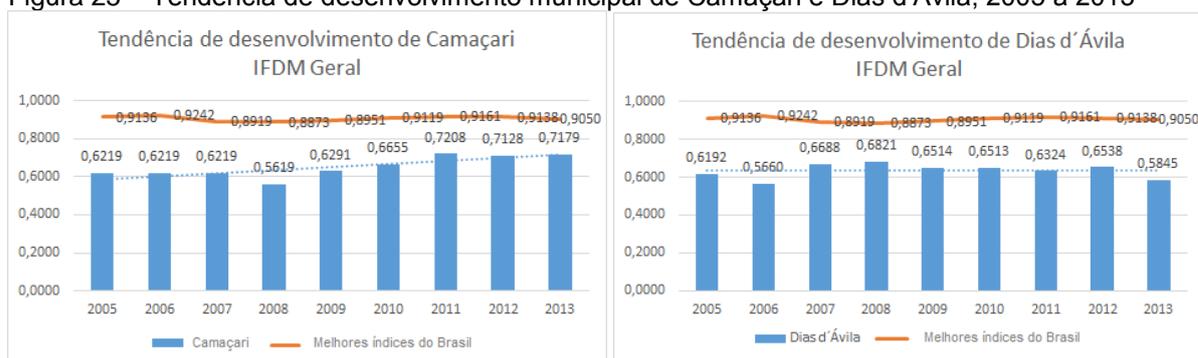
Figura 22 – Foto atual do balneário Imbassay em Dias d'Ávila, 2013



Fonte: DIAS D'ÁVILA, 2016

Atualmente, Dias d'Ávila, é um município integrante da Região Metropolitana de Salvador, como tal, desde a sua emancipação de Camaçari em 25 de fevereiro de 1985 (IBGE, 2015), faz fronteira com três principais centros econômicos da RMS, conforme o mapa de localização da Figura 23, os quais são, o município de Camaçari, que abriga o espaço econômico do Polo Industrial de Camaçari (PIC); e os municípios

Figura 25 – Tendência de desenvolvimento municipal de Camaçari e Dias d'Ávila, 2005 à 2013



Fonte: FIRJAN, 2016a
Elaborado por: Eline Barreto

Tabela 17 – Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal – Camaçari e Dias d'Ávila – 2005 à 2013

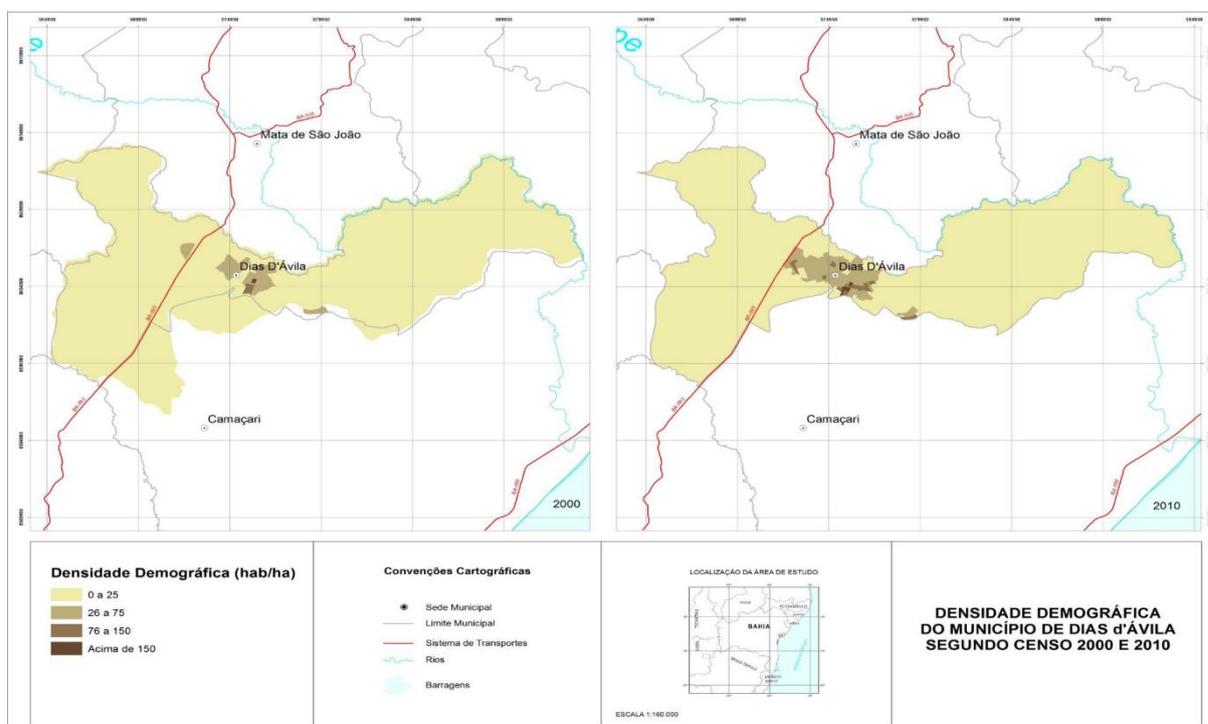
Ano	Município	IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde	Desenvolvimento			
						IFDM	E e R	Educação	Saúde
2005	Camaçari	0,6219	0,8634	0,3062	0,6959	Moderado	Alto	Baixo	Moderado
2006	Camaçari	0,6219	0,8634	0,3062	0,6959	Moderado	Alto	Baixo	Moderado
2007	Camaçari	0,6219	0,8634	0,3062	0,6959	Moderado	Alto	Baixo	Moderado
2008	Camaçari	0,5619	0,6408	0,3034	0,7415	Regular	Moderado	Baixo	Moderado
2009	Camaçari	0,6291	0,7046	0,4535	0,7292	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2010	Camaçari	0,6655	0,7751	0,4885	0,7329	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2011	Camaçari	0,7208	0,8370	0,5817	0,7437	Moderado	Alto	Regular	Moderado
2012	Camaçari	0,7128	0,7664	0,5994	0,7727	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2013	Camaçari	0,7179	0,7577	0,6229	0,7732	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado
2005	Dias d'Ávila	0,6192	0,8256	0,4412	0,5909	Moderado	Alto	Regular	Regular
2006	Dias d'Ávila	0,5660	0,6930	0,4088	0,5962	Regular	Moderado	Regular	Regular
2007	Dias d'Ávila	0,6688	0,8506	0,5567	0,5992	Moderado	Alto	Regular	Regular
2008	Dias d'Ávila	0,6821	0,8692	0,5543	0,6229	Moderado	Alto	Regular	Moderado
2009	Dias d'Ávila	0,6514	0,7509	0,5611	0,6423	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2010	Dias d'Ávila	0,6513	0,7431	0,5556	0,6553	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2011	Dias d'Ávila	0,6324	0,6503	0,5888	0,6580	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2012	Dias d'Ávila	0,6538	0,6461	0,6147	0,7005	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado
2013	Dias d'Ávila	0,5845	0,4286	0,6004	0,7243	Regular	Regular	Moderado	Moderado

Fonte: FIRJAN, 2016a
Elaborado por: Eline Barreto

O crescimento populacional mais intenso em Camaçari e em Dias d'Ávila constatado nos censos de 2000 e 2010, de acordo com Porciuncula (2011, p. 27), foi motivado pelas transformações ocorridas no Polo Industrial de Camaçari, aumentando a mancha urbana em Dias d'Ávila, conforme o mapa apresenta na Figura 26, que acelerou a ordenação territorial em face do crescimento econômico e dos vários

aspectos do desenvolvimento social, através da implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) de Dias d'Ávila.

Figura 26 – Mapa de densidade demográfica de Dias d'Ávila, 2000-2010



Fonte: GEOHIDRO, 2014

A ordenação territorial levou ao atual zoneamento no município, em conformidade com a lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, habitualmente chamado de Estatuto das Cidades, que versa, em seu parágrafo único, normativas de “[...] interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (BRASIL, 2016j). O objetivo do estatuto é alinhar o interesse econômico aos interesses do ser social integrado com o meio ambiente, de forma a estabelecer limites e normas ao crescimento econômico de forma endógena, ou seja a partir das cidades.

Como resultado deste zoneamento surge o Plano Municipal de Saneamento básico de Dias d'Ávila, sendo um instrumento político para “[...] ordenar os serviços públicos de saneamento considerando as funções de gestão para a prestação de serviços, a regulação e a fiscalização, o controle social e o sistema de informação” (DIAS D'ÁVILA, 2016) no qual foi identificado o padrão de qualidade urbano ambiental nos 23 bairros do município (Tabela 18), através de seis indicadores para qualificar o espaço urbano ambiental com notas variando entre um a três, representando

qualidade baixa, média e alta do indicador, cuja somatória dos mesmos definem o nível de qualidade urbano-ambiental classificados por faixas.

Tabela 18 – Padrão urbano ambiental de Dias d'Ávila, 2015

Bairro	Padrão de Habitabilidade	Densidade	Abastecimento de água	Cobertura de esgoto	Fossa	Coleta de lixo	Renda	Calculado	Informado
Centro Nova Dias d'Ávila	3	3	3	3	3	3	3	21	21
Lessa Ribeiro	3	2	3	2	3	3	2	18	18
Santa Terezinha	2	2	3	2	3	3	2	17	17
Imbassai	2	2	3	1	3	3	2	16	16
AMI d'Ávila	3	1	3	1	2	3	3	16	16
Urbis Parque Dias d'Ávila	2	1	3	3	1	3	2	15	14
Jardim Alvorada	2	2	3	1	2	3	1	14	14
Morada das Mangueiras	2	1	2	2	2	3	1	13	13
Genaro	1	2	2	1	1	3	2	12	12
Lama Preta	1	2	2	1	1	2	2	11	11
Varginha	1	2	2	1	1	3	1	11	11
Hotel Balneário	2	1	2	1	1	2	2	11	11
Garcia d'Ávila	1	2	2	1	1	2	2	11	11
Entrocamento Parque	1	2	1	1	1	3	1	10	10
Petrópolis	1	1	2	1	2	2	1	10	10
Concórdia	1	1	2	1	1	2	1	9	9
Cristo Rei	1	1	2	1	1	2	1	9	9
Jacumirim	1	1	2	1	1	2	1	9	9
Isaura	1	1	1	1	1	2	2	9	9
Santa Helena Bosque Dias d'Ávila	1	1	2	1	1	1	1	8	8
	1	1	1	1	2	1	1	8	9

Classificação: 0 - 4 Muito baixo; 5 - 9 Baixo; 10 - 11 Médio baixo; 12 - 14 Médio; e 15 - 21 Alto

Fonte: DIAS D'ÁVILA, 2016

Adaptado por: Eline Barreto

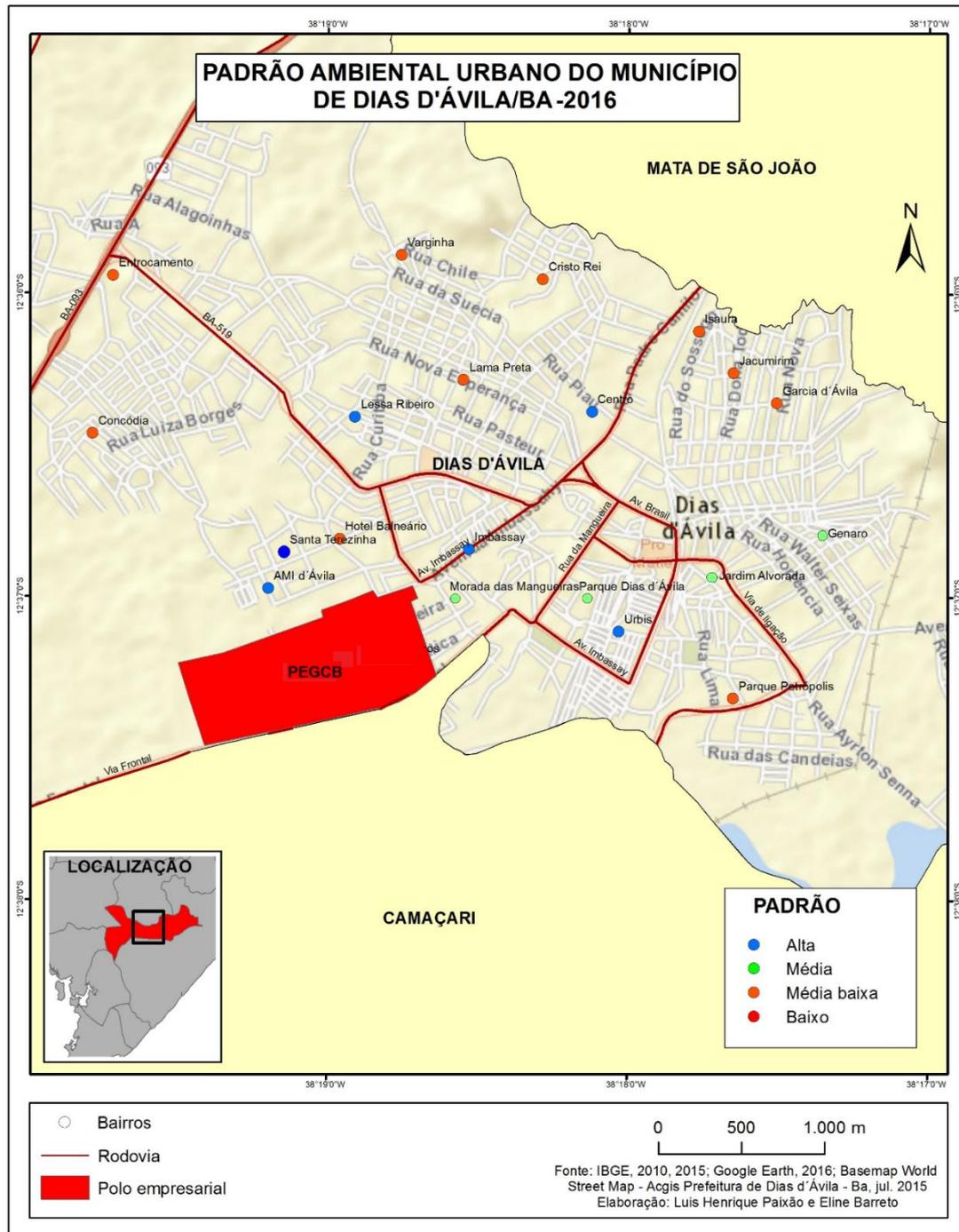
Conforme o Plano Municipal de Saneamento Básico do município, os indicadores usados para efeito de aferição da qualidade urbano-ambiental, levou em consideração, o padrão de habitabilidade, que analisa o tipo de construção habitacional, oferta de serviços públicos em seu entorno, a situação fundiária, como também, equipamentos e creche que elevam a nota deste indicador, o padrão de densidade, que avalia quantitativamente o número de edificações por área, com intuito de identificar o volume de produção de esgoto, despejos de lixo, vias de acesso, dentre outros, o padrão de abastecimento de água, serviço básico e essencial de infraestrutura urbana, o padrão de rede de esgoto e utilização de fossas, indicador muito importante para avaliar a poluição do tecido urbano, o padrão de coleta de lixo, também avalia a poluição gerada pela malha urbana, e o padrão de distribuição de renda familiar, o qual identifica o nível de pobreza e ocupações precárias.

De acordo com a Tabela 18, os bairros Centro e Nova Dias d'Ávila receberam a pontuação máxima em todos os indicadores da avaliação, cujo bairro Nova Dias d'Ávila se destaca por ter sido um bairro planejado, segundo a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), o plano piloto de Dias d'Ávila de 1975 idealizava atrair residentes de alta renda dos funcionários do polo de Camaçari para a localidade, “[...] atraídos pela ambiência local [...]” (CONDER, 1992, p. 29) que usufruíssem das características físico-ambientais, assim, portanto, este bairro obteve toda a infraestrutura para absorver este contingente populacional. Quanto ao bairro Centro, demonstra a sua importância como centralidade no município.

Observa-se também na Figura 27 a seguir, que os bairros próximos ao Polo Empresarial governador César Borges (PEGCB), com exceção do bairro Hotel Balneário com padrão urbano-ambiental considerado médio-baixo, todos os outros possuem um padrão médio a alto de qualidade urbano-ambiental.

Da mesma forma que o padrão de qualidade urbano-ambiental melhora quanto mais se aproxima de um polo econômico, os mesmos diminuem ao se distanciarem, evidenciando que o planejamento da qualidade tem como único foco a atividade econômica urbano-industrial dos polos econômicos.

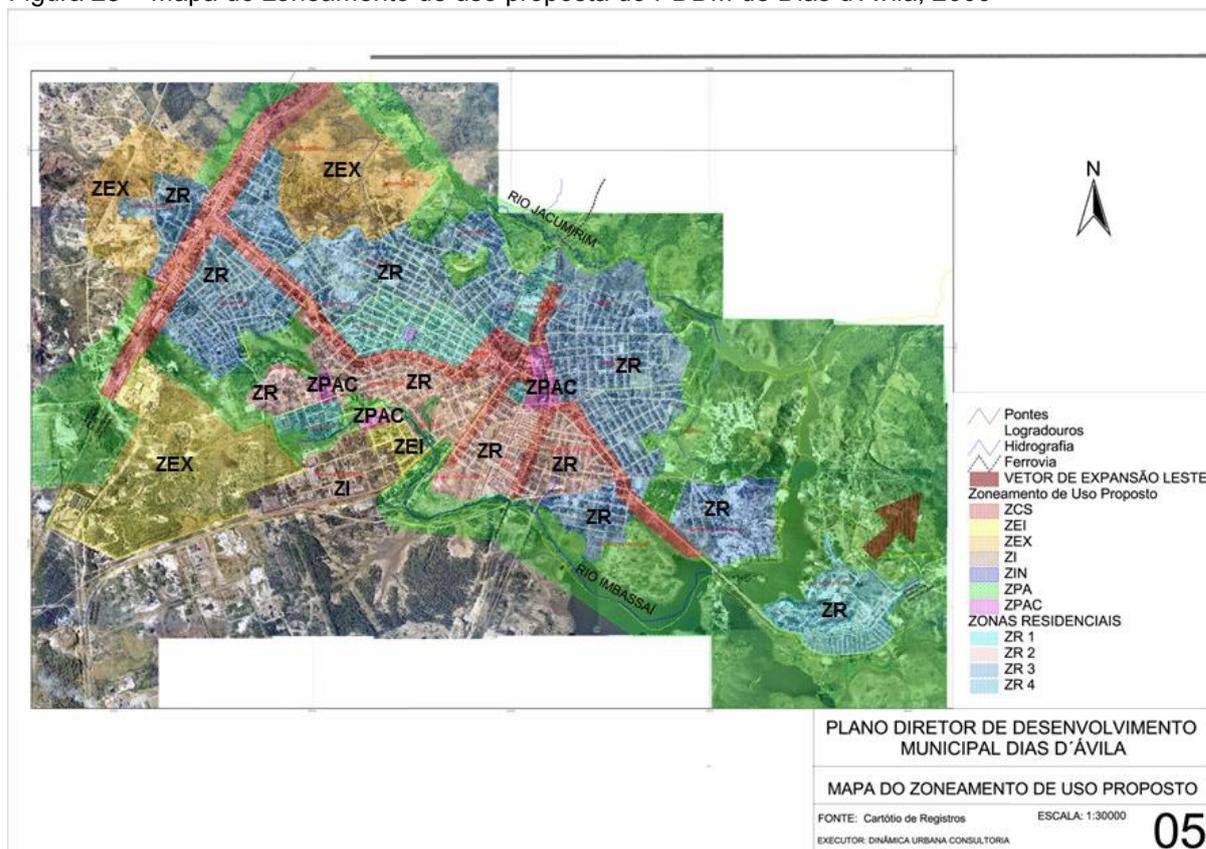
Figura 27 – Mapa do recorte dos bairros próximos ao PEGCB conforme o padrão urbano ambiental de Dias d'Ávila, 2015



Fonte: DIAS D'ÁVILA, 2016
Adaptado por: Eline Barreto

Desta forma, esta lei estabeleceu instrumentos jurídicos para ordenação do território e de desenvolvimento socioeconômico, sendo um deles a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o qual norteia o planejamento municipal para o desenvolvimento local em Dias d'Ávila, conforme a Figura 28 demonstra, onde subdividem em, Zona Residencial consolidada (ZR1), Zona Residencial estruturada (ZR2), Zona Residencial desestruturada (ZR3), Zona Residencial prioritária (ZR4), Zona Industrial (ZI), Zona de Expansão Industrial (ZEI), Zona de Comércio e Serviços (ZCS), Zona de Conforto Ambiental (ZCA), Zona de Patrimônio Artístico Cultural (ZPAC), Zona Institucional (ZIN), Zona de Expansão Urbana (ZEX), Zona de Preservação Ambiental (ZPA).

Figura 28 – Mapa do zoneamento de uso proposta do PDDM de Dias d'Ávila, 2009



Fonte: DIAS D'ÁVILA. LEI 320, 2009
 Adaptado por: Eline Barreto

5.2 O processo de industrialização no município de Dias d'Ávila

O processo de industrialização em Dias d'Ávila iniciou sob pressão da implantação do polo de Camaçari, precipitando, assim, as mudanças das conexões sociais existentes neste espaço, desestabilizando e desconstruindo a relação de identidade local como território de dinamismos sociais, voltado ao veraneio e à cura terapêutica das águas, com suas atividades econômicas específicas. Uma desconstrução com movimento tendencioso para uma nova construção relacional mais complexa, submetida a uma mudança do contexto no qual Dias d'Ávila passou a ser vista como um espaço material. Desta forma, se deu a deslocalização econômica, conforme citou Haesbaert (2014, p. 61), havendo uma desterritorialização em Dias d'Ávila, cujo principal fator locacional, as águas do aquífero de São Sebastião na bacia sedimentar do Recôncavo baiano, sendo matéria-prima principal em prol das atividades econômicas irradiadas do Balneário Imbassay, foi trasladado para a atividade econômica da indústria de transformação. As águas, como fator de condição locacional, mudou de conteúdo relacional, passando a ser um insumo de utilidade no processo industrial para desenvolver uma nova atividade econômica que levou a industrialização em Dias d'Ávila.

Perante a reconstrução econômica necessária, a industrialização de Dias d'Ávila foi impositiva pelo processo de desterritorialização ocorrido, o qual gerou tensão devido à expansão urbano-industrial estabelecida pelo Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) de 1975 para Dias d'Ávila e Camaçari, evidenciado por Débora Porciuncula (2011) em sua dissertação de mestrado, baseado nos Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana (IQRM) criado por Cristina Alencar (ALENCAR, 2007). A autora identificou, através de evidências empíricas, que as tensões geradas na disputa entre o urbano e a natureza pela apropriação da água, e as tensões oriundas do uso geradores de riscos ambientais que deterioram gradativamente o meio ambiente, são 47% e 20%, respectivamente, de todas as tensões evidenciadas (PORCIUNCULA, 2011, p. 125).

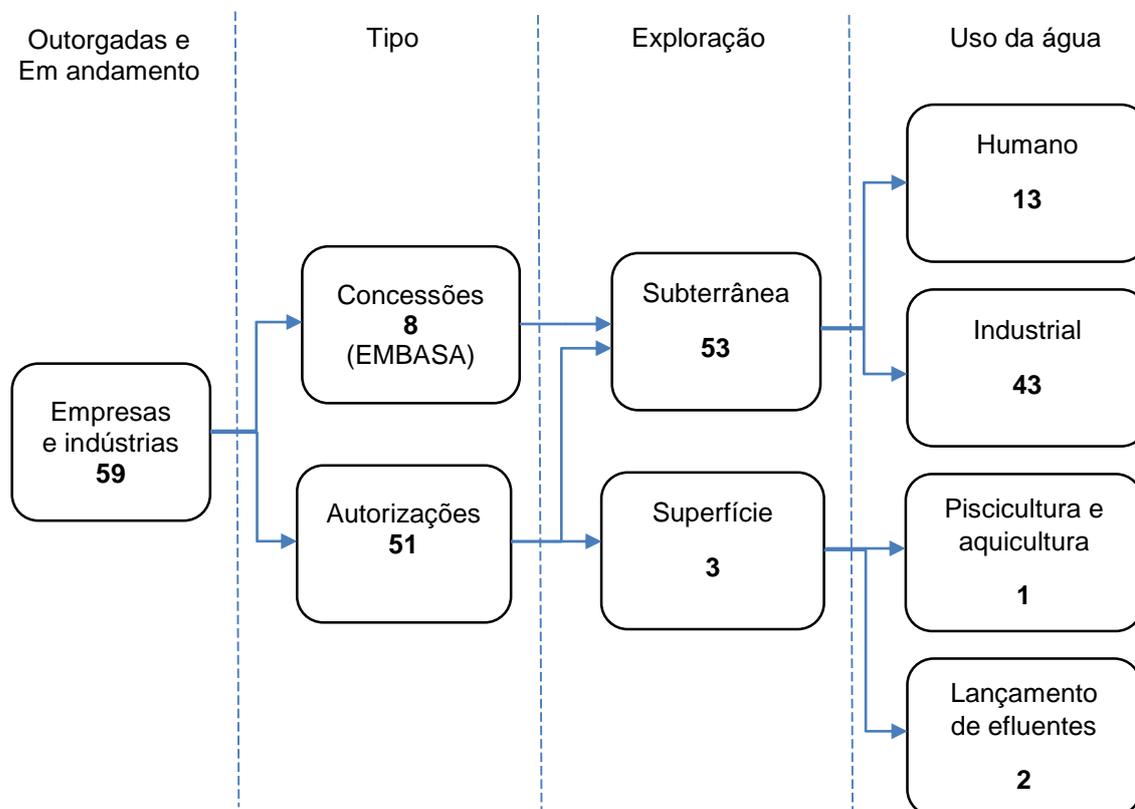
Estas duas tensões foram constatadas por outorgas de exploração da água para a abastecimento humano e para abastecimento industrial (PORCIUNCULA, 2011, p. 125), como também, pelo impacto ambiental devido ao aumento populacional

não planejado. Há de se perceber, conforme destacado por Porciuncula (2011, p. 126) que as tensões geradas pela apropriação da natureza se entremeiam com as tensões de uso geradores de riscos ambientais verificados no diagnóstico técnico do Plano de Saneamento Básico de Dias d'Ávila, cujos rios que desaguam na barragem de Santa Helena, construída em 1981 para o abastecimento de 40% da Região Metropolitana de Salvador (DIAS D'ÁVILA, 2015), especialmente, os rios Imbassai e Jacumirim que estão inseridos na malha urbana do município, sofrem pressão antrópica durante 30 anos devido a ocupação desordenada e expansão demográfica, gerando riscos ambientais por:

- Ocupação irregular de suas margens por edificações, muitas delas habitações subnormais;
- redução drástica (em alguns trechos, extinção total) da mata ciliar;
- lançamento de esgoto sem tratamento diretamente no leito do rio e seus afluentes;
- lixo e objetos inservíveis jogados pela população no rio e seus afluentes; e
- assoreamento e erosão, que provocam constantes alagamentos e enchentes, com ameaças à segurança das habitações (desabamentos totais e parciais) construídas irregularmente em áreas de preservação permanente, nas margens do rio e de seus afluentes e com desmoronamentos de pontes e passarelas com riscos de vida e sérios transtornos ao sistema viário da cidade. (DIAS D'ÁVILA, 2015, p. 106)

Conforme o levantamento de Porciuncula (2011, p. 181-184), é fácil perceber a deslocação econômica do uso das águas e sua migração para industrialização através da exploração das águas de Dias d'Ávila por 59 empresas e indústrias implantadas no município e em Camaçari, sendo que, dentre estas, 43 exploram para o abastecimento industrial, inclusive a então Caraíba Metais que se localizava no território de Camaçari, e apenas uma explora a água para a piscicultura e a aquicultura (Figura 29).

Figura 29 – Fluxograma da exploração de água no município de Dias d'Ávila por empresas e indústrias em Dias d'Ávila e Camaçari, 2010



Fonte: PORCIUNCULA, 2011, p. 181-184
Elaborado por: Eline Barreto

Estas tensões que conturbaram Dias d'Ávila desde da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, pressionaram a emancipação, do então ainda o mesmo distrito de Camaçari, em 25 de fevereiro de 1985 (IBGE, 2015). A expectativa que se tinha com a emancipação era que, “[...] a Caraíba Metais seria capaz de atrair uma concentração de indústrias para seu entorno.” (ALENCAR, 2003, p. 61) Porém, conforme Alencar (2003, p. 61), “[...] não aconteceu a esperada dinamização local pela demanda do cobre produzido pela Caraíba Metais [...]”. Andrade (2008) complementa colocando em indagação a Caraíba Metais como sendo uma alienação oriunda de um enclave territorial em Dias d'Ávila, e pelas suas observações, que o território ocupado pela Caraíba Metais transformou-se em um espaço hospedeiro, quando afirma que

[...] a Caraíba Metais é desconhecida pelos munícipes entrevistados que demonstraram um total desconhecimento sobre a mesma: não sabem o que produz, nem onde se localiza. Ou seja, é o caso de um completo alheamento do empreendimento em relação ao cotidiano dos residentes no território. Não seria esse um indício de alienação do território (CATAIA, 2003)? (ANDRADE, 2008, p. 111)

Conforme o levantamento do CONDER (1992, p. 10), a industrialização no município, na década de 1990, resumia-se à dois tipos de atividades apresentadas na Tabela 19. Apesar da atividade de beneficiamento do cobre empregar 1.348 pessoas em 1992, pela constatação de Andrade (2008, p. 111) observa-se indícios de que estes funcionários, segundos os entrevistados pelo autor 18 anos depois, não seriam moradores de Dias d'Ávila.

Tabela 19 – Indústrias de Dias d'Ávila, 1992

Tipo de atividade	Número de estabelecimentos	Produção	Número de empregados
Beneficiamento do cobre	1	140.000 t/ano	1.348
Extração de água mineral	2	1.337.490 l/mês	260

Fonte: CONDER, 1992

5.3 O polo de serviços e sua expansão como polo empresarial

O Polo de Serviços de Dias d'Ávila, também conhecido como Polo de Apoio, instalado às margens da via Frontal, na via de ligação com o COPEC, surgiu como resultante do processo de reestruturação produtiva de Dias d'Ávila dependente de estímulo externo para o crescimento econômico do município como reflexo do potencial econômico deferido e demandado pelo polo de Camaçari para o território de Dias d'Ávila na década de 1990, produzindo uma terciarização do espaço em Dias d'Ávila.

A terciarização em Dias d'Ávila começa a ter relevância com a implantação, em 1987, de forma incipiente e de iniciativa particular, da que viria ser uma das primeiras empresas de prestação de serviços ao Polo de Petroquímico de Camaçari, a Master Solda Ltda., conforme a Figura 30 apresenta, instalada no espaço a ser denominada de Polo de Serviços de Dias d'Ávila, em 1997 (AEPDD, 2015). Até a implantação do Complexo Industrial da Ford Nordeste em 2001, 88% das empresas do Polo de

Serviço ofereciam serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, montagem, transporte, pintura industrial e alguns projetos de engenharia.

Figura 30 – Construção da primeira empresa do Polo de Serviços de Dias d'Ávila, 1987



Fonte: AEPDD, 2016

No entanto, com a implementação do projeto AMAZON da FORD no Polo Industrial de Camaçari, a Prefeitura de Dias d'Ávila, estruturou e iniciou o projeto do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), (Figuras 31 e 32), ampliando o espaço econômico do Polo de Serviço em uma área, conforme a Associação das Empresas do Polo de Dias d'Ávila (AEPDD) destacou,

[...] bem localizada às margens da via Frontal, entrada de acesso ao município para quem vem do polo petroquímico, foi criado o, então denominado, Polo de Serviços de Dias d'Ávila.

O objetivo era atrair empresas de serviços que, com seus investimentos, gerariam empregos e renda, além de incrementar as receitas municipais e as vendas do comércio no município. Era uma época em que os municípios vizinhos tinha determinado políticas de atração de empresas com subsídios, incentivos fiscais, doação de lotes industriais e galpões, facilidades burocráticas e oferecimento de mão de obra já com bom nível de qualificação. A área escolhida para a pioneira implantação do projeto, com cerca de 214.000 m², foi dotada de toda a infraestrutura adequada ao empreendimento, ou seja, ruas asfaltadas e com meios-fios; iluminação; energia elétrica de alta-voltagem, telefones; limpeza urbana e segurança, está sob responsabilidade da polícia militar baseada no município.

As políticas públicas adotadas viabilizaram a instalação de novas empresas de múltiplos segmentos no empreendimento, que para adequar-se a essa situação, teve sua denominação alterada para Governador Cesar Borges, tendo sua área total ampliada por duas vezes abrangendo hoje, aproximadamente, 700.000 m² [...]. (AEPDD, 2015)

Figura 31 – Instalação do emblema de identificação do PEGCB, 2003



Fonte: AEPDD, 2016

Figura 32 – Atual via de acesso do PEGCB, 2016

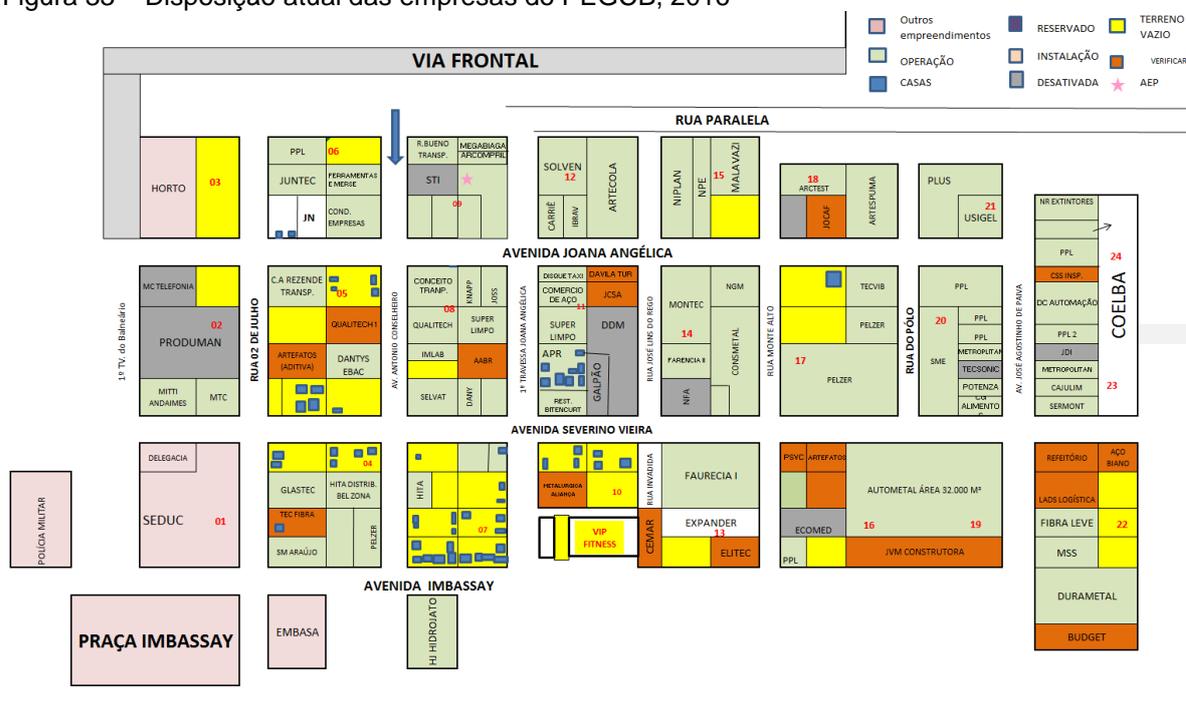


Fonte: Eline Barreto, 2016

A expansão de Polo de Serviço para um Polo Empresarial, contudo, foram necessárias desapropriações de algumas áreas em seu entorno, sendo algumas propriedades irregulares, de forma a comportar as novas empresas industriais e de serviços que pudessem usufruir da nova interação com o Polo Industrial de Camaçari estando próximo a cerca de 6 km deste polo. Atualmente, no Polo Empresarial Governador César Borges existem 74 empresas que foram implantadas, sendo 65 em atividade ou em verificação de atividade e nove desativadas.

Dentro do Polo Empresarial de Dias d'Ávila também existem terrenos vazios com casas residenciais e lotes com empresas em funcionamento convivendo com residências, como é o caso da empresa APR que pode ser observado na Figura 33, evidenciando que apesar do PEGCB está instalado em zona industrial (ZI) de Dias d'Ávila existem ainda moradias irregulares nesta mesma área destinada para as indústrias.

Figura 33 – Disposição atual das empresas do PEGCB, 2016



Fonte: AEPDD, 2016

A imbricação do Polo Empresarial Governador César Borges esconde um contexto urbano-ambiental não evidenciado no diagnóstico técnico do Plano de Saneamento básico de Dias d'Ávila, onde residência típica de paisagem do rural

(Figura 34) convive ao lado de uma das empresas externas da Ford do Nordeste (Figura 35).

Figura 34 – Residência em rua transversal à avenida Severino Vieira, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

Figura 35 – Empresa Autometal Automotive na avenida Severino Vieira, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

Também foi constatada a existência de comércio informal de venda de galinhas caipira, ovos e pintos, desenvolvido em uma residência (Figura 36) ao lado de uma empresa prestadora de serviços (Figura 37).

Figura 36 – Residência no PEGCB, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

Figura 37 – Comércio informal em residência no PEGCB, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

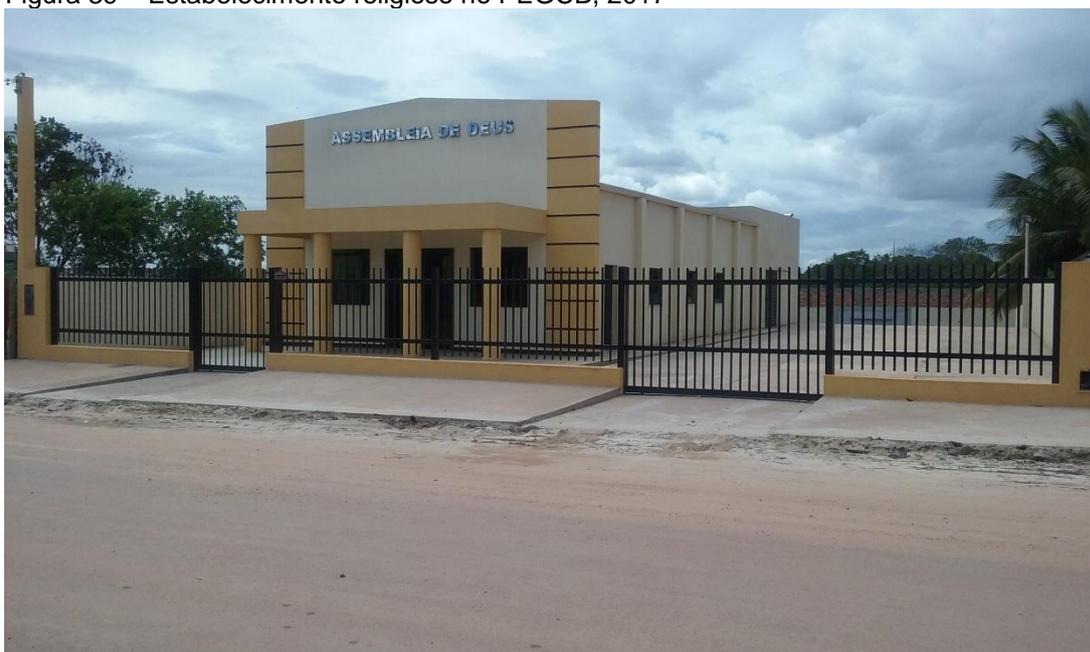
Figura 38 – Empresa de prestação de serviço ao lado de um comércio informal no PEGCB, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

Percebe-se também a existência de um estabelecimento de cunho religioso, simbolizando a incorporação de um determinado conjunto de relações sociais evidenciando uma relação complexa entre processos sociais dentro de um espaço material (FIGURA BG) citado por Haesbaert (2014, p. 56).

Figura 39 – Estabelecimento religioso no PEGCB, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

As Figuras (40, 41, 42 e 43) demonstram, como ressaltado por Haesbaert (2014, p. 56), não existir um limite, uma estabilidade ou mesmo um pertencimento com o território, simbolizando uma fluidez contextualizada pela instituição do urbano-industrial, e suas conexões neste espaço, cuja paisagem de característica de um modo de vida do rural em chão de barro e mata residual, resquício de um padrão anterior à implantação do polo de Camaçari, convivendo com um modo contemporâneo de comunicação televisiva evidenciada por uma antena parabólica de canal fechado.

Figura 40 – Foto de uma residência dentro PEGCB com mata residual, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

Figura 41 – Foto de residência dentro PEGCB com comunicação televisiva de canal fechado, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

Figura 42 – Foto de residências dentro PEGCB com mata residual, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

Figura 43 – Foto da circulação veicular dentro PEGCB, 2017



Fonte: Eline Barreto, 2017

5.4 As principais empresas do Polo Empresarial e suas relações com o Polo Industrial de Camaçari

Devido às transformações ocorridas com a implantação da FORD no polo de Camaçari houve uma diversificação e expansão das atividades econômicas em Dias d'Ávila, embasadas em estratégias políticas municipal de atração empresarial que transformou o Polo de Serviços no Polo Empresarial Governador César Borges com 65 empresas em operação ou em vias de verificação, segundo a AEPDD. Neste contexto, conforme o Quadro 8 apresenta, até o ano de 2000 doze empresas estavam instaladas no então, Polo de Serviços de Dias d'Ávila, sendo a IMLAB a única indústria de transformação que consumia produtos do Polo Industrial de Camaçari para produzir desengraxante biodegradável e onze empresas prestavam serviços ao Polo de Camaçari.

A partir dos anos 2000, conforme as informações levantadas, 35 empresas de serviços e indústrias foram atraídas para o atual Polo Empresarial Governador César

Borges, sendo 16 indústrias de transformação e 19 empresas prestadoras de serviços, das quais nove indústrias tem como insumo de sua produção produtos fornecidos pelo PIC, como a Malavazi, para produção de selo mecânico; a Pelzer da Bahia para produzir isolador termo acústico, moldagem de carpete, porta pacote, borracha termoplástica, Feltro termoplástico e fenólico; a Faurecia Automotive que produz painéis de porta automotiva, a Solven Solventes para produzir parafinas e emulsão de parafinas; a Artespumas produzindo peças técnicas em espuma, automotiva ou de uso geral; a Glastec manufaturando tubos e conexões; a Autometal Automotive para manufaturar peças plásticas injetadas, extrudadas ou estampadas metalizadas; a Fibra Leve para produzir pias e tanques; e a Arteccla na produção de contrafortes, couraças e forros.

Assim, das 16 indústrias de transformação do Polo Empresarial, três são definidas como sistemistas da FORD Nordeste, sendo estas as maiores empregadoras deste polo.

Quadro 8 – Empresas em operação no PEGCB, 2016

(continua)

Nº	Empresa	Atividade econômica	Ford	Ano	Insumos consumidos do PIC	Nº de funcionários
1	ARTECOLA	Indústria de transformação	-	2012	Polietileno (PE), acetato de vinila (EVA) e polietileno de baixa densidade linear (PEBDL)	18
2	ARTEESPUMA	Indústria de transformação	-	2004	Acetato de vinila (EVA), polietileno (PE), poliuretano (PU), polietileno de baixa densidade (PEBD)	9
3	AUTOMETAL Automotive	Indústria de transformação	Sistemista	2007	Polímeros	210
4	CAJULIN Indústria	Indústria de transformação	-	2005	-	3
5	CARRIÊ Manutenção	Indústria de transformação	-	2001	-	8
6	Consmetal Indústria	Indústria de transformação	-	2001	-	79
7	Durametal S/A	Indústria de transformação	-	2008	-	-

Quadro 8 – Empresas em operação no PEGCB, 2016

(continuação)

Nº	Empresa	Atividade econômica	Ford	Ano	Insumos consumidos do PIC	Nº de funcionários
8	FAURECIA Automotive	Indústria de transformação	Sistemista	2003	Polipropileno (PP)	250
9	Fibra Leve	Indústria de transformação	-	2009	Fibra de vidro e bicarbonato de cálcio	12
10	GLASTEC	Indústria de transformação	-	2006	Fibra de vidro e resinas	10
11	IMLAB	Indústria de transformação	-	1992	Ortofosfato, ácido sulfúrico, Soda cáustica, Ácido nítrico, Ácido clorídrico	11
12	Joss Indústria	Indústria de transformação	-	2002	-	7
13	Malavazi	Indústria de transformação	-	2000	Aço inox, carvão industrial, teflon e silício	2
14	MKALL Manutenção (EIRELI)	Indústria de transformação	-	2011	-	45
15	PELZER da Bahia	Indústria de transformação	Sistemista	2002	Fibra sintética e natural, tecido entrelaçado (TNT), elastômero (EVA, EPDM), adesivo Hot Melt, adesivo de borracha sintética a base de solvente, Resina termo fixa	251
16	Sermont Comércio	Indústria de transformação	-	2010	-	31
17	Solven Solventes	Indústria de transformação	-	2003	Parafina	13
18	APR Manutenção	Serviço	-	2008	-	4
19	Arcompril serviços	Serviço	-	1998	-	180
20	Arcomjato Locação	Serviço	-	1992	-	20
21	ARCTEST Soluções	Serviço	-	-	-	-
22	CA Rezende	Serviço	-	-	-	-
23	CG Alimentos	Serviço	-	1994	-	8
24	Conceito Transporte	Serviço	-	1996	-	2

Quadro 8 – Empresas em operação no PEGCB¹⁷, 2016

(conclusão)

Nº	Empresa	Atividade econômica	Ford	Ano	Insumos consumidos do PIC	Nº de funcionários
25	Dany Manutenção	Serviço	-	2001	-	2
26	DC Automação	Serviço	-	2014	-	-
28	Gamatron Radiografia	Serviço	-	2009	-	-
29	HJ Hidrojato	Serviço	-	2001	-	9
30	Ibrav Acessórios	Serviço	-	2006	-	70
31	ELITEC Indústrias	Serviço	-	2008	-	48
32	Juntec Metalúrgica	Serviço	-	2012	-	20
33	Knapp Montagem	Serviço	-	1998	-	1
34	Master Solda	Serviço	-	1987	-	3
35	Metropolitan Serviços	Serviço	-	2000	-	56
36	Montec Montagem	Serviço	-	1995	-	-
37	MSS Montagem	Serviço	-	1998	-	3
38	MTC Manutenção	Serviço	-	2004	-	20
39	NGM Manutenção	Serviço	-	2009	-	73
40	NPE Engenharia	Serviço	-	2008	-	7
41	Niplan Engenharia	Serviço	-	2002	-	120
42	NR Comércio	Serviço	-	1996	-	15
43	Plus Manutenção	Serviço	-	1991	-	150
44	PPL Manutenção	Serviço	-	1996	-	178
45	Primax	Serviço	-	2005	-	-
46	Qualitec Engenharia	Serviço	-	2007	-	-
47	SME Montagem	Serviço	-	2007	-	95
48	Super Limpo	Serviço	-	2002	-	8

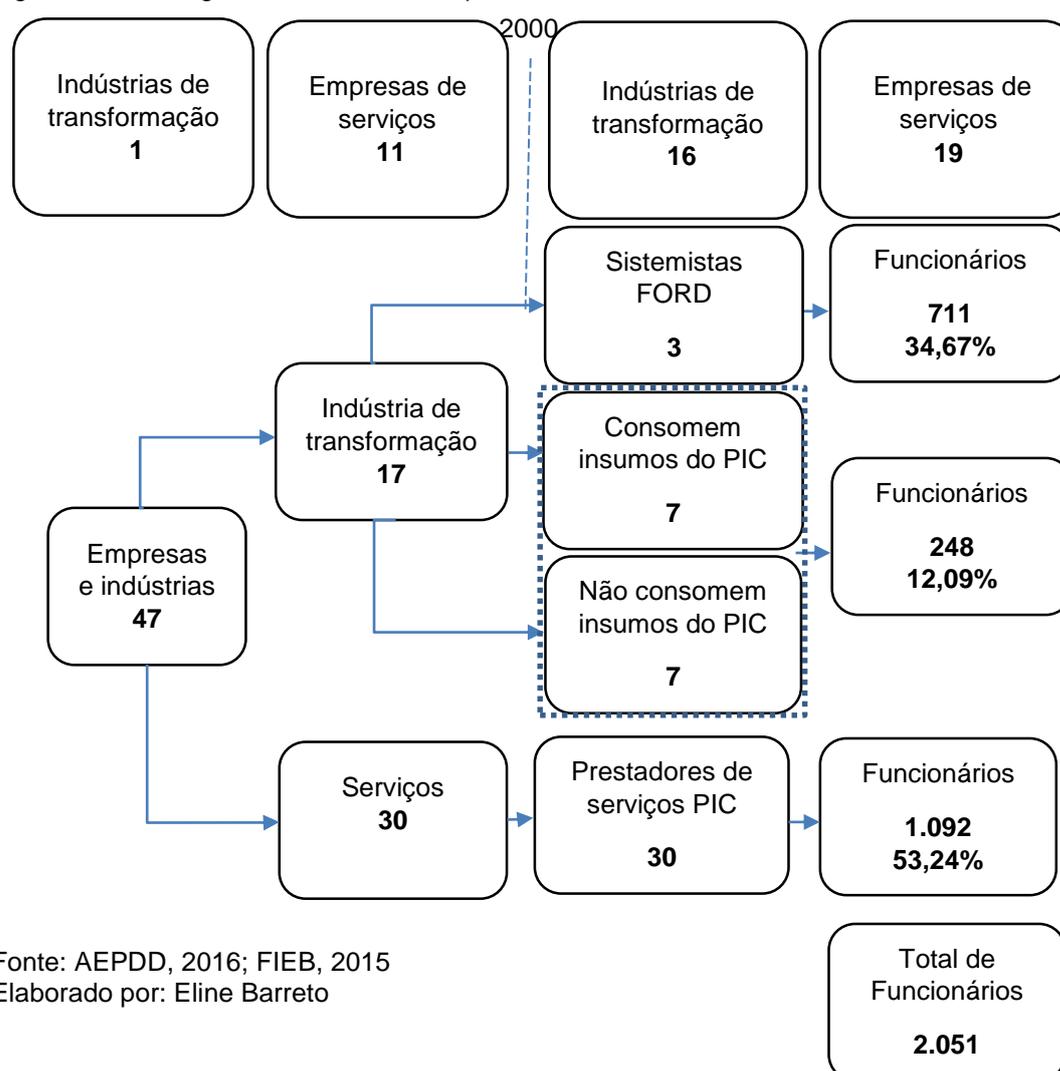
Fonte: AEPDD, 2016; FIEB, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

¹⁷ Foram levantadas 65 empresas ativas ou em verificação, porém, dentre elas 17 não foram obtidas informações para o estudo.

Atualmente o Polo Empresarial de Dias d'Ávila, conforme o levantamento de dados, possui 2.051 funcionários, onde as principais empresas são as que estabeleceram uma intensa dinâmica com o PIC, especialmente as empresas ligadas ao Complexo Industrial FORD Nordeste (Figura 44), por participarem do processo produtivo da mesma, sendo estas, empresas sistemistas externas do condomínio industrial da FORD. A Pelzer da Bahia (Figura 45) possui em seu quadro funcional 251 pessoas, a Faurecia Automotive (Figura 46) tem 250 funcionários e a Autometal Automotive (Figura 47) emprega 210 pessoas, as quais possuem juntas 711 funcionários, ou seja, 34% dos funcionários das empresas do Polo Empresarial. Assim, as indústrias de transformação do Polo de Dias d'Ávila empregam em conjunto 959 pessoas, ou seja, os empregados das empresas sistemistas representam 74,14% deste quadro funcional.

Figura 44 – Fluxograma síntese das empresas no PEGCB, 2016



Mas, há de se notar que apesar das 30 empresas prestadoras de serviços possuírem juntas 1.092 funcionários, as três empresas sistemistas possuem mais potencial de absorção de mão de obra, pressionando a qualificação da mão de obra mais especializada.

Figura 45 – Porte estrutural da Pelzer da Bahia do PEGCB, 2016



Fonte: Eline Barreto, 2016

Figura 46 – Porte estrutural da Faurecia Automotiva do PEGCB, 2016



Fonte: Eline Barreto, 2016

Figura 47 – Porte estrutural da Autometal Automotive do PEGCB, 2016



Fonte: Eline Barreto, 2016

Em uma atual análise, conforme o Programa de Disseminação das Estatísticas de Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho e Emprego (MET), segundo as principais atividades econômicas em Dias d'Ávila incentivadas pelo PEGCB, até 2008 a atividade econômica como maior empregabilidade era de prestação de serviços, tendo decrescido 28,08% no final de 2004 e 42,58% em 2009, mas, em média percentual, até 2009, 71,99% das atividades econômicas que são implementadas PEGCB foram de prestação de serviços às empresas. As empresas de fabricação de artigo de borracha e plásticos em Dias d'Ávila tiveram admissibilidade de funcionários em 2004 de 47,06%, reduzindo o saldo negativo em 31/12/2013, de acordo com o demonstrado no balanço anual de admissões e demissões formais no período de 2004 à 2015 da Tabela 20 e da Tabela 21. É importante esclarecer que o balanço anual de empregos e demissões formais em Dias d'Ávila representado nas Tabelas 20 e 21, reflete o saldo anual de demissões e admissões ocorridas até último dia de cada ano levantado, ou seja, sendo um saldo negativo, houveram mais demissões em face das admissões formais no determinado ano específico em relação ao ano anterior.

Tabela 20 – Balanço anual de empregos e demissões formais em Dias d'Ávila, 2003 à 2009

Atividade econômica - CNAE/95	31/12/2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Fabricação de artigos de borracha e plástico	-119	-63	-50	-47	-52	-52	-54
Fabricação de equipamentos de instrumentação hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	67	67	67	67	67	67	67
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	190	190	189	187	220	255	268
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	86	109	70	130	170	168	86
Serviços prestados principalmente às empresas	791	427	822	1.051	1.272	1.389	682
Total do saldo de emprego absoluto	1.051	730	1.098	1.388	1.677	1.827	1.049
% de Serviços prestados em relação ao total absoluto	77,93%	58,49%	74,86%	75,72%	75,85%	76,03%	65,01%

Fonte: ISPER.MTE, 2016

Elaborado por: Eline Barreto

Em 2010, houve uma recuperação de 78,89% nos empregos formais de prestação de serviços, mas, foi regredindo anualmente nos anos seguintes, atingindo 49,67% de perda em 2015. No entanto, em 2012, houve um significativo crescimento de 64,34% dos empregos em atividades de fabricação e montagem automotiva, como também, foi significativo a projeção de empregos formais da atividade econômica vinculada à fabricação de artigos de borracha e plásticos, que possuía um saldo negativo de 119 em 31/12/2003, ou seja, havendo demissões maiores que as admissões, passando a um saldo positivo de 51 admissões em 2015, tendo uma recuperação de 142,86%, conforme MTE.

Tabela 21 – Balanço anual de empregos e demissões formais em Dias d'Ávila – 2009 à 2015 (continua)

Atividade econômica - CNAE/95	31/12/2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fabricação de artigos de borracha e plástico	-54	-29	-37	-7	22	43	51
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	67	67	67	66	69	68	68
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	268	266	272	447	430	450	396
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	86	60	41	87	187	213	231

Tabela 21 – Balanço anual de empregos e demissões formais em Dias d'Ávila – 2009 à 2015 (conclusão)

Atividade econômica - CNAE/95	31/12/2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Serviços prestados principalmente às empresas	682	1.220	1.200	714	769	740	614
Total do saldo de emprego absoluto	1.049	1.584	1.543	1.307	1.477	1.514	1.360
% de Serviços prestados em relação ao total absoluto	65,01%	77,02%	77,77%	54,63%	52,07%	48,88%	45,15%

Fonte: ISPER.MTE, 2016

Elaborado por: Eline Barreto

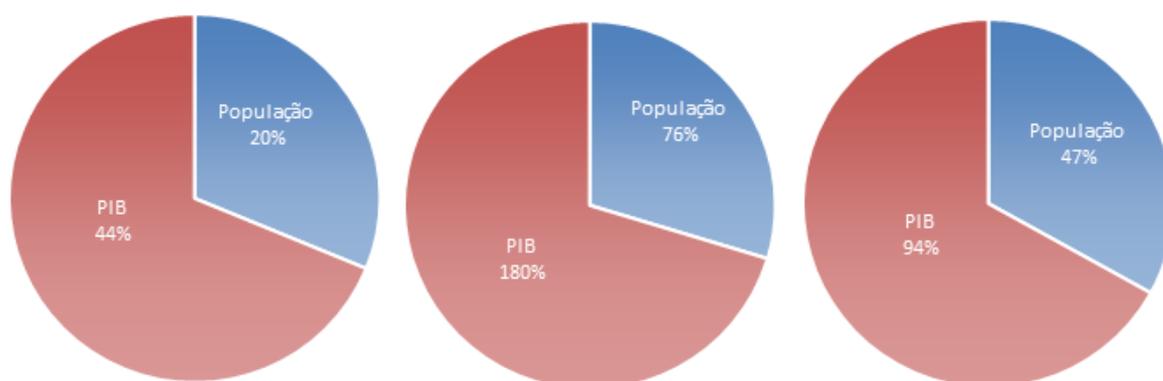
6 A INFLUÊNCIA DO POLO EMPRESARIAL EM DIAS D'ÁVILA E OS SEUS DESAFIOS

6.1 O Polo Empresarial e a cidade de Dias d'Ávila - BA

O Polo Empresarial de Dias d'Ávila, no entanto, estabeleceu maior influência no município sob o aspecto da transformação do perfil da atividade econômica local, que já tinha sido do setor agropecuário, principalmente, quando distrito de Camaçari, potencializando o setor do comércio e do serviço, centralizada na água, e que, com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari em 1978, passou a dinamizar o setor terciário, com a prestação de serviços de menor tecnologia ao polo de Camaçari. O Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), com a sua implantação, permitiu que a cidade atraísse para este espaço movido e estimulado pelo, agora, Polo Industrial de Camaçari (PIC), empresas de uma inovadora industrialização com estruturas automatizadas do processo contínuo de produção, em especial as empresas sistemistas da FORD Nordeste.

O perfil da nova indústria brasileira se fez refletir por ondas de inovação, desta forma, com o apoio político, o Polo Empresarial ampliou as oportunidades de emprego e renda, dinamizando a economia local, o espectro de oportunidades disponibilizadas propiciou uma linha alternativa para o crescimento econômico no município. Como pode ser observado no Gráfico 22 e detalhado na Tabela 22, a população de Dias d'Ávila no ano de 2000 cresceu 20% e o PIB 44%, em relação ao ano de 1996, assim, em termos meramente econômicos, as riquezas do município cresceram 24% neste período, no entanto, entre 2010 e 1996, o PIB de Dias d'Ávila cresceu 180% enquanto que a população cresceu 76%, ou seja, houve uma expansão expressiva das riquezas do município de 104% nesta etapa. A intensidade deste crescimento econômico está no período de 2000 à 2010, cujo PIB expandiu 94% e a população 47%. Conforme o PIB per capita de Dias d'Ávila, cada munícipe teria um aumento da participação das riquezas produzidas em 2010 em relação 1996 de 59,17%, e entre os anos 2000 e 2010 de 32,56%.

Gráfico 22 – Crescimento do PIB de Dias d'Ávila e crescimento populacional, 1996, 2000 e 2010



Fonte: Fonte: IBGE, 2016b; IPEADATA, 2016c

Elaborado por: Eline Barreto

Tabela 22 – População, PIB, PIB per capita e crescimento - Dias d'Ávila, 1986, 2000 e 2010

Variável	1996	2000	2010	Crescimento (1996-2000)	Crescimento (1996-2010)	Crescimento (2000-2010)
População	37.773	45.333	66.440	20,01%	75,89%	46,56%
PIB ¹⁸	346.262,98	498.973,20	969.404,31	44,10%	179,96%	94,28%
PIB – Per capita ¹⁹	9,17	11,00	14,59	20,07%	59,17%	32,56%

Fonte: Fonte: IBGE, 2016a; IPEADATA, 2016c

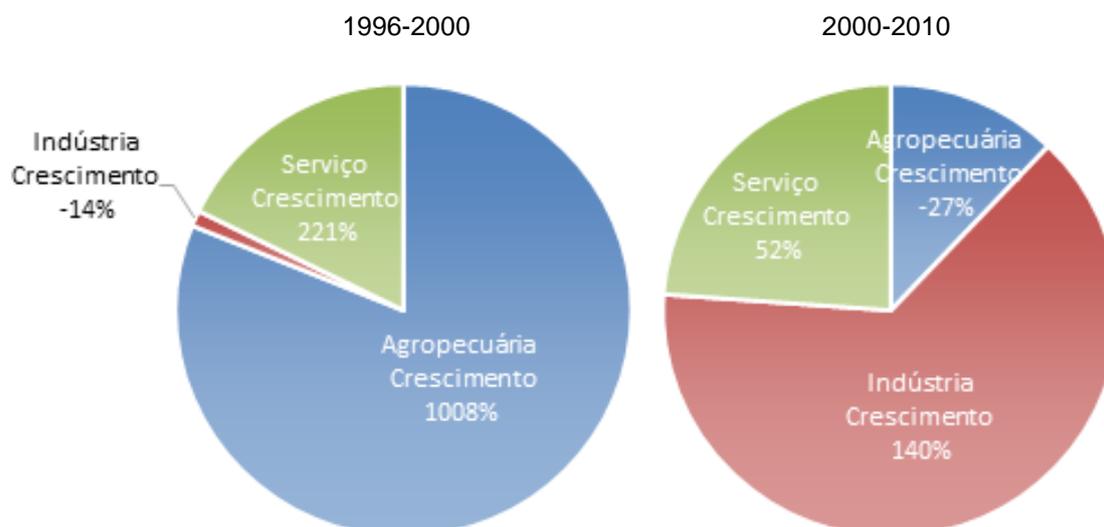
Elaborado por: Eline Barreto

Ao esmiuçar as atividades econômicas principais de Dias d'Ávila, entre 1996 e 2000, conforme o Gráfico 23 e Tabela 23, a atividade econômica agropecuária no município de Dias d'Ávila demonstrava sinais de um forte crescimento, tendo em vista que em 1996 ocorreu recessão neste setor demonstrado por um PIB negativo, seguido do setor de serviços, já o setor industrial tendia ao declínio, porém, nos anos 2000, com o advento da FORD Nordeste, a base econômica industrial de Dias d'Ávila começa a se recuperar alcançando 140% de crescimento em 2010, o setor de serviço manteve sua tendência de crescimento com 52% de aumento, no entanto, o setor agropecuário recuou 27%, demonstrando que a industrialização em Dias d'Ávila foi intensificada com o implantação do PEGCB.

¹⁸ PIB a preço constante (mil R\$)

¹⁹ PIB per capita (mil R\$)

Gráfico 23 – Crescimento do PIB de Dias d'Ávila segundo as três principais atividades econômicas



Fonte: IPEADATA, 2016c
Elaborado por: Eline Barreto

Tabela 23 – Crescimento do PIB de Dias d'Ávila a preço constante (R\$), 1986, 2000 e 2010

Atividade econômica	1996	2000	2010	Crescimento (1996-2000)	Crescimento (2000-2010)
Agropecuária	-122,62	1.113,65	818,36	1.008,23%	-26,52%
Indústria	295.916,07	254.475,76	611.328,80	-14,00%	140,23%
Serviços	50.469,53	161.928,42	246.551,56	220,84%	52,26%

Fonte: IPEADATA, 2016c
Elaborado por: Eline Barreto

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Dias d'Ávila apurado, conforme o Gráfico 15, melhorou em 2000, atingindo um patamar médio em 2010. O IDHM pretende não apenas mensurar o crescimento econômico per capita municipal, mas também o avanço do município sob os aspectos, da renda, da longevidade e da educação. Assim, de forma ampliada, estes indicadores medem, o progresso da paridade média de compra per capita dos munícipes baseado na Renda Nacional Bruta (RNB); a expectativa de vida com base na saúde do indivíduo; e o acesso ao conhecimento, avaliando a educação dos adultos e a escolaridade das crianças.

Apesar do aspecto da longevidade ter contribuído muito para a melhoria do IDHM de Dias d'Ávila no ano 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano no município apenas teve um avanço significativo após este mesmo ano. O IDHM atingiu 0,676 em 2010 (Gráfico 8) considerado médio (Quadro 9), os munícipes passaram a ter paridade de compra média, excelente expectativa de vida e um avanço expressivo

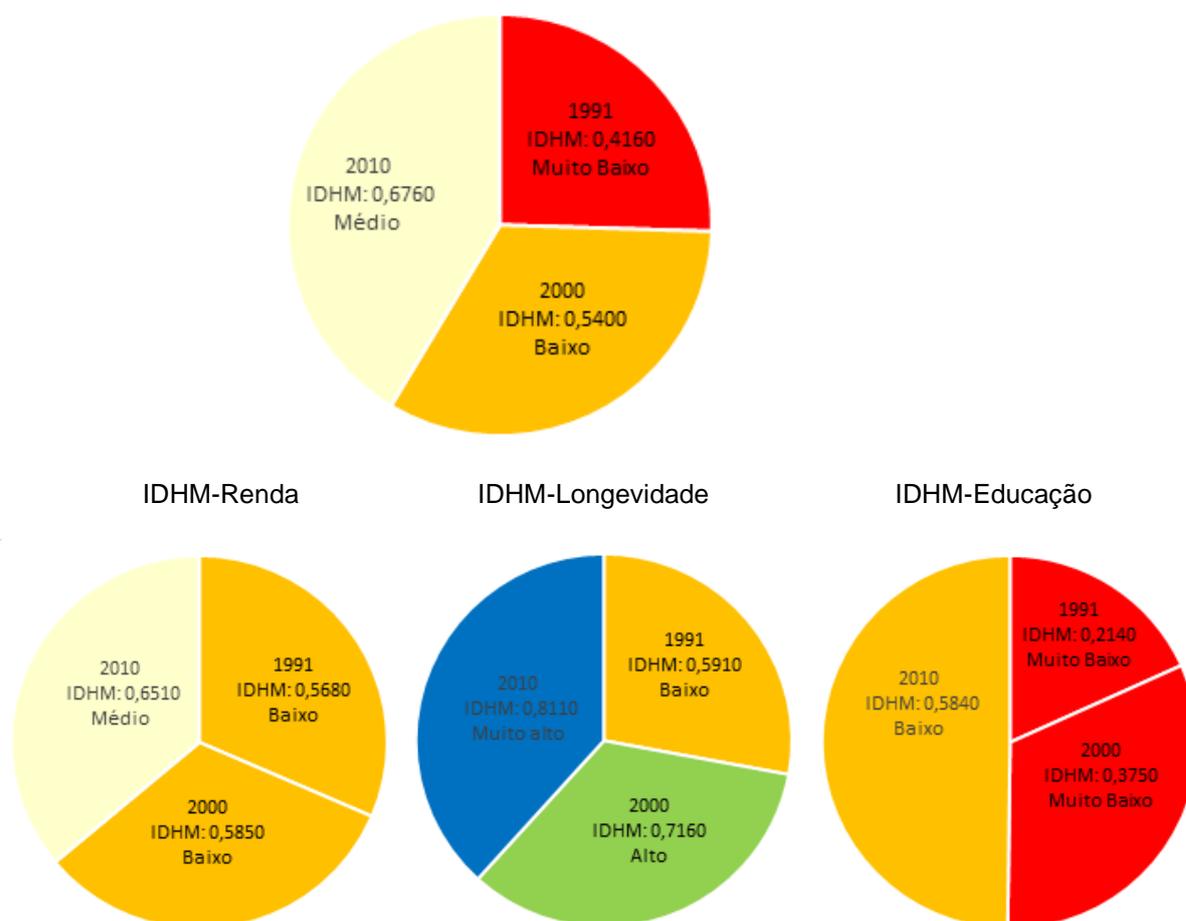
no acesso à educação, conforme os índices do IDHM-Renda, IDHM-Longevidade e o IDHM-Educação do município de Dias d'Ávila. O IDHM Geral refletiu este aspecto saindo de 0,2140 em 1991 e 0,375 em 2000, que pode ser considerado extremamente baixo, para 0,584 em 2010 (Gráfico 24), sendo ainda um índice baixo, mas margeando um índice médio do IDHM da educação.

Quadro 9 – Faixa do desenvolvimento humano, 2013

Classificação	IDHM
Muito Alto	0,800 - 1,000
Alto	0,700 - 0,799
Médio	0,600 - 0,699
Baixo	0,500 - 0,599
Muito Baixo	0,000 - 0,499

Fonte: ATLASBRASIL, 2016b

Gráfico 24 – Crescimento do IDHM Dias d'Ávila, 1991, 2000 e 2010



Fonte: ATLASBRASIL, 2016a

Elaborado por: Eline Barreto

Além das mudanças no aspecto econômico, uma outra influência do Polo Empresarial em Dias d'Ávila foi o aumento da população em situação de domicílio urbano no município. Entre 2000 e 2010, Dias d'Ávila foi o terceiro da Região Metropolitana de Salvador que teve a maior taxa de crescimento urbano com 46,40% de aumento devido as novas configurações sob o reflexo do industrial no urbano da área de influência do Polo Industrial de Camaçari (PIC), sendo que, conforme percepção na Tabela 24, os municípios, imediatamente sob sua área de influência, Lauro de Freitas, Camaçari e Dias d'Ávila, foram as que obtiveram as maiores taxas de crescimento. Notar-se-á que o crescimento urbano de Salvador apenas ficou à frente de Itaparica, com 9,53%, Lauro de Freitas foi o município com maior crescimento urbano de 50,80%, seguido do município de Camaçari com 50,24%.

Tabela 24 – População total e a situação do domicílio segundo o crescimento urbano- 2000 e 2010

Ano Município	2000		2010		Crescimento urbano 2010-2000
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	%
Lauro de Freitas	5.158	108.385	-	163.449	50,80%
Camaçari	7.325	154.402	10.997	231.973	50,24%
Dias d'Ávila	2.660	42.673	3.967	62.473	46,40%
Madre de Deus	437	11.599	522	16.854	45,31%
Simões Filho	17.161	76.905	12.236	105.811	37,59%
Pojuca	4.319	21.884	4.688	28.378	29,67%
Vera Cruz	1.878	27.872	2.323	35.244	26,45%
São Francisco do Conde	4.412	21.870	5.792	27.391	25,24%
Mata de São João	7.599	24.969	10.358	29.825	19,45%
São Sebastião do Passé	10.411	29.549	9.041	33.112	12,06%
Candeias	7.656	69.127	7.164	75.994	9,93%
Salvador	1.005	2.442.102	733	2.674.923	9,53%
Itaparica	-	18.945	-	20.725	9,40%

Fonte: IBGE. SIDRA, 2015

Elaborado por: Eline Barreto

Este crescimento na população urbana residente em Dias d'Ávila deve-se também ao volume de migrações ocorridas (Tabela 25) sob influência do Polo Empresarial de Dias d'Ávila, implantado em 2004. Tomando como base o censo de 2010, em 2005, com exceção de Salvador que justifica uma maior migração por ser uma metrópole, Dias d'Ávila foi o segundo município com maior migração (202,57%), em relação à migração imediatamente inferior, Lauro de Freitas foi a preferência

migratória com 216,40% e Camaçari foi a terceira com 153,43%. Os número de migrantes em 2005 evidenciaram a existência de um movimento migratório pelas transformações ocorridas no Polo Industrial de Camaçari, haja vista que as principais migrações, excluindo Salvador, foram nos municípios localizados no entorno do PIC, mas as empresas sistemistas instaladas no PEGCB, fora do condomínio da FORD Nordeste, motivaram a forte migração em Dias d'Ávila.

Tabela 25 – Migrações na RMS com base o censo de 2010

Município	Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município	Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam na Unidade da Federação em 31.07.2005	% de migração no município em relação ao anterior
Salvador	424.924	37.915	436,25%
Camaçari	70.640	8.691	153,43%
Lauro de Freitas	53.919	5.665	216,40%
Simões Filho	26.017	2.618	114,49%
Dias d'Ávila	19.543	2.286	202,57%
Candeias	9.736	1.129	176,45%
Mata de São João	7.655	640	110,43%
Vera Cruz	7.859	579	100,51%
Madre de Deus	4.779	576	110,06%
Pojuca	4.880	524	129,80%
São Sebastião do Passé	4.248	403	148,97%
Itaparica	3.854	271	124,03%
São Francisco do Conde	1.631	218	-

Fonte: IBGE, 2016b

Elaborado por: Eline Barreto

A expansão urbano-industrial motivada pelo Polo Empresarial, influenciaram também no aspecto ambiental. Quanto à qualidade urbana-ambiental dos bairros de Dias d'Ávila, cerca de 25% possuem um padrão de qualidade considerado alto, estando próximos do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), com exceção do bairro Nova Dias d'Ávila que fica fora deste espectro, mas, possui um padrão alto por influência direta da implantação do polo de Camaçari em 1978.

Houve também impacto socioespacial sob influência do Polo Empresarial de Dias d'Ávila, no qual algumas propriedades foram desapropriadas para que o PEGCB pudesse absorver as empresas e indústrias, como também, expandir o seu espaço econômico movido.

6.2 Os desafios a serem enfrentados em Dias d'Ávila

Dias d'Ávila atualmente possui um Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), ano base 2013 (FIRJAN, 2016a), de 0,5845 considerado regular (Tabela 23) baseado em três vertentes, emprego e renda, educação e saúde. No entanto, de acordo com a metodologia utilizada, na qual “o objetivo da vertente emprego&renda é captar tanto a conjuntura econômica como características estruturais do mercado de trabalho do município” (FIRJAN, 2016b), além de avaliar a criação de empregos formais, avalia a “[...] absorção da mão de obra local [...]”. Desta forma, percebe-se que pela Tabela 26, o potencial de empregabilidade e absorção de mão de obra em Dias d'Ávila está em retração, mesmo com melhorias nos aspectos da educação e saúde, o aspecto de emprego e renda, pode impactar nas outras áreas, sendo este portanto, um importante desafio para as políticas públicas do município de Dias d'Ávila.

Tabela 26 – Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal de Dias d'Ávila – 2005 à 2013

Ano	IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde	Desenvolvimento			
					IFDM	E e R	Educação	Saúde
2005	0,6192	0,8256	0,4412	0,5909	Moderado	Alto	Regular	Regular
2006	0,5660	0,6930	0,4088	0,5962	Regular	Moderado	Regular	Regular
2007	0,6688	0,8506	0,5567	0,5992	Moderado	Alto	Regular	Regular
2008	0,6821	0,8692	0,5543	0,6229	Moderado	Alto	Regular	Moderado
2009	0,6514	0,7509	0,5611	0,6423	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2010	0,6513	0,7431	0,5556	0,6553	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2011	0,6324	0,6503	0,5888	0,6580	Moderado	Moderado	Regular	Moderado
2012	0,6538	0,6461	0,6147	0,7005	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado
2013	0,5845	0,4286	0,6004	0,7243	Regular	Regular	Moderado	Moderado

Fonte: FIRJAN, 2016a

Elaborado por: Eline Barreto

O crescimento populacional de Dias d'Ávila de 46,40% em situação de domicílio urbano, entre 2000 e 2010, gerou tensão na disputa entre o urbano e a natureza em 47% do eventos levantados por Porciuncula (2011, p. 125), como também, tensões por geradores de riscos ambientais em 20% dos eventos identificados, devido as ocupações desordenadas, principalmente às margens da barragem de Santa Helena e área periurbana. A falta de emprego e de renda pode

favorecer e pressionar as ocupações irregulares. Esta situação já foi identificada no diagnóstico técnico do Plano de Saneamento Básico de Dias d'Ávila, sendo este um desafio ambiental para o município.

De acordo com o diagnóstico técnico, 25% dos bairros com mais alta qualidade do padrão urbano-ambiental possuem tendência de homogeneização mais acelerada para a renda e para a habitabilidade melhores (Tabela 27), porém quanto mais os bairros se afastam do Polo Empresarial, espaço movido pelo espaço motriz do Polo Industrial de Camaçari, mais o nível da qualidade urbana-ambiental diminui, estando homogeneamente enquadrado como bairros com menor densidade de edificações, menor oferta de serviços públicos e situação fundiária indefinida (Tabela 27), conforme a metodologia utilizada pelo Plano Municipal de Saneamento básico, indicando que seriam estes os bairros próximos a zona rural os quais podem ser identificados como implantados em área periurbana de Dias d'Ávila, sendo este espaço mais um desafio a ser enfrentado pelo município.

Tabela 27 – Dispersão do padrão urbano ambiental de Dias d'Ávila, 2015

Bairro	Padrão de Habitabilidade	Densidade	Abastecimento de água	Cobertura de esgoto	Fossa	Coleta de lixo	Renda	Calculado	Informado
Centro Nova Dias d'Ávila	3	3	3	3	3	3	3	21	21
Lessa Ribeiro	3	2	3	2	3	3	2	18	18
Santa Terezinha	2	2	3	2	3	3	2	17	17
Imbassáí	2	2	3	1	3	3	2	16	16
AMI d'Ávila	3	1	3	1	2	3	3	16	16
Urbis	2	1	3	3	1	3	2	15	14
Parque Dias d'Ávila	2	1	3	2	2	3	1	14	14
Jardim Alvorada	2	2	3	1	2	3	1	14	14
Morada das Mangueiras	2	1	2	2	2	3	1	13	13
Genaro	1	2	2	1	1	3	2	12	12
Lama Preta	1	2	2	1	1	2	2	11	11
Varginha	1	2	2	1	1	3	1	11	11
Hotel Balneário	2	1	2	1	1	2	2	11	11
Garcia d'Ávila	1	2	2	1	1	2	2	11	11
Entrocamento Parque	1	2	1	1	1	3	1	10	10
Petrópolis	1	1	2	1	2	2	1	10	10
Concórdia	1	1	2	1	1	2	1	9	9
Cristo Rei	1	1	2	1	1	2	1	9	9
Jacumirim	1	1	2	1	1	2	1	9	9
Isaura	1	1	1	1	1	2	2	9	9
Santa Helena	1	1	2	1	1	1	1	8	8
Bosque Dias d'Ávila	1	1	1	1	2	1	1	8	9

Classificação: 0 - 4 Muito baixo; 5 - 9 Baixo; 10 - 11 Médio baixo; 12 - 14 Médio; e 15 - 21 Alto

Fonte: DIAS D'ÁVILA, 2016

Adaptado por: Eline Barreto

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mote dessa dissertação de mestrado está centrado no efetivo planejamento territorial do município de Dias d'Ávila em decorrência da implantação do Polo Empresarial Governador César Borges, cujas indagações e hipóteses estarão sendo verificadas em seguida. Para tanto, se faz necessário contextualizar conforme os objetivos específicos alcançados.

Quanto à localização de Dias d'Ávila no tempo e no espaço, e analisar a sua territorialização através de sua historicidade, verificou-se que o espaço e temporalidade histórica em Dias d'Ávila reflete um território relacional. Dias d'Ávila, enquanto Feira de Capuame, do período colonial, estava posicionada no melhor acesso dos boiadeiros itinerantes de todo o nordeste, a via dos boiadeiros, a atividade econômica principal estava direcionada as transações comerciais dos boiadeiros que se concentravam na feira, desta forma, sua territorialidade, neste período, estava relacionada à feira dos boiadeiros.

Ao final da década de 1920, precisamente em 1928, a então vila Dias d'Ávila, já iniciava sua territorialidade relacionada às águas relaxantes e medicinais, alcançando o auge em 1962 com a condição de estância hidromineral, nesta época, a atividade econômica principal passa a ser centrada nas atividades emanadas pelo balneário Imbassay instalado na estância. Dias d'Ávila, assim, tem suas relações identificadas como “cidade das águas”.

Em meados da década de 1970, Dias d'Ávila, distrito de Camaçari, passa a ser visto como um território idealizado de um projeto desenvolvimentista urbano-industrial, por consequência do plano diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) de 1975, ficando estagnado nesta idealização após a implantação do COPEC em 1978, de forma tal que, atualmente, o município de Dias d'Ávila, ainda não tem seu referencial identitário constituído.

Quanto à caracterização do planejamento, o contexto econômico e a espacialidade na qual se deram as pressões e transformações territoriais em Dias d'Ávila, remete a associar um padrão de ocupação territorial imbricado com o Complexo Petroquímico de Camaçari.

Percebe-se que no tocante ao planejamento integrado, criado pela junção dos municípios em Regiões Metropolitanas para garantir melhores políticas públicas de

desenvolvimento urbano pela expansão industrial, no que se refere a Região Metropolitana de Salvador (RMS), e, especificamente, ao plano piloto para Dias d'Ávila e Camaçari do plano diretor do COPEC de 1975, este planejamento se mostrou debilitado e a gestão metropolitana ineficiente em face dos investimentos privados direcionados ao litoral norte da RMS, promovendo, atualmente, uma governança metropolitana reativa em busca de isonomia municipal na RMS.

Os problemas mais evidenciados em Dias d'Ávila, concentram-se na ausência de um ordenamento do uso do solo, em especial, do uso dos recursos hídricos, assim como, de um planejamento estratégico para lidar com o crescimento urbano que causaram tensões pela disputa entre urbano e a natureza, e tensões oriundas do uso de geradores de riscos ambientais degradantes do meio ambiente, que provocaram a deslocação econômico em Dias d'Ávila, como citou Haesbaert (2014, p. 61), para uma economia industrial.

O crescimento urbano em Dias d'Ávila, levou ao padrão de ocupação territorial de migrantes em dois momentos, no primeiro momento em busca de aproximação do Complexo Petroquímico de Camaçari, se instalando no bairro Nova Dias d'Ávila, único bairro efetivamente realizado pelo plano diretor do COPEC, vale salientar que o objetivo deste plano de atrair residentes de alta renda dos funcionários do polo de Camaçari não foi eficiente, pois este estrato funcional do COPEC elegeu o município de Lauro de Freitas como o espaço de moradia. O segundo momento de ocupação territorial, os migrantes ocuparam os bairros próximos ao Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), motivados pela diversidade do Polo Industrial de Camaçari que incentivou a criação do PEGCB.

Ao analisar o surgimento de um polo econômico e a evolução do espaço econômico do Polo de Serviços ao Polo Empresarial Governador César Borges, verificou-se que o polo econômico de Dias d'Ávila surgiu sob pressão urbano-industrial impositiva, de uma relação de dependência imposta pela metropolização, a gestão deste espaço ao desconstruir uma característica local e identitária de Dias d'Ávila, impôs uma identidade econômica política bastante complexa, pois se as características locais são potencialmente singulares, as mesmas devem ser geridas de forma singulares. A evolução se deu motivado pelo crescimento econômico municipal com contrapartidas das empresas em contribuir, principalmente, com a elevação do nível de emprego e renda, como também, absorver uma diversidade de

atividades produtivas e de serviços, demonstrando a busca por uma identidade industrial diferenciada.

Observa-se, também, que na transição de Polo de Serviços para Polo Empresarial, o território sofreu desapropriação não ordenada, pois ainda encontram-se alguns residentes remanescentes, assim como, atividade econômica informal em espaço destinado as empresas e as indústrias, demonstrando uma invisibilidade social decorrente da relação do indivíduo com seu território de identidade dentro do PEGCB.

Os desafios a serem enfrentados pelo município de Dias d'Ávila, a princípio, estão relacionados à governança metropolitana, que pela ausência de um planejamento eficaz em tempos pretéritos, devem ser tratados por uma governança reativa que corrija as deformidades causadas pelas tensões geradas.

Diante do exposto, as questões colocadas e as suposições formuladas, que serviram de base para essa dissertação, estarão elencadas a seguir, como também, suas verificações elucidadas.

De que forma foi estruturado o espaço econômico de Dias d'Ávila após a mudança da relação com o território e quais os desafios com as novas configurações do atual espaço econômico no município?

Com o plano diretor do COPEC de 1975, o território de Dias d'Ávila deixou de estar relacionado com as águas do aquífero São Sebastião para se relacionar com a idealização de um projeto desenvolvimentista urbano-industrial, a territorialidade construída entorno das águas foi destituída e ainda não foi constituída em um novo referencial identitário.

Esta ausência de referencial local, estruturou o espaço econômico de Dias d'Ávila como espaço econômico dependente, do polo de crescimento (PERROUX, 1977) Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), atualmente Polo Industrial de Camaçari (PIC). A implantação da Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), hoje BRASKEM Unidade de Insumos Básicos (BRASKEM-UNIB), como a indústria motriz, impulsionou e direcionou outras indústrias petroquímicas no COPEC.

O COPEC transformou o seu entorno, gerando, assim, uma conturbação de tal maneira que, Dias d'Ávila, o então distrito de Camaçari, destituiu-se das atividades econômicas relacionadas às águas para depender economicamente das atividades terciarizadas pelo COPEC, no espaço econômico implantado no município, o Polo de

Serviços de Dias d'Ávila, também chamado de Polo de Apoio. Sua dependência é percebida pela referência a denominação de um espaço econômico de apoio.

Tendo se emancipado em 1985 de Camaçari, Dias d'Ávila, quando da diversificação do Polo Industrial de Camaçari (PIC) nos anos 2000, principalmente motivado pelo Complexo Ford Nordeste, teve seu espaço econômico estruturado pela diversidade produtiva. Em 2012, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em relação ao ano anterior, a geração de novos empregos na atividade de fabricação e montagem automotiva já havia atingido um crescimento 64,34%, e uma recuperação de 142,86% na atividade e fabricação de artigos de borracha e plásticos.

Atualmente, no entanto, para a gestão municipal e no Plano Diretor do Polo Industrial de Camaçari, elaborado em 2013, o PEGCB é apresentado, em representação espacial, como o Polo de Serviços. Hoje o Polo Empresarial Governador César Borges é um espaço movido dentro de um território relacional em Dias d'Ávila, relação esta, instituída, a partir de 1978, com o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), através de um planejamento territorial impositivo com objetivo de estabelecer o desenvolvimento urbano-industrial em seu entorno, destituindo a relação com as águas terapêuticas que Dias d'Ávila tinha até então.

Com a relação territorial de Dias d'Ávila sendo subjugada ao desenvolvimento urbano-industrial metropolitano, os desafios a serem alcançados vão além de um governança metropolitana reativa para os enfrentamentos da ausência de governança que avoca por um planejamento em condições de equidade entre os municípios da metrópole. Hoje, a circunstância em que se encontra a principal atividade econômica em Dias d'Ávila, a indústria de transformação, pressiona o município a estabelecer conexões com esta realidade, desta maneira, relações exógenas são incentivadas com a nulidade da atividade econômica local centralizada nas águas, “[...] o que favoreceria o seu deslocamento e a sua localização em inúmeros lugares.” (HAESBAERT, 2014, p. 61), assim, a vantagem comparativa ligada às águas sendo usufruída por elementos externos, Dias d'Ávila se favoreceria deste nível de localização de abrangência metropolitana, se inserindo nesta rede de conexão já formada, estabelecendo, desta forma, a reestruturação do referencial identitário construindo e usufruindo das novas relações externas.

Conforme o jornal eletrônico, Dias d'Ávila Acontece (2016), em tempo presente, os moradores próximos à barragem Santa Helena, construída em 1981 para o abastecimento de 40% da Região Metropolitana de Salvador, passaram a usufruir da

vantagem comparativa relacionada às águas represadas nesta barragem, constituindo a Cooperativa dos Produtores Rurais da Barragem Santa Helena (COOPERASH) em 4 de fevereiro de 2011, empregando 30 mulheres e fornecendo produtos agrícolas, e derivados, para a merenda escolar, participando, assim, do Programa do Governo Federal de Fornecimento Escolar para o município de Dias d'Ávila e de Camaçari.

No entanto, partindo da teoria de polos de crescimento de Perroux (1977), cujo autor destaca o surgimento de um centro de acumulação financeiro motriz, como polo de crescimento, que cresce com intensidade e efeitos variados, impulsionado por indústrias motrizes e indústrias movidas, é preciso aprofundar o estudo da viabilidade técnica e econômica para aproveitamento das conexões estabelecidas pela deslocalização econômica das águas de Dias d'Ávila, agregando os fatores produtivos do polo de Camaçari e interagindo com as indústrias de fertilizantes do Polo Industrial de Camaçari (PIC), como também, com a única empresa do agronegócio do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), a CAJULIN, empresa de beneficiamento de castanhas de caju, que adquire sua matéria-prima na zona rural do Estado do Ceará, estando instalada no PEGCB há mais de 10 anos.

Esta interação poderia estimular no PEGCB a absorver características de um novo espaço motriz, incentivando o polo agrícola de castanhas de caju e os possíveis consórcios produtivos deste cultivo, como o amendoim, através de políticas públicas de incentivos e parcerias governamentais, incorporando aparatos tecnológicos das indústrias do polo de Camaçari para a melhoria e adequação do solo, usufruindo, por exemplo, dos resíduos orgânicos da BRASKEM Ambiental, recém adquirida pela BROOKFIELD (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017), assim como, do Instituto Fábrica de Florestas (IFF) (IFF, 2017) para a criação de mudas, que tem como mantenedores a BRASKEM, a BRASKEM AMBIENTAL e o COFIC, como também, usando as inovações tecnológicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Conforme a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Dias d'Ávila (SEDEC), a prefeitura de Dias d'Ávila já iniciou a busca por parcerias institucionais com o polo de Camaçari para promover a agricultura familiar e introduzir o homem rural nesta nova realidade competitiva no usufruto da vantagem comparativa que o território de Dias d'Ávila possui, necessitando então, avançar no estudo de viabilidade técnica e econômica no município.

Essa pesquisa, desta forma, vislumbra um possível polo agrícola sendo criado em Dias d'Ávila interagindo com indústrias de fertilizantes do Polo Industrial de Camaçari, como a MONSANTO, adquirida pela BAYER; como a HERINGER; a CIBRAFERTIL; juntamente com Instituto Fábrica de Florestas (IFF), abrindo uma janela de oportunidade para implementar um polo agrícola que atrairia, para o Polo Empresarial, novas agroindústrias, estando localizadas próximas aos insumos de produção do PIC e da zona rural do município, de forma a transformar o Polo de Dias d'Ávila em um efetivo desdobramento do Polo de Camaçari.

Também, como um estudo a ser avaliado futuramente, há de se pensar na viabilidade de recuperação da Estância Hidromineral de Dias d'Ávila, ciente que o município está sobre águas subterrâneas do aquífero de São Sebastião, inserindo Dias d'Ávila na rota do turismo local na Região Metropolitana de Salvador.

Essa pesquisa de mestrado analisou as interações existentes entre o espaço motriz do Polo Industrial de Camaçari (PIC) e o espaço movido do Polo Empresarial Governador César Borges (PEGCB), mas, como uma proposta de estudo futuro, podem ser avaliadas as relações internas no PEGCB, e identificar a sinergia e a cooperação entre as empresas. Vale destacar, porém, que durante o levantamento das empresas ativas no polo de Dias d'Ávila, foi identificada a empresa CG Alimentos criada em 1994, atuando na área de serviços de alimentação com oito funcionários (Tabela 7), a qual atrai para seu estabelecimento um certo grupo de funcionários no horário de almoço, deste mesmo polo, entre 11:00 horas às 14:00 horas.

A partir do exposto e diante das hipóteses retratadas nessa dissertação, pode-se afirmar que o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), hoje Polo Industrial de Camaçari (PIC), deixou de ser um típico enclave industrial. A diversificação ocorrida fez com que o modelo mono-industrial baiano, identificado por Avena Filho (1986, p. 63), fosse rompido e passasse a ter uma configuração mais variada e dinamizadora de um novo polo de crescimento, o Polo Empresarial Governador César Borges, estabelecido como um espaço movido, parafraseando Perroux, ainda não é um desdobramento do Polo Industrial de Camaçari, mas possui potencial para tanto ao se tornar um espaço sede de indústrias do agronegócio, interagindo com indústrias de fertilizantes do Polo Industrial de Camaçari. Evidentemente, todo este novo dinamismo irá depender do desenvolvimento da economia nacional e da economia regional baiana, inseridas na conjuntura global.

REFERÊNCIAS

ABIPLAST. Associação Brasileira de Indústrias do Plástico. **Perfil 2015: Indústrias brasileiras de transformação de material plástico**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.abiplast.org.br/site/publicacoes/perfil-2015>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil: Contradições, impasses e desafios sócios espaciais**. São Paulo, Moderna. 1998.

AEPDD. Associação das Empresas do Polo de Dias d'Ávila. **Histórico**. Disponível em: <<http://aepdd.com.br/historico.php>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

_____. **Polo Empresarial Governador César Borges**. Dias d'Ávila. 3 mar. 2016.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano. **Revista do desenvolvimento regional (REDES)**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 2, n. 12, p. 109-126, mai./ago., 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/262/206>> Acesso em: 17 out. 2015.

_____. Territórios de identidade: disputas e cooperações entre rural e urbano. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (Org.). **Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento**. João Pessoa: Grafset, 2011. p. 49-83.

_____. O rural na metrópole: relações com a natureza na ruralidade metropolitana. In: ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; SCHWEITZER, Peter José (Orgs.). **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Ed.Campinas: Alínea, 2008. p 91-105.

_____. **Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório**. 2003. 184 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento, agricultura e sociedade) – Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003.

AGERBA. **Tarifa dos transportes metropolitano e semi-urbano**. Disponível em: <http://www.agerba.ba.gov.br/transporte/>. Acesso em 16 fev. 2017.

ALICEWEB-MDIC. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Consultas**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/index/home>> Acesso em: 23 jul. 2016.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana.** Disponível em: <http://books.scielo.org/id/36d/pdf/carvalho-9788523209094-02.pdf>. Acesso em 19 fev. 2017.

ALMEIDA, Rômulo. **Rômulo: voltado para o futuro.** Fortaleza: BNB, 1986.

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 26, n. 3. jul./set. 1995.

AMBIENTE ENERGIA. **Nacelle para equipamentos eólicos é produzido no Brasil.** Disponível em: <https://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2015/03/nacelle-para-equipamentos-eolicos-e-produzida-brasil/25572>> Acesso em: 05 jan. 2017.

ANDRADE, Maria da Conceição Borges. **Implicações socioespaciais decorrentes da industrialização nos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila.** 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ANDRADE, Reinaldo Santos. **Competitividade territorial e federalismo na região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE) Petrolina – Juazeiro.** Feira de Santana/BA: UEFS, 2014.

ATLASBRASIL. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. **Consulta.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 23 nov. 2016a.

_____. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. **Radar IDHM.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>>. Acesso em: 23 nov. 2016b.

AVENA FILHO, Armando. **O Estado mono-industrial: as mudanças no produto industrial baiano.** Informe conjuntural, ciência e tecnologia, Salvador, n. 19, fev. 1983.

BAHIA. **Lei n.º 1.625, de 22 de fevereiro de 1962.** Cria a Estância Hidromineral de Dias d'Ávila e dá outras providências. Salvador, 1962. Disponível em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/86138/lei-1625-62>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Centro Industrial de Aratu (CIA)**, 2016. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br/pagina.aspx?pagina=centroindustrialdearatu>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

BAILONI, Frederico. BRASKEM desiste de projeto no COMPERJ. **EXAME**, São Paulo, 12 fev. 2015. Caderno negócios. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/braskem-desiste-de-projeto-no-comperj>> Acesso em: 12 jul. 2016.

BALSADI, Otávio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-17, jan./mar., 2001.

BARRETO, Ulisses Bispo. **O Petróleo é nosso**. Salvador. 31 dez. 2016. Entrevista à Eline Barreto.

BARROS, Francisco Borges de. O Castello da Torre de Garcia d'Ávila. v. 4-5, 1934, Salvador. **Anais...** Salvador/BA: Imprensa oficial do Estado. 1934a.

_____. Feira de Capuame. In: _____. O Castello da Torre de Garcia d'Ávila. v. 24, 1934, Salvador. **Anais...** Salvador/BA: Imprensa oficial do Estado. 1934b. p. 45-53.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2012.

_____. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 107, p. 57-76, jul-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/102/105>> Acesso em: 17 de jun. 2015.

BASF. **BASF inaugura complexo acrílico de escala mundial em Camaçari**. Disponível em: <<https://www.basf.com/br/pt/company/news-and-media/news-releases/2015/06/201506019-r1.html>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, George; LIPIETZ, Alain. O novo debate regional. In: BENKO, George; LIPIETZ, Alain (Orgs). **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Lisboa: Celta. 1994. p. 3-14.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo Roberto. et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.

BRASIL. **Lei complementar nº 14**, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em: 1 jun. 2015a.

BRASIL. **Lei complementar nº 20**, de 1 de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e territórios. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp20.htm>. Acesso em: 1 jun. 2015b.

BRASIL. **Lei nº 13.089**, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 16 mai. 2016a.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 395**, de 29 de abril de 1938. Declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado em produzido no país, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10395.htm>. Acesso em: 23 jul. 2016b.

BRASIL. **Lei nº 2.004**, de 3 de outubro de 1953. Dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do conselho nacional do petróleo, institui a sociedade anônima, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm>. Acesso em: 23 jul. 2016c.

BRASIL. **Decreto nº 61.981**, de 28 de dezembro de 1967. Estabelece condições para expansão do parque petroquímico no país, e autoriza a criação da sociedade subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS no termos da Lei nº 2004, 3 de outubro de 1953 com esse mesmo objetivo. Brasília. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61981-28-dezembro-1967-403176-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 jul. 2016d.

BRASIL. **Lei nº 9.479**, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm#art83>. Acesso em: 24 jul. 2016e.

BRASIL. **Decreto Imperial nº 641**, de 26 de junho de 1852. Autoriza o governo para conceder a uma ou mais companhias a construção total ou parcial de um caminho de ferro que, partindo do município da corte, vá terminar nos pontos das provinciais de Minas Gerais e São Paulo, que convenientes forem. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL641.htm>. Acesso em: 05 mai. 2016f.

BRASIL. **Decreto Imperial nº 1.299**, de 9 de dezembro de 1853. Concede a Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, privilégio exclusivo pelo tempo de noventa anos para construção de uma estrada de ferro na província da Bahia, partindo da cidade de São Salvador, ou de qualquer ponto do litoral ou de rio navegável próximo dela, e terminando na vila do Juazeiro, ou em outro lugar na margem do Rio de São Francisco, que julgar mais conveniente. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1299-19-dezembro-1853-559271-publicacaooriginal-81397-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2016g.

BRASIL. **Decreto Imperial nº 1.614**, de 9 de junho de 1855. Aprova os estatutos da companhia da estrada de ferro da Bahia. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1614-9-junho-1855-558560-publicacaooriginal-79998-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2016h.

BRASIL. **Decreto Imperial nº 1.615**, de 9 de junho de 1855. Aprova a convenção feita com Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, concessionário da estrada de ferro, que partindo de qualquer ponto próximo à capital da província da Bahia vá terminar na vila do Juazeiro, ou em outro lugar mais conveniente do Rio de São Francisco, sob algumas das condições do Decreto nº 1.299 de 19 de dezembro de 1853. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1615-9-junho-1855-558562-publicacaooriginal-80000-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2016i.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Estatuto da cidade. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 23 jul. 2016j.

BRASIL. **Lei nº 1.916**, de 29 de julho de 1999. Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências. Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/1916.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016k.

BRASIL. **Lei nº 9.826**, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9826.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016l.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASKEM. **O setor petroquímico**. Disponível em: <<https://www.braskem.com.br/o-setor-petroquimico>>. Acesso em 11 dez. 2015.

BREMAEKER, F. E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993. Disponível em: <http://lam.ibam.org.br/revista_detalhe.asp?idr=61> acesso em: 15 abr. 2016.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2000.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.

COFIC. **Polo Industrial de Camaçari**. Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/>> Acesso em: 28 abr. 2016a.

_____. **Fluxograma de produção do polo**. Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/>> Acesso em: 28 abr. 2016b.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. **Estratégia de desenvolvimento: Dias d'Ávila (1º relatório)**. Salvador: Conder, 1997.

_____. **Perfil do município de Dias d'Ávila**. Salvador: Conder, 1992.

_____. **Plano piloto de Camaçari e plano piloto de Dias d'Ávila**. Salvador: Conder. 1975.

CORREIO DA MANHÃ. **Química e petroquímica**. n. 23.868. Rio de Janeiro: 1971. p. 127. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=16851&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 27 mai. 2016.

CORNELL, Elias. **A arquitetura da relação cidade-campo**. Trad. Frank Svensson. Brasília: Alva, 1998. 206 p.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Ed. São Paulo: 34, 2004.

DIAS D'ÁVILA ACONTECE. **Moradores da barragem Santa Helena criam cooperativa competitiva de agricultura familiar**, Dias d'Ávila. 2016. Disponível em < <http://www.diasdavilaacontece.com/dias-davila/moradores-da-barragem-santa-helena-criam-cooperativa-competitiva-de-agricultura-familiar/>>. Acesso em 28 fev. 2017.

DIAS D'ÁVILA. **Plano Municipal de Saneamento Básico: Diagnóstico técnico – volume I**, Dias d'Ávila. Disponível em <<http://www.diasdavila.ba.gov.br/site/wp-content/uploads/2015/11/DIAGNOSTICO-TECNICO-volume-I.pdf>>. Acesso em 23 ago. 2016.

_____. Prefeitura. Decreto nº 985, de 08 de outubro de 2004. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terras que indica e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Dias d'Ávila, ano 89, n.18.075, de outubro de 2004, p. 3. Disponível em: <http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/diasdavila/iframe.cfm?pagina=abreDocumento&arquivo=33EC035F8C4C>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

DIAS D'ÁVILA. Lei nº 320, de 16 de abril de 2009. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Dias d'Ávila. **Diário Oficial do Município**. Poder Executivo, Dias d'Ávila, 16 abr., 2009. Anexo III.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Dias d'Ávila. **Diário Oficial do Município**. Poder Executivo, Dias d'Ávila, 16 abr., 2009.

DISTÂNCIA ENTRE CIDADES. **Distâncias entre cidades**. Disponível em: <http://distanciacidades.com/>>. Acesso em 28 jul. 2016.

DOW QUÍMICA. **Nossa empresa**. Disponível em:
<http://www.dow.com/brasil/empresa/nossa_empresa/historia.htm>. Acesso em 11 mai. 2016.

E-MEC. Sistema de regulação do ensino superior do Ministério de Educação e Cultura. **Detalhes da Instituição de Educação Superior(IEF): relação de cursos**. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc4/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/ODg=>> Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. **Consulta avançada**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 24 jul. 2016.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **A linha tronco da Viação Férrea do Leste Brasileiro (VFFLB)**. Disponível em:
<http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_paulistana/dias.htm>. Acesso em 13 jan. 2016.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

FIEB. **Guia Industrial do Estado da Bahia**. Salvador: EBGE, 2015.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em:
<<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em 13 mai. 2016a.

_____. **Nota metodológica**. Disponível em:
<<http://www.firjan.com.br/data/files/B7/43/4A/72/CE2615101BF66415F8A809C2/Aexo%20Metodol%C3%B3gico%20IFDM.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2016b.

Folha de São Paulo. **Odebrecht fecha venda de empresa da área ambiental para canadenses**. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1824821-odebrecht-fecha-venda-de-empresa-da-area-ambiental-para-canadenses.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

FORD. **Complexo industrial Ford Nordeste**. Disponível em:
<<http://www.ford.com.br/ford/sobre-a-ford/fabricas-no-brasil/camacari>> Acesso em: 28 abr. 2016.

FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão. Áreas de interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos. In: RANDOLPH, Rainer e SOUTHERN, Barbra Candice. **Expansão Metropolitana e transformação das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina**, 2. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 145 – 164.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **A nova dependência**. São Paulo/SP: Paz e Terra, 1982.

GEOHIDRO. **Estudo populacional e demanda do município de Dias d'Ávila**. In: _____. Plano de abastecimento de água da RMS. v. 1. Cap. 10. Salvador. 2014.

GUATTARI, Felix, ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GLOBO. **Bayer anuncia compra da MONSANTO por US\$ 66 bilhões: negócio poderá criar líder mundial do setor de pesticidas e sementes**. Bahia, Globo notícias, 14 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/09/bayer-anuncia-compra-da-monsanto-por-us-66-bilhoes2016.html>>. Acesso em: 28 set. 2016.

HADDAD, Paulo Roberto. **Resenha bibliográfica (II): Aménagement du territoire et polarisation**. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/267/204>> Acesso em: 15 mai. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização In: SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial** 5. ed. Fortaleza: UFC, 2014. p. 43-71

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. **Infográficos: evolução populacional e pirâmide etária.** Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=291005>>. Acesso em 02 nov. 2016a.

_____. **Censo Demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/nupcialidade_fecundidade_migracao/nupcialidade_fecundidade_migracao_tab_xls.shtm>. Acesso em 29 nov. 2016b.

IBGE. SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **População nos censos demográficos por situação do domicílio.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=1288>>. Acesso em 17 abr. 2015.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@:** síntese das informações. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291005&idtema=16&se arch=bahia|dias-d`%C3%81vila|sintese-das-informacoes>> Acesso em: 17 abr. 2015.

IFF. Instituto Fábrica de Florestas. **Mantenedores.** Disponível em: <http://www.fabricadeflorestas.org.br/index.php/parceiros>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. **Domicílio com energia elétrica.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017a.

_____. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. **Domicílios com água encanada.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017b.

_____. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. **Domicílios com coleta de lixo.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017c.

_____. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. **Renda familiar per capita média**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2016a.

_____. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. 2009. **Desenvolvimento humano nível: municípios**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2016b.

_____. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. 2009. **PIB municipal à preços constantes**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016c.

_____. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. 2009. **PIB municipal – agropecuária – valor adicionado – preços básicos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016d.

_____. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. 2009. **PIB municipal – indústria – valor adicionado – preços básicos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016e.

_____. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. 2009. **PIB municipal – serviços – valor adicionado – preços básicos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016f.

ISAACSON, Walter. Como Einstein reinventou a realidade. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 161, p. 34-41, out., 2015.

ISPER.MTE. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego. 2016. Dados por municípios. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/isper-dados-por-municipio>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

KLEIN, Maria Cláudia Aravecchia. **A história do polo petroquímico do grande ABC e da Apolo**. São Paulo: Clube Editorial, 2011.

KRUGMAN, Paul et al. **A economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. Ed. São Paulo: Futura, 2002.

KRUGMAN, Paul Robin; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 4. ed. São Paulo/SP: Makron Books, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Trad. Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEMOS, Mauro Borges. **Dois técnicas de análise regional elaboradas a partir de categorias espaciais: a regionalização e o método estrutural- diferencial**. 1991. Tese (Professor titular), Departamento de Ciências Econômicas/UFMG, Belo Horizonte. 1991.

LESSA, José Silva. **CEFET-BA – Uma resenha histórica: de escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica**. Salvador: CCS/CEFET-Ba, 2002. 100 p.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigues Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

LUKACS, Luciano P.. **Evolução dos sistemas de produção: Ford Amazon na Baha**. 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado em administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **A luta contra a economia rural**. In: A acumulação do capital. RJ, Zahar Editores, 1976.

MANCHETE, **O polo petroquímico do Nordeste em debate**. n. 1.345. Rio de Janeiro: 1978. p. 127. Disponível em: <<http://reynivaldobrito.blogspot.com.br/2016/03/o-polo-petroquimico-do-nordeste-em.html>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. Trad. Rômulo Almeida; Ottolmy Strauch. São Paulo: Círculo do Livro, 1996. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/176451/mod_resource/content/1/os%20economistas%20-%20alfred%20marshall%20-

[%20principios%20de%20economia%20-%20vol%20i.pdf](#)> Acesso em: 01 maio 2015.

MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Caminhos históricos da feira de Feira de Santana: Origens e secularidades. **Sitientibus**, Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, v. 10, p. 185-198, jul./dez. 1992.

MOREIRA, A. F. B. Multiculturalismo, currículo e formação de professores. In: SEMINÁRIO ESTADUAL de EDUCAÇÃO BÁSICA, 2., 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. Disponível em: <www.edunisc.br> Acesso em 20 ago., 2014.

NORTH, Douglas. **Location theory and regional economic growth**. v. 63, n. 3. Ed. Chicago: Journal of Political Economy. v. 63, n. 3, p. 243-258, 1955.

NUNES FILHO, Paulo de Souza. **Vantagem competitiva**: precedentes teóricos da análise do diamante nacional de Porter. 2006. 193 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação NPGA, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ODEBRECHT. **Um polo de desenvolvimento que não para de se reinventar**. 2006 <<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00701-00800/785/>>. Acesso em 06 jun. 2016.

OLIVEIRA, Adary. **O polo petroquímico de Camaçari**. Salvador: P555, 2006. 344 f.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; ERVATTI, Leila Regina; O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. **O panorama dos deslocamentos populacionais do Brasil**: PNAD e censos demográficos. In: IBGE, Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 28-48.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; NÓBREGA, Adalmário Mendes; MEDEIROS, Messias Rodrigues. Desenvolvimento econômico e regional segundo a teoria da base de exportação. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína /TO, n. 1, p. 51-65, jul./dez., 2012. Disponível em: <<https://sistemas2.uft.edu.br:8004/index.php/geografia/article/view/517/pdf04>> Acesso em: 12 jul. 2015.

PERROUX, François. **O conceito de polo de crescimento**. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 145-156.

PESSOA JUNIOR, Cyro Diocleciano Ribeiro. **Estudos descritivos das estradas de ferro do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

PETROBRAS. **Memoria PETROBRAS**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-landulpho-alves-rlam.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2016a.

_____. **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ): Informações gerais**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm>> Acesso em: 12 jul. 2016b.

_____. **Terminal Madre de Deus**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/terminais-e-oleodutos/terminal-madre-de-deus.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

PORCIUNCULA, Débora Carol Luz da. **Tensões territoriais no uso da água em Dias d'Ávila-Bahia**. 2011. 185 fls. Dissertação, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011.

RANDOLPH, Rainer; SOUTHER, Barbra Candice (Orgs.) **Expansão Metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capita, 2015.

SANTOS, Chico. Subsídio a preço da nafta começará a cair. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 8 ago. 1998. Caderno mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi08089828.htm>> Acesso em: 12 jul. 2016a.

_____. Com fim do subsídio, nafta deve subir 26% no sábado. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2000. Caderno mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2906200008.htm>> Acesso em: 12 jul. 2016b.

SANTOS, Danilo Oliveira; BOVO, Marcos Clair. Análise do debate teórico em geopolítica e geografia política nos períodos das guerras mundiais: Breves considerações sobre os conceitos de território, Estado e poder. In: ENCONTRO DE

PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - VI. 2011, Campo Morão. **Anais eletrônicos...** Campo Morão: EPCT, 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/05-SANTOS_BOVO.pdf> Acesso em 27 mai., 2015.

SANTOS, Denilson Lima; SPINOLA, Noélio Dantalé. Projeto FORD AMAZON: Uma análise dos impactos na economia baiana. In: Seminário estudantil de produção acadêmica, 1. 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UNIFACS, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/35/29>>. Acesso em 20 set. 2016.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record. 2000.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1993.

SEAGRI. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e aquicultura. **Columbian Chemicals inaugura fábrica de negro de fumo: a implantação da unidade incrementa ainda mais a geração de emprego**. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2007/08/23/columbian-chemicals-inaugura-f%C3%A1brica-de-negro-de-fumo>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

SCHEINOWITZ, Abraham Samuel. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: EGBA, 1998. 314 p.

SDE. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Plano Diretor Polo Industrial de Camaçari 2013**. Disponível em <<http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-5770.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SEFAZ-DIAS D'ÁVILA. Secretaria da Fazenda de Dias d'Ávila. **Leis Municipais**. Dias d'Ávila. 2016. Disponível em: <http://www.sefazdiasdavila.com/html/legislacao_html/leis_municipais.php>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SEFAZ-BA. Secretaria da fazenda da Bahia. **Consulta cadastral**. Bahia. 2016. Disponível em: <<http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/cadastro/cadastroBa/consultaBa.asp>> Acesso em: 9 mai. 2016.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **PIB estadual anual**: estrutura por grandes setores. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2190&Itemid=550>. Acesso em: 25 jul. 2016a.

_____. **PIB e estudos correlatos**. Valores adicionado segundo atividades (T250). Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=130&Itemid=212>. Acesso em: 23 nov. 2016b.

_____. **PIB e estudos correlatos**. Valores adicionado por grandes setores (T254). Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=130&Itemid=212>. Acesso em: 23 nov. 2016c.

_____. **Produto Interno Bruto – grandes setores Bahia**: 1975-2000. In: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 73.

_____. **Censo 2000 – Resultados do universo: Características das pessoas responsáveis pelo domicílio**. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=142&Itemid=228>. Acesso em: 17 fev. 2017a.

_____. **Tabelas e gráficos – Censo demográfico 2010: Características das pessoas responsáveis pelo domicílio**. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2314%3Atabelas-e-graficos-censo-demografico-2010&catid=215%3Atrabalho-e-rendimento&Itemid=227>. Acesso em 17 fev. 2017b.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig (Coord.) **Atlas escolar Bahia**: espaço geográfico e cultural. 3. ed. João Pessoa: Grafset, 2013.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (Org.) **Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento**. João Pessoa: Grafset, 2011.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Teorias de localização e desenvolvimento regional. **Geografia**, Rio Claro, n. 2, p. 1-23, out., 1976.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA, 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 10 de jun. 2014, vol. XVIII, nº 479. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-479.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 3. ed. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5620> Acesso em: 10 abr. 2016.

SINDIPETROBA. Sindicato dos petroleiros da Bahia. **Nossa história**. Bahia. 2016. Disponível em: <<http://www.sindipetroba.org.br/novo/nossa-historia.php?id=3168>> Acesso em: 10 mai. 2016.

SOUZA, Cecília de Fátima et al. **Área de construções rurais e ambiência**. 2003. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrícola) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

SPÍNOLA, Vera; LIMA, Adelaide Motta. Interfaces do complexo industrial Ford Nordeste com a cadeia petroquímica e com a indústria manufatureira de plástico. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 153-172, jan./mar., 2008.

SPINOZA, Baruch. **The Ethics: Of the Power of the Understanding, or of Human Freedom**. Trad. R. H. M. Elwes. In: Project Gutenberg, 1997. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=15108> Acesso em 08 ago., 2015.

TORRES, Eduardo Mc Mannis. **A evolução da indústria petroquímica brasileira**. São Paulo, v. 20, p. 49-54, especial, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v20nspe/4982.pdf> acesso em: 25 jul. 2016.

TRT18. **Evolução do salário mínimo.** Disponível em: <<http://www.trt18.jus.br/portal/bases-juridicas/informacoes-uteis/evolucao-salario-minimo/>>. Acesso em 17 fev. 2017.

UFBA. Escola Politécnica. **Mestrado em Engenharia Química – MAEQ.** Disponível em: <<http://www.eng.ufba.br/mestrado-em-engenharia-quimica-maeq>> Acesso em: 23 nov. 2016.

UNIFACS. **Doutorado Multi-institucional em Engenharia Química.** Disponível em: <<http://www.unifacs.br/doutorado/doutorado-multiinstitucional-em-engenharia-quimica/>> Acesso em: 23 nov. 2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VETTORAZZO, Lucas. PETROBRAS adia operação do COMPERJ para 2023. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 21 mar. 2016. Caderno mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1752580-petrobras-adia-operacao-do-comperj-para-2023.shtml>> Acesso em: 12 jul. 2016.

VIANA FILHO, Luiz. **Petroquímica e industrialização da Bahia (1967-1971).** Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico, 1984. 154 p.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro; SOUZA, Roberta Lourenço de. **PIB baiano: uma análise do período 1975/2000.** In: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 103-111.